



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública
Programa de Pós-Graduação em Economia
Mestrado em Gestão Econômica de Finanças Públicas

IGOR DOS SANTOS RODRIGUES

Análise de forças socioeconômicas: um estudo sobre as fontes tradicionais de impacto da UnB para o desenvolvimento regional.

Brasília – DF
2020

IGOR DOS SANTOS RODRIGUES

**Análise de forças socioeconômicas: um estudo sobre
as fontes tradicionais de impacto da UnB para o
desenvolvimento regional**

Dissertação apresentada ao
Departamento de Pós-Graduação
em Economia como requisito
parcial à obtenção do título de
Mestre em Gestão Econômica de
Finanças Públicas.

Orientador: Professor
Doutor Jorge Madeira Nogueira

Brasília - DF

2020

AGRADECIMENTOS

Inicio agradecendo aos meus pais, Rivaildo e Juscelia, os quais me mostram, desde pequeno, em suas experiências de vida, o poder transformador da educação. Vocês são o meu exemplo e inspiração para quem eu sempre busco dar o melhor. Obrigado por todo o apoio e confiança que vocês sempre depositaram em mim.

Agradeço à minha irmã, Ingrid, pelo apoio nos momentos difíceis e por descobrir nesse laço familiar uma grande amiga.

Aos meus amigos, pelo apoio não só nestes dois anos do mestrado, mas por todo tempo que construímos essa amizade.

Em especial a minha amiga Thay, que mesmo quando estava longe sempre me mandou seu apoio e me fez dar continuidade nesse longa caminhada da vida acadêmica.

Agradeço aos colegas de mestrado e a todos os professores do programa de Pós-Graduação em Economia (UnB) pelos ensinamentos repassados. Um agradecimento especial ao meu orientador, professor doutor Jorge Madeira Nogueira, a quem devo muito da minha linha de pesquisa.

Por último e não menos importante, agradeço aos meus colegas de trabalho e a Universidade de Brasília pela oportunidade de entrar nesse universo acadêmico e espero que possa ter retribuído essa oportunidade com meu trabalho.

“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.”

(Paulo Freire)

RESUMO

Este trabalho se dedicou a analisar os impactos socioeconômicos relacionados à Universidade de Brasília demonstrando os benefícios que a universidade traz por meio de concepções sociais, econômicas e urbanas. Analisa-se mais especificamente o estudo da economia do conhecimento por meio das fontes tradicionais de impacto, as quais são apresentadas pelas teorias do capital humano, substituição de importação e os retornos educacionais. Logo, contribuindo para a progressividade no desenvolvimento da localidade onde a instituição de ensino superior se insere. Esse trabalho visa discutir os efeitos dos impactos socioeconômicos para a região e conseqüentemente para os atores envolvidos por esse processo, ressaltando, dessa forma, a percepção da sociedade quanto aos impactos advindos da Universidade de Brasília. Os resultados do estudo empírico aplicados à Universidade de Brasília buscam responder se a UnB é uma ferramenta importante para o desenvolvimento da região do Distrito Federal. Observou-se que a UnB é uma ferramenta relevante para o desenvolvimento da região, demonstrando um significativo impacto sobre a renda do DF, equivalente à 1,8% do PIB da região, além do mais, apresentou-se aspectos relativos a formação do capital humano, onde a Universidade é responsável pela formação de 90% dos mestres e doutores, anualmente, no DF. Os resultados obtidos nesta pesquisa propiciaram um entendimento da formação da UnB junto a sua região fato que tem influenciado substancialmente na consecução total dos impactos educacionais sobre o desenvolvimento.

Palavras-chave: Universidade de Brasília; Impactos educacionais; Socioeconômico; Educação Superior; Desenvolvimento regional; Capital humano; Substituição de importação; Retornos educacionais.

ABSTRACT

This work was dedicated to analyzing the socioeconomic impacts related to the University of Brasília demonstrating the benefits that the university brings through social, economic and urban conceptions. More specifically, the study of the knowledge economy is analyzed through traditional sources of impact, which are presented by theories of human capital, import substitution and educational returns. Therefore, contributing to the progressive development of the locality where the higher education institution operates. This work aims to discuss the effects of socioeconomic impacts for the region and, consequently, for the actors involved in this process, thus highlighting the perception of society regarding the impacts arising from the University of Brasília. The results of the empirical study applied to the University of Brasília seek to answer whether UnB is an important tool for the development of the Federal District region. It was observed that UnB is a relevant tool for the development of the region, showing a significant impact on the income of the Federal District, equivalent to 1.8% of the region's GDP, besides, aspects related to the formation of capital were presented. human, where the University is responsible for training 90% of masters and doctors, annually, in DF. The results obtained in this research provided an understanding of the formation of UnB in its region, a fact that has had a substantial influence on the total achievement of educational impacts on development.

Keywords: University of Brasilia; Educational impacts; Socioeconomic; College education; Regional development; Human capital; Import Substitution; Educational returns.

Lista de Tabelas

Tabela 1: Mapa dos benefícios educacionais no desenvolvimento e crescimento ...	64
Tabela 2: Rendimentos e efeito diploma das cidades que possuem os melhores percentuais de pessoas com nível superior, 2018.	99
Tabela 3: Rendimentos e efeito diploma das cidades que possuem os piores percentuais de pessoas com nível superior, 2018.	100
Tabela 4: Percentual de ocupação de apartamentos de trânsito na UnB, 2018	107
Tabela 5: Quantidade anual de visitantes por categoria, UnB, 2018.	108
Tabela 6: Valor médio do serviço por dia de permanência, em Reais,2019.	109
Tabela 7: Gastos diário por categoria de Visitante, em Reais,2019.	110
Tabela 8: Quantidade de Integrantes em Projetos de Extensão de Ação Contínua: Impacto Acadêmico, UnB, 2007 a 2017.	116
Tabela 9: Eventos de Extensão, UnB, 2012 a 2017.	117

Lista de Figuras

Figura 1: Triple Helix – Hélice Tríplice.....	25
Figura 2: Teoria do balde furado	51
Figura 3: Diagrama dos retornos educacionais	59
Figura 4: Investimentos em educação superior e retornos privados ao longo da vida	67
Figura 5: Modelo de Desenvolvimento Local.....	75
Figura 6: Impacto Econômico dos Egressos de Graduação da UnB.....	91
Figura 7: Concentração de alunos por UF estudando na UnB, 2019.	103
Figura 8: Impacto Econômico Direto Anual referente aos efeitos atrativos da UnB, 2019	110

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Número de títulos de doutorado por 100 mil habitantes, Brasil e unidades da federação, 1996 e 2014.....	88
Gráfico 2: Número de títulos de mestrado por 100 mil habitantes, Brasil e unidades da federação, 1996 e 2014.....	89
Gráfico 3: Média dos logaritmos dos rendimentos do trabalho principal e anos de escolaridade	93
Gráfico 3: Rendimento médio nominal, habitualmente recebido por mês, do trabalho principal, por nível de instrução, de 2016 a 2018.	94
Gráfico 4: Efeito-diploma em todos os níveis da educação no Brasil, de 2016 a 2018.....	95
Gráfico 5: Renda mensal dos egressos da UnB, Ensino superior e Ensino médio, por região, 2015.	96
Gráfico 6: Variação da renda no Brasil entre 2012 a 2018.....	97
Gráfico 7: Variação da renda no DF entre 2012 a 2018.....	97
Gráfico 8: Rendimentos dos egressos da Universidade de Brasília por curso, após 4 anos de conclusão. 2012 a 2015.....	98
Gráfico 9: Percentual de Pessoas com Nível superior e Efeito Diploma nas cidades com os melhores percentuais de nível superior	100
Gráfico 10: Percentual de Pessoas com Nível superior e Efeito Diploma nas cidades com os piores percentuais de nível superior, 2018.....	101
Gráfico 11: Percentual de alunos de fora do DF estudando na UnB, por especialização,2019.	104
Gráfico 12: Quantidade de estudantes estrangeiros por continente e forma de ingresso, UnB, 2018.	106
Gráfico 13: Comparação da Produção científica da UnB e o quantitativo de docentes no período de 1999 a 2017.....	112
Gráfico 14: Impacto normalizado por citação, Universidade de Brasília, 2010 a 2019.	113
Gráfico 15: Painel de investimentos em pesquisa na UnB, 2001 a 2018.....	113
Gráfico 16: Projeto de Extensão de Ação Contínua: Impacto Social, UnB, 2007 a 2017. ..	116
Gráfico 17: Formação de capital humano pela UnB.....	123
Gráfico 18 - Percepção dos impactos oriundos da UnB no cotidiano dos respondentes...	124
Gráfico 19 - Percentual dos problemas relatados pela comunidade interna.....	125
Gráfico 20- Percentual dos problemas relatados pela comunidade externa.....	125

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. O PAPEL CHAVE DA ECONOMIA DO CONHECIMENTO	15
1.1 Economia do Conhecimento no Contexto Global.....	15
1.2 A Economia do Conhecimento e o Desenvolvimento Local.....	17
1.3 O Papel das Instituições de Ensino Superior na Economia do Conhecimento.....	18
1.3.1 A “Terceira missão” das Universidades.....	20
1.3.2 O Modelo da Hélice Tríplice.....	22
1.3.3 A Política de Inovação no Contexto da Economia do Conhecimento.....	26
1.4 - Eficiência Econômica das Universidades.....	27
2. AS FONTES TRADICIONAIS DE IMPACTO EDUCACIONAL	30
2.1 A Teoria do Capital Humano.....	30
2.1.1 Os Efeitos Diretos do Capital Humano.....	33
2.1.2 Os Efeitos Indiretos do Capital Humano.....	37
2.1.3 O Papel das Universidades na Configuração do Capital Humano.....	39
2.2 A Teoria da Substituição de Importações do Capital Humano.....	40
2.2.1 Fatores Críticos da Teoria da Substituição de Importações.....	42
2.2.1.1 A Importação do Capital Humano.....	43
2.2.1.1.1 - Teoria de Base de Consumo.....	44
2.2.1.1.2 - Efeito Multiplicador da Renda.....	46
2.2.1.1.3 -Teoria do Balde Furado.....	50
2.2.1.2 A Exportação do Capital Humano.....	53
2.3- A Teoria dos Retornos Educacionais.....	55
2.3.1- Os Retornos Privados do Ensino Superior.....	65
3 – O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES	68
3.1- Desenvolvimento Local.....	70

4- A UNIVERSIDADE E SEU MEIO.....	77
4.1- As Experiências do Ensino Superior no Brasil	77
4.2- Território e Universidade	79
4.2.1 - A Relação entre o DF e a UnB	81
5. A UnB “NA REGIÃO” OU “DA REGIÃO”?	87
5.1 - A UnB e sua Inserção na Região: Os Impactos Socioeconômicos.....	88
5.1.1 - A UnB como Instrumento de Formação de Capital Humano	88
5.1.1.1 – Os Impactos Econômicos da Formação do Capital Humano	90
5.1.1.2 – O Efeito Diploma no Ensino Superior	93
5.1.2 - A UnB como ferramenta de atração de talentos	102
5.1.2.1 – Os Impactos Econômicos do Efeito Atrativo	107
5.1.3 - A UnB e a Política de Inovação	111
5.1.4 – A Extensão Universitária e a Sociedade	115
5.2 A UnB e sua inserção na região: A percepção dos seus atores.....	118
5.2.1 – O perfil dos respondentes	121
5.2.2 – A Avaliação da percepção dos atores	122
CONCLUSÃO	126
REFERÊNCIAS.....	129
APÊNDICE.....	139
APENDICE A - PESQUISA DA PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO À UNB	139

INTRODUÇÃO

As universidades sempre foram responsáveis pelas contribuições no desenvolvimento das nações. Contudo, em cenários de crises econômicas a função que elas desempenham no desenvolvimento regional em que estão inseridas acabam sendo questionadas.

A Universidade de Brasília (UnB) é a maior instituição de ensino superior do centro-oeste brasileiro e uma das mais importantes do país. Além de se apresentar como uma das melhores do país ela também possui reconhecimento internacional ficando na 19ª colocação do ranking geral de melhores universidades da América Latina. No quesito internacionalização a UnB obteve o primeiro lugar entre as federais brasileiras. Em 2018, figurou, pela primeira vez, no ranking das melhores “universidades jovens” do mundo. No ranking montado pelo *Center for World University Rankings* (CWUR), a UnB que ocupava a 973ª colocação, em relação a 2017, subiu em 2018, 236 posições aduzindo a 737ª posição dentre mil universidades de 60 países.

Com o orçamento federal para a educação sofrendo com constantes anúncios de corte de verba em 2017, nesse período, o repasse total garantido pelo MEC encolheu 28,5%. Logo o repasse para as universidades federais foi o menor em sete anos¹, fazendo com que 90% das universidades federais tivessem perdas reais no seu orçamento previsto. As universidades públicas brasileiras vêm enfrentado dificuldades para manter serviços básicos, pois para 2017 o limite de empenho previsto inicialmente foi de 60% para despesas de capital², ou seja, tiveram um contingenciamento de 40% do orçamento aprovado, devido a chamada cota orçamentária³, na qual limita os gastos dentro do orçamento previsto para o ano⁴.

As instituições brasileiras de ensino superior vivem uma nova rotina devido aumento das pressões financeiras. Com a necessidade de se tornarem mais eficientes elas se veem na necessidade de adaptação para um novo contexto econômico onde não há mais espaço para ineficiências. As Universidades Públicas devem apresentar

¹ Fonte: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/MEC.

² Despesas com as obras de expansão e reestruturação dos prédios.

³ A cota orçamentária é o montante de recursos orçamentários previamente definido como teto de despesa para a elaboração das propostas do plano plurianual e do orçamento anual dos órgãos do Poder Executivo, inclusive as entidades e fundos a eles vinculados.

⁴ Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de Dezembro de 2016

o qual são importantes para o desenvolvimento da região e que os recursos destinados para elas trazem retornos significativos para o desenvolvimento regional.

A educação superior tem sido determinante como matriz do desenvolvimento regional/local⁵. Em uma economia globalizada as disponibilidades dos atributos (conhecimento, qualificação, habilidades) são fatores decisivos na decisão locacional das empresas e das pessoas, assim, tornando as universidades que estão localizadas na região componentes importantes para o desenvolvimento regional. Esse novo contexto econômico faz com que as autoridades governamentais redefinam as relações com as instituições de ensino, pressionando-as para que se tornem mais eficientes e saibam usar o escasso recurso público, maximizando os retornos para a sociedade.

O propósito dessa dissertação é colocar em questão os impactos socioeconômicos atribuídos à Universidade de Brasília em relação à região do Distrito Federal. Investigando os efeitos das fontes tradicionais de impacto educacional sobre o desenvolvimento da região do DF e indagando se estão realmente sendo percebidos tais efeitos pela sociedade.

Os estudos sobre os impactos econômicos provocados pelas Universidades têm sido extensamente explorados ao redor do mundo, inclusive em países desenvolvidos. Contudo, estudos sobre as forças socioeconômicas apresentados por universidades brasileiras ainda continuam exíguos. Este trabalho apresenta como matriz a demonstração dos efeitos ocasionados pela economia do conhecimento⁶. Tendo como foco a exposição das fontes tradicionais de impacto (capital humano, substituição de importações e retornos educacionais) por um viés educacional, relacionando os resultados ocasionados na localidade em virtude da presença da Instituição.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, além desta introdução e da conclusão. O primeiro apresenta as considerações preliminares sobre o papel chave da economia do conhecimento, apresentando um breve enquadramento sobre os

⁵ Supporting the Contribution of Higher Education Institutions to Regional Development - OCDE.

⁶ Termo popularizado por Peter Drucker em seu livro "The Age of Discontinuity", (1969), do qual foi desenvolvido por diversos teóricos. É vista como a economia na qual o principal componente da agregação de valor, produtividade e crescimento econômico, é o conhecimento sendo o desenvolvimento da reestruturação econômica global.

benefícios do investimento em educação e demonstrando alguns aspectos macros sobre a economia do conhecimento relacionada ao desenvolvimento regional.

O segundo capítulo tem como objetivo expor uma revisão da literatura sobre as fontes tradicionais de impacto educacional abordando uma revisão teórica sobre as principais hipóteses referentes a abordagem dos impactos universitários, como: a teoria do capital humano, substituição de importações e os retornos educacionais.

O terceiro capítulo apresenta os conceitos de desenvolvimento regional, considerando os conceitos de desenvolvimento a partir de uma melhoria da qualidade de vida da sociedade de maneira geral e elucidando os aspectos das instituições de ensino superior como ferramenta para o desenvolvimento da localidade de maneira positiva e sustentável.

No quarto, são expostos os conceitos de universidade e seu meio, com vistas aos aspectos do surgimento das instituições de ensino superior como forma de progresso econômico e de formação do indivíduo e da sociedade, tendo como relação a universidade e a região em que está inserida. Assim, se pretende iniciar um discurso sobre o estudo da Universidade de Brasília em seu meio, Distrito Federal. No entanto, é necessária uma incursão sobre o percurso histórico da Instituição Universitária e da região onde está localizada, identificando ao longo do tempo a formação de Brasília junto ao surgimento da Universidade e finalmente retornando o questionamento da dissertação.

O quinto capítulo é responsável pelos procedimentos da pesquisa empírica realizada, apresentando os resultados aferidos dos impactos tradicionais da educação e demonstrando a avaliação da percepção da sociedade em frente à UnB onde se discute os resultados do estudo. Na primeira seção do capítulo será apresentada a diversidade dos papéis e dos impactos socioeconômicos da Universidade de Brasília no desenvolvimento local. Apresentando abordagens metodológicas que são tipicamente utilizadas para examinar as diferentes facetas do contributo das universidades no desenvolvimento das áreas em que se inserem. Utilizando resultados empíricos atingidos através da abordagem das fontes tradicionais de impacto universitário apresentadas por Blackwell, Cobb e Weinberg (2002). A segunda seção compreende como a UnB se insere no seu meio, retomando os valores que devem estar articulados com a realidade do espaço geográfico a qual constitui sua área de influência. Assim, a questão central dessa seção consiste na reflexão de como se desempenha as relações da UnB com o seu entorno, a fim de compreender,

através de um questionário, qual a impressão dos seus atores ao desempenho da Universidade para o desenvolvimento locacional.

O estudo terá como característica principal a demonstração dos efeitos socioeconômicos aplicados aos pilares da missão universitária: ensino, pesquisa e extensão. Por fim, serão tecidas as considerações finais.

1. O PAPEL CHAVE DA ECONOMIA DO CONHECIMENTO

1.1 Economia do Conhecimento no Contexto Global

A revolução industrial, nos séculos XVIII e XIX, foi um novo estágio de desenvolvimento socioeconômico. Ela se apresentou como uma transição da economia agrícola (pré-industrial) para o surgimento dos novos processos de manufatura, ou seja, a economia industrial. Após a revolução industrial, em meados de 1900, houve o aparecimento da economia pós-industrial. Conforme Gibson e Graham (2008), na economia pós-industrial a importância relativa da manufatura começava a decrescer, à medida que o setor de serviços (informação, pesquisa) estava crescente.

A economia pós-industrial trouxe um aumento na quantidade de tecnologia da informação transformando informação, conhecimento e criatividade em novas matérias-primas, gerando uma nova abordagem econômica: a economia do conhecimento.

Com o reconhecimento das mudanças estruturais no cerne das economias e das sociedades, com o movimento de redução da importância dos ativos tangíveis, aumentava a importância dos ativos intelectuais e de conhecimento. Surge uma concepção voltada para a alta dotação de capital intelectual, com investimentos em processos de P&D (LUNDVALL & JOHNSON, 1994). Este novo contexto econômico é marcado pela aproximação das inovações tecnológicas em uma conjuntura de necessidades globalmente competitivas de inovação, através do desenvolvimento de produtos pela comunidade de pesquisa, ou seja, universidades, laboratórios, instituições educacionais e investimento em P&D.

Segundo Giddens (2006), a economia do conhecimento está relacionada às formas de conhecimento (ideias, informações, criatividade) como sustentação da inovação e do crescimento econômico. O conhecimento fornece parâmetros para a resolução de problemas, avaliação e medição de desempenho. Desta forma, associa a economia do conhecimento aos critérios de eficiência econômica.

A capacidade de produção de uma empresa é delimitada pela sua curva de produção. Para que uma organização possa transpor sua curva de produção são necessárias vantagens competitivas que se baseiam em fazer o uso mais eficiente dos insumos, o que exige inovação contínua. Logo, para Dahlman (2002) a economia

do conhecimento estimula as organizações e pessoas a conseguir, desenvolver, dissipar e utilizar o conhecimento de modo mais eficiente para galgar um patamar mais elevado de desenvolvimento econômico e social.

O efeito de transbordamento proporcionado pela indústria do conhecimento pode reduzir ou eliminar as restrições impostas ao crescimento devido às ineficiências de escala, ou melhor, o uso do conhecimento pode elevar a produtividade marginal relativa do capital, apresentando retornos crescentes de capital. Nesse sentido, conforme é possível observar em Dahlman (2002), a nova economia não está somente atrelada à agregação de novas tecnologias, mas também a novas formas de gerenciamento dos processos de produção e de informação. Em uma perspectiva de economia de escala as características específicas da economia do conhecimento não são de escassez, de forma que uma vez produzidos podem ser utilizados em seu uso máximo, a fim de reduzir seu custo médio.

A economia do conhecimento pode ser dividida em duas dimensões: econômica e social, conforme Veloso (2005). A dimensão econômica leva o conhecimento a todos os setores da economia, além dos setores de alta tecnologia. A economia do conhecimento na dimensão econômica torna-se mais intensiva em informação e conhecimento agregando valor e melhorando a eficiência produtiva de setores antes não alcançados. Veloso (2005, p. 04) diz que: “o significado básico dessa dimensão da Economia do Conhecimento é a possibilidade de uma completa mudança no quadro de nossas vantagens comparativas (especializações), atuais e potenciais. Para melhor, claro, em termos de competitividade e criação de valor adicionado.”

A segunda dimensão, social, tem como viés a distribuição do conhecimento para todos os segmentos da sociedade, inclusive os de baixa renda. Veloso (2005) aponta que dado uma economia mais competitiva e exigente em termos de qualificação de recursos humanos, o uso intensivo do conhecimento para o desenvolvimento depende de uma maior densidade do capital humano. Por esse ângulo, abranger os setores de baixa renda é uma necessidade econômica e social, visto que com a óbvia necessidade de qualificação; ou dá-se oportunidades a todos de participar dos resultados de um crescimento mais rápido ou cria-se tipos de exclusões ao conhecimento e, conseqüentemente, *lacks* no crescimento econômico.

Outro desdobramento se dá no segmento do conhecimento visto como fator produtivo. Aprofundando o conceito com um viés de insumo e produto da empresa;

como elementos indispensáveis ao processo produtivo e reesponsáveis pelo valor dos bens e serviços. O conhecimento como fator produtivo, aprofunda o entendimento do papel da pesquisa e do processo de inovação nas empresas e na sociedade (MASKEL E MALMBERG,1999).

1.2 A Economia do Conhecimento e o Desenvolvimento Local

A economia do conhecimento pode ser observada mediante as novas relações de mercado, esse novo conceito apresenta um surgimento de novas estruturas produtivas focadas nos modelos de aprendizagem e difusão tecnológica.

A produção de novas ferramentas educacionais, a sofisticação dos modelos organizacionais, o surgimento de novas tecnologias são exemplos dos efeitos da economia do conhecimento, dos quais aprimoram a qualidade dos serviços e bens produzidos e a relação de consumo e bem-estar. O que geram efeitos sociais, econômicos e ambientais como consequência dos fenômenos socioeconômicos referentes ao papel do conhecimento.

Vários autores vêm analisando o papel do conhecimento no desenvolvimento das regiões, avaliando os impactos socioeconômicos do aprendizado e da inovação na competição e no sucesso produtivo. (COOKE ET ALL ,1998; GODDARD E PUUKKA,2008). Do ponto de vista regional, os fatores de conhecimento acabam se tornando em alguns quesitos mais importantes que os fatores clássicos, como capital, recursos naturais e trabalho. Para Diniz e Lemos (2005):

Em uma sociedade dominada pelo conhecimento e com crescente aumento do peso dos serviços, as vantagens comparativas estáticas ou ricardianas, baseadas em recursos naturais, perdem importância e ganham destaque as vantagens construídas e criadas, cuja base está exatamente na capacidade diferenciada de gerar conhecimento e inovação (DINIZ e LEMOS, 2005, p. 135)

Por conseguinte, o incremento concorrencial junto ao processo de inovação acaba gerando “*janelas de oportunidades*” (DOSI,1984). Surgem, também, “*janelas locacionais*” (STORPER E WALKER, 1991), no qual a capacidade de especialização e captação dos processos de inovação das organizações será primordial para o sucesso econômico de cada empresa, com isso a necessidade de atração de cada

região ou localidade é vinculada pela diferenciação do conjunto dos elementos que cada localidade pode oferecer.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento de capacitação científica e tecnológica nas regiões traz formas de criação de vantagens competitivas em um processo localizado, já que as empresas em busca do sucesso econômico se estabelecem onde é oferecido incentivos. Para Porter (1989), a vantagem competitiva de uma região é determinada pela capacidade de um processo focado em aprendizado e inovação. Consoante o surgimento do novo paradigma contemporâneo, entre informação-aprendizado-crescimento é amparado pela percepção do conhecimento como motor da inovação e da competição (COOKE,1998).

A decisão de uma firma de se estabelecer em uma região é uma escolha decisiva para a sua capacidade competitiva, logo a combinação das suas competências individuais e das características e atributos locais (DINIZ E LEMOS, 2005). Em um ambiente inovador as firmas se aproveitam das externalidades regionais, a fim de evitarem custos adicionais referentes à criação de um ambiente próprio de inovação. Dessa forma as empresas combinam as externalidades positivas oportunizadas do ambiente inovador com as competências e capacidades delas.

Por outro lado, nem todas regiões são capazes de se inserir na produção tecnológica e continuam na formação de bens primários ou serviços simples, porém apesar de não estarem inseridas diretamente no processo de conhecimento como exportadores, essas localidades acabam se tornando importantes importadores de conhecimento, visto que as mudanças tecnológicas modernas atravessam todos os setores e atividades produtivas.

1.3 O Papel das Instituições de Ensino Superior na Economia do Conhecimento

As instituições de ensino superior foram responsáveis por permitir o livre pensamento, o debate de ideias e os questionamentos providos da sociedade assumindo expressivamente uma racionalidade iluminista. Durante séculos o ensino teve características generalistas e com forte base nas ciências humanas. Essa abordagem do ensino reunia diferentes áreas do conhecimento em torno de problemas e desafios focados na compreensão da natureza e no papel do ser humano. Somente a partir da Revolução Industrial, com profundas mudanças nas

demandas da sociedade, que a especialização na formação acadêmica e científica se tornou um ponto específico (AUDY, 2017).

Deste modo, as universidades contribuíam para o crescimento do conhecimento científico se adaptando a um novo panorama econômico, onde a importância da criação, distribuição e uso do conhecimento desafia as formas tradicionais do processo de desenvolvimento econômico.

Tais mudança de paradigma das instituições de ensino superior, dada a nova realidade, levantaram questões sobre a nova postura das instituições universitárias frente ao novo contexto socioeconômico.

[...] no contexto atual, essa legitimidade está posta em causa e a ser substituída por uma outra, que talvez possamos chamar-lhe de legitimidade mercantil, dado que o valor do conhecimento é medido cada vez mais por critérios e impactos quantificáveis, segundo a lógica do lucro, da utilidade instrumental e da competitividade empresarial (AFONSO,2015, p.276).

Porém, não se trata, de substituir o papel tradicional das universidades e sim demonstrar que a função das universidades deve acompanhar as mudanças do cenário global, já que elas são a força motriz dessa nova conjuntura econômica.

A importância das universidades para o desenvolvimento econômico é bem documentada por Nonaka e Tekeuchi (1995), que apresentam o conceito de empresas criadoras de conhecimento. Para os autores, o conhecimento é a única fonte segura de vantagens competitivas em um mercado que está em constante mudança, proliferação de tecnologias e aumento da concorrência; onde a velocidade com que os produtos se tornam obsoletos só está aumentando. As empresas que buscam sucesso serão aquelas que criam novos conhecimentos e conseguem disseminá-los de forma vertiginosa, a fim de que a sociedade e as firmas possam incorporar e usufruir dessa inovação contínua.

As universidades nesse novo contexto são essenciais para a conexão da produção de conhecimento com o tecido empresarial e a competitividade. Possibilitando, concomitantemente, o processo de afirmação comparativa e competitiva, por meio do conhecimento tecno-científico e a construção de capital humano.

O governo tem pressionado as instituições acadêmicas, para que possam ir além das funções tradicionais da pesquisa, educação e extensão, manifestando uma maior contribuição para a criação de riqueza. Instituições internacionais, como a União

Europeia e a Unesco⁷ já se movem para assumir esse novo conceito de desenvolvimento econômico baseado no conhecimento como esferas produtivas da sociedade.

1.3.1 A “Terceira missão” das Universidades

As universidades não são responsáveis, somente, pela geração do conhecimento (Ensino - a primeira missão) e pela disseminação do conhecimento (Pesquisa e Extensão – a segunda missão). A terceira missão é uma função adicional das universidades no contexto da sociedade do conhecimento: as universidades devem adequar as suas funções institucionais às necessidades de desenvolvimento da sua localidade . Deste modo, a terceira missão vai além da contribuição da educação para o progresso social como forma de produzir novos conhecimentos, mas fazê-lo alcançando perspectivas sociais e econômicas vigentes.

A crescente demanda por conhecimento qualificado mudou o papel das universidades. Kristian Thorn, em uma pesquisa realizada pelo Banco Mundial, disse:

As universidades estão cada vez mais sendo consideradas instrumentos de desenvolvimento econômico e social, afim de enfrentar o aumento das expectativas em termos de formação qualificada, criando percepções de relevância direta 'trabalhadores do conhecimento' para a sociedade, e se engajando em atividade comercial. O novo papel das universidades como empresários e contribuintes para o desenvolvimento social e econômico foi caracterizado como uma terceira missão. [...] Este papel vai além das funções tradicionais das universidades como instituições de educação avançada e de investigação (THORN, 2006, p.3).

Para Marhl & Pausits (2011), a terceira missão permiti que as universidades saiam da “torre de marfim”⁸ e consigam se caracterizar como uma nova matriz para o crescimento, colaborando com o aumento do intercâmbio com a sociedade. Nessa nova circunstancia, as instituições de ensino superior buscam gerar conhecimento fora do ambiente acadêmico em benefício do desenvolvimento social, cultural e

⁷Connecting Universities to Regional Growth: A Practical Guide – Europe Union, 2011; The Role of higher education in regional development in Pacific Island countries with specific reference to the University of the South Pacific – Unesco, 2007.

⁸ A Torre de marfim é uma expressão que designa desvinculação ao mundo cotidiano. O uso proverbial denomina o mundo acadêmico que não está articulado com os questionamento e preocupações práticas do dia-a-dia.

econômico. Isso implica ir além das funções tradicionais universitárias e assumir a responsabilidade pelos diversos desafios sociais.

A terceira missão das universidades é o epicentro dos impactos econômicos das instituições de ensino superior para a sociedade, definindo a terceira missão como as atividades associadas à geração, utilização e aplicação dos conhecimentos das universidades fora do ambiente acadêmico. Incentivando a aplicação direta da aprendizagem com a área local e com todos os que participam dela para contribuir o desenvolvimento regional (HALTERBECK et al, 2017).

Na economia do conhecimento o processo de reforma foi induzido pela reestruturação do financiamento público das universidades. Uma mudança-chave para que as instituições repensem o novo papel delas em um contexto de busca pela eficiência e eficácia. Para Zomer & Benneworth (2011), os decisores políticos estão cada vez mais conscientes do valor econômico e político das universidades forçando-as a aceitar responsabilidades sociais mais amplas com o propósito das universidades serem estimuladas a buscar por eficiências técnicas e alocativas em prol da inovação e avanços sociais. Para Castro (2011), o governo deixou de se pautar nas necessidades históricas dos gastos e passou a negociar resultados voltados à gestão da qualidade, assim o financiamento poderia ser ajustado conforme os resultados demonstrados.

A necessidade de coerência, com foco no equilíbrio entre a função pública e as atividades da terceira missão são essenciais para a realização das dimensões dos serviços para a sociedade. Montesinos et al (2008), dividem a terceira missão em três abordagens: a primeira com foco social, a segunda com foco empreendedor e a terceira observada para questões inovadoras.

Apesar das pressões políticas de financiamento e as questões macroeconômicas, são as pressões dos estratos sociais que passaram a comprimir as universidades em busca de conhecimento e inovação por oferta de ensino de massa, pelo lado da população e por novos perfis de qualificação e inovação, pelo lado das empresas. O entendimento de universidade extramuros é o conceito central da nova missão universitária, com a abertura para participar de mudanças externas e satisfazer necessidades de fora do mundo acadêmico.

Porém, insta ressaltar que a busca pela terceira missão universitária não depende, somente, das universidades. Em virtude do controle estatal sobre as instituições de ensino superior, há a necessidade de se repensar nos modelos de

distribuição de autonomia para que as instituições possam ter liberdade de atuação nas resoluções dos problemas externos a seu mundo acadêmico.

A dificuldade apresentada no contexto brasileiro quanto ao alcance da terceira missão universitária surge pelo fato da discursão da autonomia universitária em que apresenta um problema em paralelo que é as formas de controle do Poder Público e a necessidade de que as universidades cumpram suas funções de forma compatível com a autonomia a elas assegurada.

Como explica Durham (2006) o problema se encontra na estrutura da administração pública que está planejada em um rígido controle burocrático onde entra em conflito com a autonomia assegurada pelos preceitos constitucionais.

No caso das universidades públicas, especialmente as federais, a autonomia teve efeitos praticamente inversos. Há plena liberdade de ensino e pesquisa. Em compensação a autonomia administrativa e de gestão financeira está, como vimos, fortemente cerceada pelas normas de administração pública e muito longe da autonomia plena da qual goza o setor particular (DURHAM, 2006, p. 6)

Dado os novos desafios enfrentados pelas universidades brasileiras, a terceira missão mostra-se como uma ferramenta essencial para o alcance dos modelos desenvolvimentistas da região. Porém, para isso há a necessidade, também, de uma comunicação com os outros entes responsáveis pelo processo de desenvolvimento.

1.3.2 O Modelo da Hélice Tríplice

A Teoria da Hélice Tríplice foi conceituada por Etzkowitz e Leydesdorff (1995), interpretando a mudança de um conceito de uma força dupla dominante, governo e indústria, para um relacionamento concentrado na era do conhecimento com um viés ao relacionamento triádico entre universidade, indústria e governo. O modelo é desenvolvido pela interação entre os componentes, ou seja, conhecer a construção da comunicação entre os entes é de fundamental importância para poder harmonizar as relações. A interação entre universidades e indústria é apresentada pelo papel inicial das universidades do qual é fornecer capital humano e elaboração de pesquisas. Logo a conexão, em um modelo linear de inovação⁹, entre as

⁹ Modelo do qual é projetado a relação entre a ciência e a tecnologia para a difusão do conhecimento. O modelo linear é representado pela utilização e desenvolvimento da pesquisa básica para as necessidades do mercado.

universidades e a indústria se dá por meio do fornecimento da pesquisa básica, pelas universidades para a produção dos bens pelas indústrias.

A transferência de conhecimento entre universidade e indústria vai além das pesquisas básicas, pois a construção do capital humano está relacionada aos produtos da universidade para o benefício da indústria.

A interação entre universidade e governo depende da interdependência entre os dois entes, já que a relação do governo com as políticas para o ensino superior influencia na pesquisa, dado que o governo é o maior financiador¹⁰. Por outro lado, a mudança conjuntural pode levar o governo a laços mais conexos com as universidades, através do financiamento de disciplinas estratégicas para o mercado. Ou o estabelecimento de novas unidades para o desenvolvimento de pesquisas específicas para determinadas regiões.

A última interação entre a tríade é a relação governo e indústria. Essa conexão está relacionada às atitudes do governo em relação ao mercado. O papel do governo voltado a regulação das falhas de mercado e a indústria como fonte do desenvolvimento produtivo.

Em modelos anteriores as forças da indústria e do governo tornavam os laços entre as instituições desproporcionais. Segundo Etzkowitz (1995), com as mudanças baseadas na sociedade do conhecimento o papel das universidades ganhou importância e se igualou às demais forças. Conforme as forças de interação dos três componentes vão aumentando, impulsiona cada instituição a permanecer mais dependente uma das outras.

Logo o modelo que está atento a capacidade inovativa também está baseado na interação das motrizes econômicas: universidades, indústrias e governos. Dado que à proporção que a interação entre as três instituições vai crescendo as características de uma instituição acabam sendo adotadas pelas outras. Esse fenômeno fronteiroço assemelha-se a um processo de inovação em espiral, no qual os espaços confinantes podem ser preenchidos pela substituição de uma instituição por outra. Essas lacunas acabam criando novas maneiras de ver essas instituições

¹⁰ Conforme o levantamento realizado na Plataforma InCites, revela que os maiores financiadores de pesquisa no Brasil, contabilizado a partir do número de documentos publicados, são o CNPq, Capes e Fapesp, onde todos são agentes governamentais. Em termos mundiais, o levantamento realizado na Plataforma InCites revela que os maiores financiadores de pesquisa do mundo também são agentes governamentais como o National Natural Science Foundation of China (NSFC), National Institutes of Health (NIH), National Science Foundation (NSF).

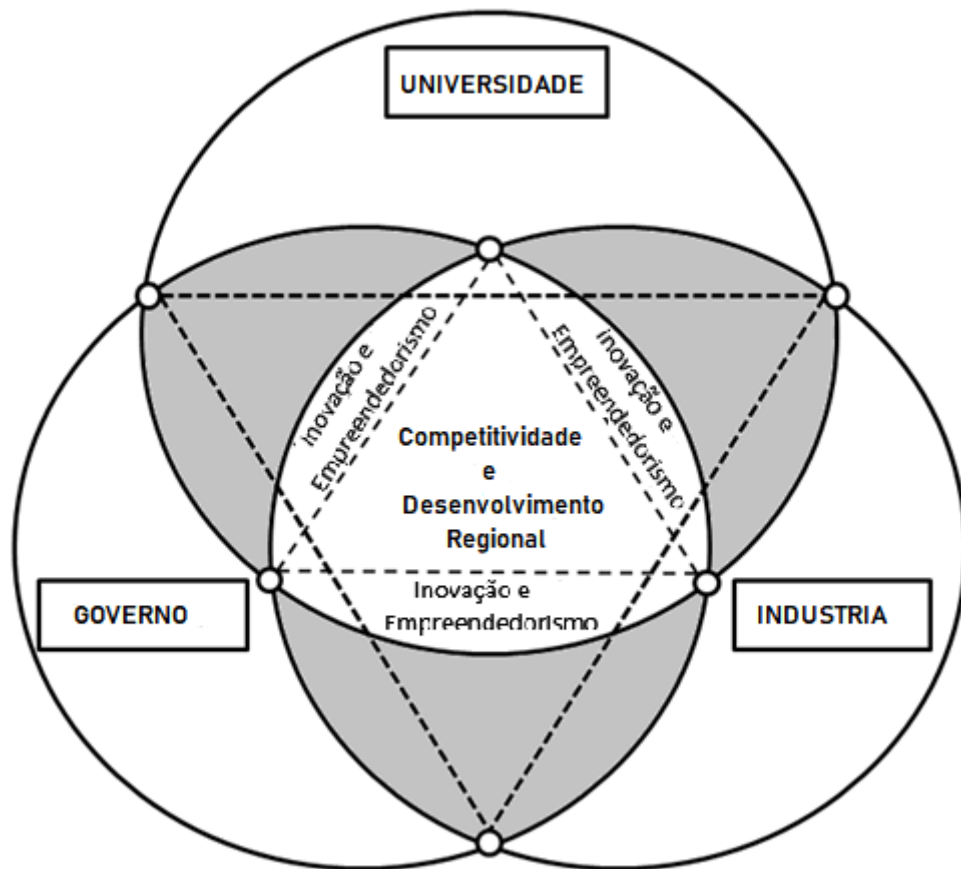
tradicionais, surgindo assim as instituições híbridas, através de uma necessidade de ações colaborativas e apoio as políticas públicas.

A tese da “*Triple Helix*” é que o potencial de inovação e desenvolvimento econômico em uma Sociedade do Conhecimento está em um papel mais proeminente para a universidade e na hibridização de elementos da universidade, indústria e governo para gerar novos formatos institucionais e sociais para a produção, transferência e aplicação de conhecimento. Essa visão engloba não apenas a destruição criativa que aparece como uma dinâmica natural de inovação (Schumpeter, 1942), mas também a renovação criativa que surge dentro de cada uma das três esferas institucionais da universidade, indústria e governo, bem como em suas interseções. (Grupo de Pesquisa da Triple Helix da Universidade de Stanford, 2011, disponível em: https://triplehelix.stanford.edu/3helix_concept)

A tese da hélice tríplice trouxe novos significados as configurações tradicionais da universidade, indústria e governo, a fim de que uma área possa exercer funções da outra de maneira mutualística, ou seja, a associação entre as forças, na qual a contribuição de todos resulta benefícios individuais para cada contribuinte maiores que o trabalho individual de cada um. Como exemplo temos as “universidades empreendedoras”¹¹ que participam cada vez mais da atividade comercial, indo além da produção de pesquisa básica.

¹¹ O conceito de universidades empreendedoras foi definido amplamente por Etzkowitz, H., Webster, A., Gebhardt, C., & Terra, B. (2000), onde definiram que as universidades empreendedoras são quais quer instituições que melhorem o desempenho econômico regional ou nacional por meio da criação de vantagens financeiras.

Figura 1: Triple Helix – Hélice Tríplice



Fonte: FARINHA e FERREIRA (2013)

No entanto, cabe ressaltar que apesar da hibridação de cada entidade elas continuam com prevalência no seu campo de atuação original: o governo como entidade reguladora, as universidades como o seu papel de produtora de conhecimento e as indústrias como veículo de comercialização.

A hélice tripla é um modelo de desenvolvimento contínuo; do qual o intuito é a formação de um ecossistema de inovação, sujeito às novas mudanças do cenário global. Com a formação de três protagonistas estratégicos na elaboração e implementação da métrica de desenvolvimento regional podendo ser reproduzida em qualquer lugar do mundo como um modelo universal de inovação.

Segundo Etzkowitz e Zhou (2017), a dinâmica da hélice tríplice, universidade-indústria-governo, foi uma das importantes ferramentas que ajudou a impulsionar o desenvolvimento de regiões como o Vale do Silício. Com o financiamento em larga escala pelo governo em pesquisas e as relações de cooperação entre as empresas e as universidades os resultados foram disseminados e podem ser vistos hoje como a

região que é sede para várias empresas de alta tecnologia e responsável pelo maior PIB dos Estados Unidos.

1.3.3 A Política de Inovação no Contexto da Economia do Conhecimento

Com a aceleração nas mudanças econômicas, intensificadas, pelo rápido desenvolvimento tecnológico, surgiu a necessidade de se estar em constante inovação. Conforme a Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico OECD (OECD, 2000 apud LUNDEVALL, 2001, p. 200), “mudança e aprendizado são as duas faces da mesma moeda. A aceleração das mudanças confronta agentes e organizações com novos problemas e a solução para tais problemas requer novas habilitações”.

Nesse sentido, a política de inovação é responsável pela construção de novas habilidades para a adequação aos novos cenários, fomentando o desenvolvimento de tecnologias junto ao progresso da economia do aprendizado¹²

Conforme LUNDEVALL (2001), com a movimentação das políticas científicas com um caráter sociais amplos para uma perspectiva voltada para os impactos no desempenho da economia, a relação entre a teoria econômica e a política de inovação se tornou mais próximo.

Nesse cenário, considerando os novos formatos da política de inovação, as promotoras do aprendizado ganham força na promoção e difusão da inovação e no desenvolvimento econômico e social.

O setor educacional e a política de inovação estão atrelados através do caráter construtivo, do qual objetivam ampliar o desenvolvimento dos recursos humanos e tecnológicos, mesmo porque novas tecnologias e mão de obra qualificada são tão úteis para os investidores privados quanto para a sociedade, ou seja, a taxa de retorno social é igual a taxa de retorno privado.

A inovação econômica depende de três fatores: pesquisas científica, habilidades técnicas e iniciativa empresarial. As pesquisas científicas realizadas nas universidades apoiam o desenvolvimento da região e atraem novos investidores.

¹² Para Lundvall (2001) a economia do aprendizado são as contribuições das promotoras do aprendizado, universidades e empresas de serviços, para a capacitação de empresas, instituições e a população em geral com o intuito do aprimoramento dos serviços para as situações de uma economia globalizada.

Pesquisas mostram que cada vez mais há ligação entre as universidades e as indústrias, já que o maior crescimento econômico vem de áreas que têm a ciência como base, como: robótica, software, biotecnologia e estudo de novos materiais. Como parte de um setor que tem crescido com velocidade e continuidade. A preparação dos alunos para o mercado de trabalho com o desenvolvimento de suas habilidades e competências é o último dos fatores, já que as instituições de ensino superior preparam os estudantes para tomar decisões e iniciativas no mercado de produção.

As universidades fazem uma contribuição substancial por intermédio da função educativa tendo um papel importante na aplicação de pesquisas fundamentais para a inovação e diversificação; e com iniciativas de infraestrutura intelectuais acabam espalhando essa colaboração para outras áreas econômicas. Atuando de forma severa para definir as características das cidades e regiões e contribuindo para a qualidade de vida da população.

Os impactos do investimento em pesquisas e desenvolvimento são uma forma de demonstrar que os recursos investidos em educação não são mostrados pelos gastos e sim pelos resultados que eles podem proporcionar, os resultados sendo mensurados de forma que contribuem para a inovação, e a inovação como forma de crescimento social e econômico para o desenvolvimento.

As universidades acabam contribuindo para a inovação e a saúde econômica, providenciando mão de obra qualificada, avanços tecnológicos e transferência de conhecimento. Em parcerias com empresas privadas as instituições de ensino podem contribuir para o avanço em pesquisa e desenvolvimento, focando no mercado futuro. Desempenhando um papel importante na realização de pesquisa básica, e também a pesquisa que sustenta o desenvolvimento econômico.

1.4 - Eficiência Econômica das Universidades

Os investimentos em educação por iniciativa pública ou privada ocorrem pela busca crucial do benefício para o indivíduo e/ou para a sociedade de modo geral. É importante salientar que a busca pelo alcance de uma eficiência econômica ocorre

quando os benefícios sociais são maiores que os custos sociais¹³. No que tange essa afirmação, as instituições de nível superior devem mostrar que os benefícios que elas podem trazer serão maiores que os custos da mesma. Os benefícios podem ocorrer por meio de aspectos econômicos, sociais e urbanos. Nesse estão relacionados ao fluxo de mobilidade de pessoas a partir da centralidade das universidades na dinâmica dos espaços urbanos. Já os custos sociais, conforme Morgan (2004), são os custos de oportunidade entre a escolha pela educação superior ao invés de outros serviços como saúde, segurança, entre outros.

Com uma nova motivação econômica os Estados estão redefinindo o modo de ver as universidades além de reavaliar seu relacionamento, pressionando as instituições a serem mais eficientes quanto ao uso dos recursos públicos. Conforme foi observado por Alexander (2000 p. 411), os governos não estão mais tão receptivos aos modelos tradicionais de autorregulação do sistema universitário. Hoje, a busca pela maximização dos retornos econômicos é cada vez mais importante para os administradores governamentais que necessitam equilibrar o orçamento destinado para o ensino superior e para as outras necessidades organizacionais (ZUMETA, 2003). Nesses estudos foram abordados como as universidades podem ser mais eficientes para a sociedade, partindo de uma visão intramuros.

Quando trazemos uma visão de dentro para fora, deve-se demonstrar o potencial universitário em relação as outras atividades que participam para o desenvolvimento socioeconômico regional. Um dos resultados iniciais que podemos apresentar é uma organização de aprendizagem, por meio da cooperação das universidades públicas e privadas ocasionando uma relação entrelaçada entre ambas, dando sinergia entre as funções universitárias e levando benefícios para ambas e para toda região. Em uma visão global, as universidades trazem benefícios, entre eles podemos destacar três aspectos macros.

1. Acesso a oportunidade: em que demonstra o indivíduo vendo a educação como forma de investimento, já que o tempo e a renda que gastam estudando e não trabalhando é transformado em uma expectativa de ganho de acesso para melhores

¹³ Para Pindyck e Rubinfeld (2013), o alcance da eficiência do bem-estar social refere-se ao estado utilitário total da sociedade, onde os benefícios sociais devem ser maiores que os custos sociais.

oportunidades e uma renda superior à que poderia receber caso não investisse em educação superior.

2. Crescimento Econômico: relacionando o impacto educacional com o ganho de produtividade, onde o desenvolvimento da inovação no sentido de ganho de capacidade de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias acabam resultando no processo de aumento da produtividade através de novas abordagens e novas tecnologias.

3. Bem-Estar humano: conclui que a educação não é só benéfica para o indivíduo, mas também para a sociedade como um todo, trazendo benefícios comuns a todos, como saúde pública, meio ambiente e segurança.

2. AS FONTES TRADICIONAIS DE IMPACTO EDUCACIONAL

Abordagens tradicionais de análise do impacto econômico já foram utilizadas para mensurar os impactos das universidades nas suas respectivas localidades. Porém, as instituições de ensino superior continuam apresentando problemas na mensura dos seus impactos. Tais problemas vêm do fato de que as universidades além de gerarem um impacto mediante os gastos associados ao seu funcionamento, também geram impactos adicionais futuros por meio da formação de capital humano, aumento da base tecnológica e fomentação da renda regional (BLACKWELL, COBB E WEINBERG, 2002).

Análises sobre impactos educacionais dos indivíduos já tinham sido destacadas pelos fundadores da ciência econômica¹⁴. A partir da década de 1950 começaram os estudos com ênfase nos ganhos de produtividade gerados pelo fator humano.

Desde então esta área de estudos econômicos foi estruturada teoricamente e têm sido explorada na literatura científica. A importância do assunto tem aberto novos questionamentos e embora as questões sobre capital humano estejam sendo bastante discutidas, o surgimento de novas teorias é fundamental para a construção de uma análise menos padronizada das forças socioeconômicas da universidade com o seu contexto externo.

2.1 A Teoria do Capital Humano

Fatores determinantes ao crescimento regional são um dos principais desafios para os teóricos da ciência econômica. Esses fatores explicam as desigualdades do desenvolvimento em diferentes regiões.

Na abordagem clássica dos modelos de crescimento econômico há o entendimento que o crescimento estaria inter-relacionado com fatores de produção (capital, trabalho e fatores naturais), demandados por cada região. A teoria exógena proporcionou o conhecimento da trajetória do crescimento econômico ao longo do tempo. Contudo, a necessidade por uma explicação ao persistente crescimento da

¹⁴ Adam Smith em sua obra “A riqueza das nações” formulou as bases que mais tarde se tornariam as bases da teoria do capital humano.

renda per capita, no longo prazo, foi determinante na busca por novos conceitos (SOLOW, 1956).

Nesse sentido, notou-se certas inadequações ao modelo clássico, uma vez que os rendimentos de certas localidades eram heterogêneos em relação ao capital físico. Com as evoluções dos estudos, Mincer (1958), Schultz (1964) e Becker (1964) constataram que a teoria clássica era insuficiente para demonstrar as evoluções do crescimento e desenvolvimento econômico. Com isso, eles apuraram a existência de uma outra variável para indicar a construção do crescimento econômico: o capital humano.

Mincer (1958), correlacionou a diminuição do nível de desigualdade social, ou seja, a distribuição da renda pessoal, ao investimento em capital humano, na educação pessoal, na formação de mão de obra e na qualificação dos trabalhadores. Para o autor, o *trade-off* entre o tempo gasto com aperfeiçoamento ou manter se trabalhando sem novos conhecimentos era uma escolha racional e individual, porém necessária para o impacto da produtividade. O modelo de capital humano pressupõe que a decisão do indivíduo em investir em sua formação está baseada na relação de custos e benefícios de tal investimento, ou seja, a decisão no investimento em capital humano está baseado no valor líquido presente e nos ganhos futuros desse investimento, considerando a taxa de retorno do investimento e a taxa de juros do mercado.

De acordo com Schultz (1964) e Becker (1964), o aperfeiçoamento da população, através do investimento em educação seria essencial para a elevação da produtividade e conseqüentemente impactando na economia e no desenvolvimento da região. A teoria do capital humana afirma que os investimentos em educação tornam o indivíduo mais produtivo, assim, podendo influenciar positivamente as taxas de crescimento do país. A ideia central da teoria é que o investimento na formação pessoal além de aumentar as taxas de produtividade do trabalhador, alavanca o progresso do país; também tem como consequência os ganhos reais na remuneração. (SCHULTZ, 1961; BECKER 1993)

A teoria do capital humano correlaciona, assim, o nível de escolaridade dos indivíduos e o seu respectivo sucesso profissional, fundamentando que as taxas de retorno associadas aos investimentos em educação contribuem tanto para o crescimento individual quanto para a sociedade como um todo, já que a melhora nos

rendimentos individuais acaba gerando efeitos de transbordamento (*Spillovers*) na sociedade, tendo efeito positivo sobre a saúde e a formação das famílias.

Tanto Becker (2007) quanto Schultz (1967), afirmam que para que a educação possa resultar em efeito de causalidade no processo de crescimento socioeconômico é necessário que os investimentos relacionados à construção do capital humano sejam de qualidade.

Por décadas, pesquisadores mensuram os retornos do investimento em educação a partir do crescimento e desenvolvimento da região¹⁵. Partindo do pressuposto de que educação se apresenta como fator decisivo para a qualificação da população e influi, consideravelmente, no desempenho regional; o capital humano demonstra a capacidade de reduzir as disparidades econômicas e fomentar o desenvolvimento regional, assim, elevando a capacidade produtiva da população e minimizando os custos de produção, fazendo com que evidencie ganhos a população através dos retornos crescentes de produção.

A noção de fenômenos não tangíveis como fatores determinantes para o progresso foi se acentuando à medida que o interesse por resultados mais convictos se tornou necessário para o dimensionamento do crescimento econômico-regional. Em face disso, o efeito do capital humano deixa de ser meramente desprezível para se tornar um dos fatores do crescimento econômico e fonte de impacto tradicional no desenvolvimento local.

Nos efeitos diretos temos os impactos que afetam a renda do trabalhador por meio da melhora na produtividade marginal do trabalho, atingindo diretamente a função de produção, onde os fatores como capital e tecnologia se mantêm constantes. Os efeitos diretos são responsáveis por capacitar os trabalhadores de forma que consigam melhorar suas habilidades em relação a tarefa realizada, assim, aumentando sua capacidade produtiva e, conseqüentemente, almejando ganhos na

¹⁵ A partir dos estudos, como Ranis e Stewart (2000) *Economic Growth and Human Development*; Nafukho, Hairston e Brooks (2004) *Human capital theory: implications for human resource development*; Dimov and Shepherd (2005) *Human capital theory and venture capital firms: exploring "home runs" and "strike outs"*; Hanushek (2013) *Economic growth in developing countries: The role of human capital*; Curea and Ciora (2014) *The impact of human capital on economic growth*; Boztosun, Aksoylu e Ulucak (2016) *The Role of Human Capital in Economic Growth* Ou em estudos nacionais como: Lima e Urbina (2002) *O capital humano na gestão da produção-uma abordagem microeconômico* Cangussu, Salvato e Nakabashi (2010) *Uma análise do capital humano sobre o nível de renda dos estados brasileiros: MRW versus Mincer*; Fonseca (2018) *Desenvolvimento econômico e capital humano: teorias, críticas e análise do caso brasileiro*. Várias evidências mais recentes foram publicadas na literatura corroborando com a importância do capital humano como vetor para os modelos de crescimento e desenvolvimento socioeconômicos.

sua renda. Já por efeitos indiretos são os impactos que geram o aumento da tecnologia disponível no processo de produção, deste modo criando uma nova fronteira de possibilidades de produção. Outro fator essencial dos impactos indiretos é a capacidade de difusão da tecnologia.

2.1.1 Os Efeitos Diretos do Capital Humano

Para que possamos entender melhor os efeitos diretos do capital humano devemos entender como o capital humano se encaixa na função de produção. A teoria da firma que explica a relação da renda do trabalhador ao seu nível de produção. Logo, para uma produção com dois insumos variáveis K (capital) e L (trabalho) devemos combinar a isoquanta com a isocusto. A linha da isocusto é apresentada como $C = wL + rK$, para w (salário) e r (custo do capital). Apresentando C em uma equação linear que relaciona K e L, encontramos $K = C/r - (w/r)L$, no qual a inclinação da isocusto se dá pela razão entre o salário e o custo do capital.

$$\frac{\Delta K}{\Delta L} = -\left(\frac{w}{r}\right)$$

A curva isoquanta mostra as diferentes combinações de capital (K) e trabalho (L) que geram a mesma quantidade produzida de um bem. E é apresentada pela razão entre a produtividade marginal do trabalho - PMg_L e a produtividade marginal do capital - PMg_K.

$$\frac{PMg_L}{PMg_K}$$

A partir da combinação da isoquanta e da isocusto teremos a taxa marginal de substituição técnica (TMST), que indica a quantidade de um tipo de insumo, o qual se pode reduzir/aumentar com o aumento/redução de uma única unidade de outro tipo de insumo de modo que a produção da firma permaneça constante.

$$TMST = -\frac{\Delta K}{\Delta L} = \frac{PMg_L}{PMg_K} = \frac{PMg_L}{w} = \frac{PMg_K}{r}$$

Podemos traduzir que a razão $PMgk/r$ seria a relação do capital físico (máquinas, equipamentos, motores) e a razão $PMgl/w$ explicaria a relação do capital humano (trabalhadores), que surge do investimento em educação e conhecimento. Assim os aumentos na $PMgl$, decorrentes da qualificação profissional gerariam um aumento no salário do trabalhador desde que não ultrapasse o custo com capital físico.

Outra importante explicação que busca relacionar os rendimentos individuais aos anos de escolaridade e experiência de trabalho é equação de Mincer. O modelo salarial de Jacob Mincer (1974) concebia uma equação para explicar o aumento dos rendimentos em favor dos fatores explicativos, como: nível de escolaridade e experiência além de outras variáveis mais isoladas, como sexo.

A equação Minceriana de salários calcula a taxa interna de retorno da educação, a qual maximiza o valor presente líquido dos rendimentos futuros em relação ao número de anos estudados, assim representando uma regressão dos rendimentos de log contra os anos de estudo.

Em síntese, o indivíduo faz investimentos almejando ganhos futuros e o mesmo ocorre com os investimentos em educação. A escolha do investimento em educação pressupõe que os ganhos futuros em sua renda sejam compensadores aos recursos investidos (BECKER, 1993). O indivíduo comparará os retornos presentes de cada atividade à taxa de retorno futuro que o investimento proporcionará, assim, o indivíduo tende a optar por atividades que associem a valores presentes mais significativos.

Segundo Becker (1993), considerando a teoria do capital humano, o conceito da taxa de retorno para a escolaridade se modela no custo de oportunidade de se investir em educação, em relação a outras alternativas. Becker demonstrou o efeito diploma levando em consideração variantes como o tempo de vida no trabalho, os custos incorridos pelo custo de oportunidade de não está no mercado e as imperfeições no mercado de crédito. Assim, considerando os custos diretos e indiretos, Becker explica que as decisões individuais podem beneficiar toda a sociedade, pois os benefícios auferidos pelo indivíduo podem ter efeitos longínquos.

Como efeitos diretos do capital humano podemos entender que são os impactos que afetam diretamente a função de produção, na qual tem como subproduto o aumento da renda do trabalhador qualificado. Ou seja, a distribuição entre os

rendimentos pessoais está associada ao volume de investimento em capital humano que por sua vez impacta os fatores de produção.

À medida que há maiores investimentos em educação tanto por parte do Estado quanto por parte das empresas há maior qualificação do trabalhador que gera uma correlação positiva por meio do aumento da produção e conseqüentemente um acréscimo na renda o que gera fortes impactos econômicos. Quando o efeito de crescimento da renda, por conseqüência do investimento em educação, acontece em determinadas regiões contribui para equilibrar o crescimento econômico e reduzir as diferenças sociais entre as localidades.

Diversos estudos microeconômico empíricos surgiram para explicar a importância de se considerar a demanda por mão-de-obra qualificada na necessidade decorrida do acelerado processo de desenvolvimento. A partir dos estudos pioneiros de Langoni (1973), e dando suporte a teoria do capital humano pelos seus efeitos diretos, Barros e Mendonça (1995) descrevem que um dos determinantes da desigualdade salarial é a escolaridade. Em um estudo mais recente (2002), os autores identificam que a heterogeneidade salarial seria responsável por 39,5% da desigualdade salarial brasileira. Assim os estudiosos mostram que os trabalhadores com um nível educacional maior correspondem por uma maior produtividade e conseqüentemente, maiores remunerações.

Carpena e Oliveira (2002) buscaram relacionar o logaritmo dos rendimentos individuais com os respectivos anos de escolaridade, onde o coeficiente de escolaridade fornece uma base para o cálculo do retorno privado do investimento em educação, obtiveram que o retorno de um ano de educação por parte do indivíduo gerava um aumento de 10% em seus rendimentos.

Corroborando com os ensinamentos de Gary Becker; Teles (2005) demonstra que há ganhos de produtividade e ganhos salariais com o aumento do nível de escolaridade. A educação tem um papel importante para o crescimento e desenvolvimento econômico regional, conforme o autor o investimento de um indivíduo em educação em uma empresa pode vir a favorecer outros indivíduos da mesma empresa, além de poder beneficiar indivíduos na mesma cidade, região ou até mesmo em outros países.

Nas palavras de Viana e Lima:

Se de um lado os investimentos em capital humano contribuem para acumulação de capital, de outro, eles melhoram as rendas pessoais dos trabalhadores via ganhos de produtividade. Essa melhoria de renda tem um

efeito sobre todo o processo produtivo, pois impactará nos ramos de atividade que têm ligação direta com o mercado interno. Nesse sentido, os investimentos em capital humano feitos pelo estado e pelas empresas geram, a longo-prazo, bem-estar social, não só para a força de trabalho, quanto para a sociedade de um modo geral (VIANA E LIMA, 2010, PAG. 147).

Outro estudo que explica os fatores educacionais como resultados fáticos no crescimento da renda do trabalhador é o de Santos e Camillo (2011) que analisam a correlação das variáveis de educação sobre os rendimentos do trabalho. Utilizando de técnicas de regressões (simples e múltipla), respaldadas pela base teórica, o estudo constatou que para o cenário brasileiro no período de 2006 a 2009 os resultados apresentaram uma capacidade explicativa do comportamento associado a elevação da escolaridade média ao aumento da produtividade do trabalho e consequentemente dos indicadores de produtividade a renda do trabalho.

Estudos como os de Montenegro e Patrinos (2014) tendo como pressuposto que as taxas privadas de retorno explicam o comportamento dos indivíduos na busca pela qualificação educacional, comparam-se os retornos privados advindos da educação ao redor do mundo. Assim, os autores concluíram que os retornos à educação e à experiência possuem forte e positiva associação aos retornos privados, do qual constataram que um ano de escolaridade pode aferir de 2% a 20% na importância salarial a nível individual, além do mais os retornos associados ao ensino superior são maiores do que o do ensino secundário.

Os indivíduos investem em educação superior por vários motivos, entre eles: o auto aperfeiçoamento e a garantia de um emprego com rendimentos mais elevados. Segundo Pinfeld (2011), os dados indicam que os ganhos aumentam com o nível de escolaridade, logo, indivíduos com um diploma universitário ganham uma média de 60-70% a mais, por ano, do que indivíduos com, apenas, um diploma do ensino médio. Com uma pós-graduação, a diferença no nível de rendimentos pode alcançar 100% a mais que indivíduos com um diploma de ensino médio e cerca de 25% a mais do que aqueles com um diploma de bacharel.

Segundo o relatório anual da OCDE¹⁶, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, a renda individual dos brasileiros é valorada em cerca de 20% após a conclusão de um treinamento técnico, já as pessoas com educação superior esse percentual é majorado em até 120%.

¹⁶ Relatórios Econômicos OCDE Brasil, fevereiro de 2018.

2.1.2 Os Efeitos Indiretos do Capital Humano

Quando se analisa a formação do capital humano como fator de crescimento e desenvolvimento um dos fatores substanciais é verificar como o investimento em educação pode afetar a fronteira de possibilidade de produção (FPP). A FPP demonstra o limite de capacidade produtiva de uma empresa, país ou sociedade a partir da escassez dos fatores de produção. Ao longo desta curva é possível representar todas as possibilidades de produção existentes, porém a capacidade produtiva total tem um limite máximo dadas a limitação de recursos.

No caso de pontos a cima da FPP, esses somente serão atingidos caso haja um deslocamento da FPP para a direita, que acontecerá com um aumento dos fatores de produção a partir do surgimento de novas tecnologias, representando o desenvolvimento de uma sociedade.

Diante disso, a inserção do capital humano nos modelos de crescimento econômicos começou a ser vista com um novo propósito, a fim de compreender o desenvolvimento em longo prazo e os impactos dos investimentos em educação na capacidade produtiva da economia. No sentido de explicar a natureza do progresso econômico, as principais conclusões vieram a partir de uma outra variável implícita aos modelos estudados: o progresso tecnológico, atribuído as dotações de conhecimento e capital humano.

Solow (1957), tenta explicar as disparidades do crescimento econômico em relação ao capital físico. Focalizado na importância da educação, o autor, atribui o resultado do crescimento da renda de uma nação a três fatores: o aumento da força de trabalho, o acúmulo de capital físico e um residual de outros fatores, que para Solow, seria o responsável pelos contrastes no crescimento entre as nações. Esse residual denominado de “progresso tecnológico” e foi concedido ao aumento do nível educacional.

Griliches (1957), também ressaltou importância ao relacionamento do capital humano ao processo de disseminação tecnológico e conseqüentemente ao desenvolvimento regional. Desde seu estudo sobre milho híbrido (1957), deu especial atenção para o relacionamento entre a difusão tecnológica e o capital humano.

Griliches realizou pesquisas influentes sobre a medição dos retornos da educação e o investimento sobre o capital humano¹⁷ explicando a correlação entre o nível educacional e capacidade de aceitação das novas tecnologias. Para o autor, assim como para Schultz (1967), o grau de educação proporciona o melhor entendimento e recepção do fato novo e conseqüentemente a difusão mais rápida de uma nova tecnologia. Além do mais apesar de atestar que o crescimento está fortemente atrelado ao progresso tecnológico e ao fator humano, ambos não podem, por si só, reivindicarem o sucesso pelo crescimento e desenvolvimento econômico. É necessário que a sociedade esteja preparada para receber as novas tecnologias e com isso almejar o sucesso no desenvolvimento econômico.

Na tentativa de explicar a relação do progresso tecnológico e o crescimento econômico, Romer (1990) destaca a correlação do investimento em capital humano como determinantes para o aperfeiçoamento tecnológico. Assim, o investimento em capital humano seria responsável pela redução das disparidades econômicas e o fortalecimento das economias regionais, sendo capaz de gerar importantes externalidades positivas, das quais se tornariam superiores aos rendimentos marginais decrescentes.

O capital humano é descrito como o conhecimento e as habilidades que os trabalhadores acumulam entre os níveis de educação e suas experiências. Partindo dos preceitos narrados por Nakabashi e Figueiredo (2005) o capital humano é responsável pela geração de novas ideias o que é determinante para a aceleração no processo de difusão tecnológica, tanto em grupos de países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento. Assim, nas palavras dos autores “os coeficientes de interação entre capital humano e a distância da fronteira tecnológica são positivos e significativos” (NAKABASHI E FIGUEIREDO, 2005, P.166).

¹⁷ Griliches, Z. and Mason, W., “Education, Income, and Ability,” *Journal of Political Economy* 80(3), Part II, May 1972, S74-S103.

Griliches, Z., “Research Expenditures, Education and the Aggregate Agricultural Production Function,” *American Economic Review*, LIV(6) 1964, 961-974

Griliches, Z., *Technology, Education and Productivity: Early Papers with Notes to Subsequent Literature*, New York: Basil Blackwell 1988a.

2.1.3 O Papel das Universidades na Configuração do Capital Humano

As universidades em uma análise de impacto econômico, geram uma forma de impacto não tradicionalmente associada, sendo responsável pela criação de resultados futuros por meio do aprimoramento, formação de capital e aumento da base tecnológica de uma área.

A universidade, cumpre funções diversificadas na contribuição para o desenvolvimento socioeconômico nacional e regional. Elas através do seu papel fundacional de ensino, pesquisa e extensão participam diretamente na disponibilização de elementos essenciais para o desenvolvimento. As instituições de ensino superior são responsáveis pela oferta dos recursos humanos e geração de tecnologias e conhecimentos.

Quando falamos da teoria do capital humano, as universidades são responsáveis pela qualificação da mão de obra e pelo fomento da construção do capital humano.

As instituições de ensino superior funcionam como o papel chave para economia extramuros, sendo caracterizada como uma indústria do conhecimento, servindo como ofertante (estudantes, pesquisadores e professores) para a demanda do mercado regional, nacional e internacional. Essa função de exportação do capital humano é essencial para os objetivos universitários, ou seja, preparar mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. No momento em que as universidades atingem esse papel de produtoras de capital humano elas impactam o desenvolvimento da economia local. Partindo das especificidades do desenvolvimento de cada região as IES podem ajustar a formação do capital humano para cada localidade. Deste modo, para cada demanda das regiões atendidas pela instituição haverá um determinado foco às questões mercadológicas, sem, no entanto, desprender-se do caráter universalista.

Esse caráter de flexibilidade às Universidades deve ser inerente a sua missão como construtora do capital humano, assim, atendendo as necessidades socioeconômicas da região. Carnoy (1994) e Castells (1994) entendem que as IES devem formar capital humano para fomentar os setores econômicos (primário, secundário ou terciário) da região ou do país.

2.2 A Teoria da Substituição de Importações do Capital Humano

O conceito de substituição de importação amplamente divulgado e estudado foi um processo desenvolvido a partir de políticas comerciais e econômicas que visavam o aumento da produção interna (nacional) pela substituição das importações estrangeiras. Baseando na premissa que um país deve diminuir sua dependência a produção externa e valorizar os produtos locais.

O processo de substituição de importação foi muito utilizado na industrialização com consequências diretas no capital físico. As políticas protecionistas foram desenvolvidas no decorrer do século XX voltadas para o interior e praticadas pelos países em desenvolvimento no pós-guerra. Com uma abordagem que era orientada pela teoria do desenvolvimento na qual defendia o aumento da produtividade e ganhos econômicos dentro de um país; a substituição de importação também foi amplamente concebida no contexto do desenvolvimento latino-americano (FURTADO 1967).

Tais políticas foram desenvolvidas alinhadas à produção e o desenvolvimento de maneira autossuficiente. Essas medidas tentam construir um mercado interno focado aos aspectos nacionalistas, com a implementação de barreiras tarifárias, como o aumento de taxaço a produtos estrangeiros e os subsídios as indústrias nacionais; e barreiras não tarifárias com a interferência cambial.

Embora as políticas de substituição de importações industriais tenham alçado ganhos aparentes com o desenvolvimento industrial e a criação de empregos a curto prazo, foram apresentadas duras críticas ao modelo. Segundo Prebisch (1963), o modelo geraria ineficiências relacionadas ao baixo uso das economias de escala e os custos médios elevados das indústrias, incompatíveis, com o livre mercado. Prebisch (1963) argumenta que as políticas protecionistas levam a ineficiências dinâmicas, devido à falta de concorrência com o mercado externo, pois não há incentivos a incrementação da produtividade e a busca pela eficiência.

Porém apresentando a substituição de importação saindo da abordagem tradicional para uma nova realidade contextual, onde nos encontramos em uma economia contemporânea e globalizada. A substituição de importações para ser bem-sucedida deve se adaptar ao contexto atual, demonstrando adaptações aos novos fatores de produção e os níveis de abrangência. A partir de uma nova visão do modelo, voltado para a formação de capital humano e com compreensão regional, pode ser

apresentado como uma ferramenta importante para o desenvolvimento socioeconômico.

Primeiramente, a substituição de importação foi utilizada em países em desenvolvimento, principalmente a nível internacional, e conforme apresentado pela literatura, a investigação sobre os impactos do modelo em nível regional é escassa. Castells e Hall (1994) argumentam que a utilização dos efeitos da substituição de importações não foi devidamente aplicada em nível regional. Os países que implementaram a substituição de importação durante as décadas do pós-guerra tiveram dificuldades no alcance sustentável do crescimento devido as ineficiências do modelo relativos à economia de escala, a nível internacional (PREBISCH, 1963). Já em nível regional, de acordo com Kwon (2010, p. 5) “Jacobs introduziu a substituição de importações a nível nacional, afirmando que uma região deve criar novas indústrias para substituir bens e serviços que não foram produzidos dentro da região”. Jacobs (1969) apresenta a substituição de importações como uma ferramenta essencial para a expansão econômica regional.

Diferentemente da abordagem internacional, a substituição de importações a nível regional conduz o desenvolvimento das cidades e microrregiões de maneira que geram um efeito de transbordamento para outras regiões amenizando os efeitos do balde furado. Deste modo o modelo se demonstra como um auxílio aos insumos locais para posteriormente alcançar os entornos regionais e os níveis nacionais, com uma abordagem de desenvolvimento de dentro para fora (*inside-outside*). As cidades, independentemente, do seu tamanho podem se beneficiar da substituição de importação (MARKUSEN, 2007).

Outro importante fator da teoria é a necessidade de compreender a substituição de importação com efeito nos novos fatores de produção, como o capital humano. A examinação da teoria da substituição de importações em um discurso presente em sociedades contemporâneas, devem reconsiderar a importância das substituições de importação para o desenvolvimento de estratégias econômicas. Saindo de um viés industrial para uma abordagem educacional podemos reconsiderar o modelo para explicar os impactos socioeconômicos que as universidades podem gerar na região¹⁸.

¹⁸ Para Blackwell, Cobb e Weinberg (2002) a substituição de importações é vista como uma ferramenta importante para os impactos educacionais. Já que nas instituições de nível superior tal efeito pode ser interpretado pelos estudantes locais, que se caso não existisse uma universidade na região de origem ou se as universidades que se encontrem na região não possuam destaque, seriam atraídos por outra

Conforme é apresentado por Cobb e Weinberg (1993), a substituição de importações ocorre sempre que por não existir um evento na localidade, os residentes locais gastam seus recursos fora da região de origem. Porém, caso houvesse o evento na própria região de origem, logo, haveria uma substituição de importações, onde ao invés de perder recursos para o meio externo a região de origem poderia captar recursos de fora. Além do mais, os recursos locais que seriam perdidos, agora, seriam aproveitados na localidade. Assim, a substituição de importação é apresentada como um jogo de soma não-zero, onde a região de origem deixa de perder recursos e acaba captando novos, ou seja, ao invés de perder recursos para fora da região, poder-se-ia atrair recursos não-locais para dentro da mesma.

Então podemos explicar a substituição de importação sobre dois fatores determinantes para o desenvolvimento socioeconômico: o primeiro, pelo aproveitamento dos recursos locais dentro da própria região e, o segundo, pela atração de novos recursos de fora da localidade. De acordo com Blackwell et al. (2002) é de suma importância evidenciar os dois efeitos casuísticos da substituição de importação, já que a desconsideração de um dos fatores, inclusive da inclusão do impacto de origem local, pode ser determinante para a falha do diagnóstico em estudos de impacto econômico universitário. Da mesma forma explica Cobb e Olberding (2007), afirmando que a desconsideração dos fatores locais pode trazer erros no tratamento de impacto de base local.

Um último fator que também deve ser incluído como consequência ao desenvolvimento da importação de substituição é o da externalização. O qual pode se apresentar de forma direta; ocasionado pelo excedente produzido. Ou de forma indireta; pelos efeitos de externalidade positiva. Deste modo, transformando o capital humano e intelectual em um novo recurso a ser aproveitado.

2.2.1 Fatores Críticos da Teoria da Substituição de Importações

Na análise do desenvolvimento econômico regional mediante o progresso no setor de educação superior, uma importante questão refere-se ao papel

região. Porém, caso a região de origem possuísse uma universidade, aconteceria o processo inverso, estudantes de outras localidades seriam atraídos.

desempenhado pela substituição de importação. Portanto, em uma abordagem econômica do impacto universitário podemos determinar dois fatores críticos para a construção da teoria da substituição de importação: a importação e a exportação. Na literatura de desenvolvimento econômico regional reforçam o papel da substituição de importação na abordagem sobre o desenvolvimento econômico regional em termos de importação e exportação. Autores sugerem que as regiões devem prosseguir ambas estratégias e que uma decorre da outra (Blair e Carroll,2008)

Dado o exposto podemos relatar as teorias da base de consumo e a teoria da base de exportação, das quais são apresentadas como alternativas uma para outra (KWON,2009). E considerando as vantagens comparativas atribuídas as estratégias da teoria base de consumo e base de exportação, ambas apresentam um desempenho mútuo para o desenvolvimento econômico regional (COOKE E WATSON, 2011).

2.2.1.1 A Importação do Capital Humano

A importância do papel da substituição de importação é enfatizada por Jacobs (1969) onde o autor argumentava que nos estágios iniciais é necessário a importação de alguns produtos para a construção da sua base, porém à medida que a região se evolui, os efeitos da importação diminuem e se tornam inversos, ou seja, deixam de importar e começam a aplicar a substituição de importação.

Segundo Know (2009) quando falamos em estabilização econômica regional e desenvolvimento local, a partir da substituição de importação ambos os termos estão ligados a três conceitos importantes, a teoria de base de consumo, o efeito multiplicador e a teoria do vazamento.

2.2.1.1.1 - Teoria de Base de Consumo

Para dar início a construção de uma base sólida de implementação do modelo, a teoria de base de consumo se apresenta como um dos fatores críticos. A teoria explica que o crescimento econômico regional pode ser melhorado a partir do investimento em produtores de bens e serviços locais para consumo local, fomentando as atividades econômicas locais a fim de induzir os consumidores a consumir localmente em vez de consumir fora da região. Conforme foi apresentado por Markusen (2007), as atividades econômicas a partir dos serviços locais geram impactos econômicos semelhantes aos gerados pela base de exportação.

A teoria de base de consumo é uma importante estratégia na consolidação da teoria de substituição de importação. Vários pesquisadores aplicam a teoria de base de consumo em diversos campos, como bem-estar, saúde e educação. Wenzl (2003) demonstrou que na área rural do Estado de Washington o investimento em clínicas de saúde, asilos e casas de repouso reduziram a emigração da população local em busca de melhores serviços fora da região.

Com um pensamento voltado para a questão da educação superior, o investimento nas instituições de nível superior toma efeitos semelhantes ao dos outros campos de estudo, reduzindo a emigração do capital humano no seu primeiro estágio e fomentando a imigração de recursos de fora, no seu segundo estágio (COBB e WEINBERG, 1993; BLACKWELL, COBB e WEINBERG, 2002; MONTENEGRO e PATRINOS, 2014).

A construção do capital humano local reduz os efeitos de importação, assim a importação de profissionais de fora da região vai sendo substituída a partir da construção da base profissional, já que os próximos profissionais serão ofertados pelas próprias instituições locais. Deste modo, com o investimento adequado e sendo bem utilizado a formação do capital humano qualificado reduzirá cada vez mais a necessidade de importação.

Uma das consequências do fator de substituição de importação no cenário da base de consumo é o efeito atrativo, que é o efeito pelo qual as pessoas ou empresas se sentem atraídas pela região devido os benefícios que possam conseguir, caso se encontrem na localidade. O efeito atrativo se destaca pela importância no desenvolvimento da teoria em consequência ao novo cenário socioeconômico e deve

ser interpretado como uma importação voluntária, já que os recursos vão ao encontro do atraente.

Conforme a teoria de substituição de importação e a base de consumo, o efeito atrativo é desenvolvido a partir do momento em que acontecem os investimentos internos, só então a região vai criando uma identidade visual, adquirindo prestígio e provocando interesse. A partir dos novos investimentos e com o alcance do reconhecimento, surgem novos consumidores e novos investidores.

De acordo com Markusen (2007), os investimentos locais tem decorrência direta nos gastos dos moradores dentro da região, deste modo, atraindo visitantes e expondo os moradores de fora da região. Para o autor, a melhora na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade são fatores determinantes para a atração de novos consumidores não-locais, que podem aumentar as receitas internas.

Corroborando com os princípios da substituição de importação o efeito atrativo é altamente correlacionado ao fato de caso aconteça um evento na região 1 e não acontecer eventos semelhantes em regiões próximas, o efeito atrativo que a região 1 terá sobre as demais regiões acaba dando mais relevância a região 1 e conseqüentemente atraindo os recursos para a mesma. A promoção desses eventos é criada por meio de razões estratégicas, das quais geram expectativa de desenvolvimento econômico regional onde os benefícios são dominantes (GETZ, 2008).

O efeito atrativo aplicado ao contexto universitário pode ser interpretado de duas formas: atraindo visitantes para eventos que ocorrem na instituição como: conferências, palestras, pesquisas, apresentações, eventos esportivos etc. Por outro lado, temos o efeito atrativo como forma de atrair novos estudantes e talentos para a universidade, a fim de alimentar a instituição por meio de capital intelectual potencializando a marca institucional

No primeiro caso são analisados os impactos econômicos que os visitantes trazem para a região por meio dos eventos não corriqueiros, ou seja, aqueles eventos que não são fixos, portanto, a importância crucial da avaliação dos impactos econômicos serve para dar suporte ao cálculo dos efeitos multiplicadores (KWIATKOWSKI, 2016). Eventos esses que acontecem em decorrência da universidade e impactam na região.

No segundo caso, as IES se tornam um ponto de referência para a atração e retenção de novos talentos. Para Florida (1999) a maior contribuição das

universidades no contexto econômico é o desenvolvimento e atração de talentos, pois pessoas talentosas não são motivadas por questões remunerativas, somente, elas buscam outras pessoas talentosas para compartilhar seus conhecimentos criando um ciclo de crescimento, onde acabam atraindo empresas que buscam essa fonte de conhecimento.

O sucesso econômico de uma região parte do princípio da sua capacidade de atração e retenção de talentos, assim as universidades possuem relevância na construção do capital humano que por vezes dependerá da capacidade de fortalecimento da imigração dos estudantes. Florida (2002 e 2014) afirma que a concentração dos melhores recursos humanos, as medidas de diversidade e a qualidade das instituições de pesquisa são características que permitem as regiões atraírem talentos e se tornarem mais competitivas.

2.2.1.1.2 - Efeito Multiplicador da Renda

O efeito multiplicador é uma expressão mais representativa dos impactos gerados no sistema econômico partindo de um investimento. Onde para cada nova unidade injetada na economia regional, a produção total na região aumentaria em um número maior do que um, devido aos efeitos diretos, indiretos e induzidos. Assim os investimentos aplicados em determinado setor são repartidos entre salários, receita dos proprietários e pagamento de fornecedores que partem dessa origem e se espalham para outros setores. De modo consequente, a quantidade de crescimento da renda se torna maior do que o valor inicialmente investido, essa razão entre o crescimento e o valor inicial do investimento são consequências do efeito multiplicador (KNOW, 2009)

O efeito multiplicador tem sido bastante explorado nas atividades econômicas com base de exportação, onde o aumento das exportações tem sido uma estratégia de desenvolvimento dominante. No entanto, o efeito na substituição de importação tem atraído gradual atenção, pelo fato de gerar um efeito tão impressionante quanto na exportação, além de ser um fator, por vezes, esquecido na mensuração dos impactos econômicos regionais (ELVIN, 2008).

O efeito multiplicador se dá através dos efeitos gerados por meio da teoria de base de consumo e pelos efeitos atrativos da região. Cooke e Watson (2011) explicam

que na teoria base de consumo o efeito multiplicado é apresentado por meio de três situações: A primeira, refere-se à diminuição do consumo de produtos importados e o aumento do consumo de produtos domésticos, fomentando a atividade econômica local, proporcionando um efeito direto na economia. Deste modo, os serviços consumidos na área doméstica são ricos em mão-de-obra, assim, os investimentos causados pelo aumento do consumo local irão diretamente para a receita dos funcionários, além de estimular a geração de empregos.

A segunda é apresentada como os efeitos do aumento da produção local sobre a demanda endógena, ou seja, os efeitos diretos dos investimentos locais geram efeitos indiretos e induzidos. Dessa forma, a receita repassada para os funcionários, fornecedores e/ou proprietários acaba sendo repassada para outros agentes locais, de forma indireta e/ou induzida, já que os sujeitos acabam consumindo parte da sua renda dentro da própria região.

A terceira situação é o que o autor chama de “aprofundamento” que é encontrado de forma mais precisa na substituição de importação. O efeito de aprofundamento é o aumento da interrelação entre as transações industriais voltadas para os bens e serviços produzidos domesticamente, sob as demandas finais. Essa melhora nas ligações entre as indústrias locais acaba aumentando os coeficientes técnicos, melhorando as comunicações e criando uma economia mais profunda, onde mais recursos tendem a ser mantidos dentro da economia gerando os multiplicadores de saída local.

Em relação a atividade turístico-educacional o efeito multiplicador é aplicado ao fluxo de gastos associados as atividades educacionais, como seminários, congressos, palestras, reuniões, encontros, cursos, conferências, fóruns, jornadas entre outros eventos, partindo de uma alternativa eficaz de captação dos efeitos secundários desencadeados pelo turismo (PEREIRA ET AL, 2014).

Quando falamos em gastos provenientes dos estudantes , vale ressaltar que podemos dividir os estudantes em algumas categorias: estudantes que estão dentro do campus, estudantes que estão fora do campus , estudantes de pós graduação e os estudantes já graduados; dos quais possuem impactos econômicos diferentes, já que uns possuem gastos sobrepostos aos outros.

Os estudantes que estão fora do campus, já estão formados e participam diretamente da economia através da participação do conhecimento adquirido. Nessa perspectiva, contribuem com a renda almejada, a qualidade do serviço prestado e os

avanços que a educação pode trazer para o crescimento e desenvolvimento econômico (PINFOLD, 2011).

Os estudantes que estão dentro do campus participam ativamente da economia por meio dos gastos exigidos pela vida acadêmica, como: gastos com mensalidade, custo de vida (moradia, alimentação, roupas e transporte) e o entretenimento. Esses gastos acabam fomentando a economia regional compartilhando o fluxo de renda diretamente com os negócios locais. Além dos gastos diretos, temos os gastos indiretos e os gastos induzidos, que acabam ampliando as matrizes do efeito multiplicador na economia.

Os docentes e os visitantes também são parte integrante dos impactos econômicos derivados do efeito atrativo das universidades. Os docentes, tanto na atividade de professor visitante quanto de professor permanente são responsáveis pela movimentação econômica.

As universidades também recebem estudantes visitantes, estudantes regulares advindos de outros países; intercambistas; palestrantes; pesquisadores; professores visitantes, entre outros.

A receita injetada pelos turistas tende a passar por diversos setores da economia, assim as despesas relacionadas a hospedagem, alimentação, entretenimento entre outros são repassadas partes para o custeio de bens e serviços necessários a estes últimos, assegurando a continuidade do serviço. Então como informado por Jorge Antônio Santos Silva:

O consumo turístico, no curso das contínuas passagens através da economia nacional, dá origem a novas rendas, que numa medida mais "inferior", se transformarão em consumos não mais turísticos. Em outra medida, ainda mais reduzida, se transformarão em poupança, a qual poderá se transformar em investimento na própria atividade turística ou em outra atividade produtiva, dando-se início a um novo ciclo (SILVA, 2004, PAG. 295).

Nesse sentido, os efeitos multiplicadores geram um crescimento de escala a região, já que quanto maior o consumo, maior será a aptidão do efeito multiplicador, do crescimento da renda local e do desenvolvimento regional.

Para se compreender melhor os efeitos relacionados ao multiplicador no turismo, pode-se subdividir, conforme explica Boratti e Rocha (2008), em três categorias de impacto.

Diretos: São os gastos realizados pelos visitantes através do consumo de bens e serviços locais, como hospedagem, transporte, alimentação, entretenimento entre

outros. Desta maneira, os impactos diretos dos gastos tendem a ser mais facilmente identificados e representam a transferência de recursos não-locais para dentro da localidade. Os autores ressaltam que regiões bem desenvolvidas tendem a absorver melhor os efeitos diretos, pois economias locais que conseguem produzir suprimentos suficientes para atender a demanda interna e externa tendem a ser menos dependentes da importação de recursos.

Indiretos: São os impactos mediatos das entradas de recursos diretos. À medida que surge a introdução de receitas direta há a necessidade de investimentos e prestação de serviços para o meio turístico a fim de atender o aumento da demanda. Os efeitos indiretos podem ser representados pela especialização de mão-de-obra para o atendimento dos visitantes, pelo investimento em novos campos de turismo, pelo aumento da estrutura de recepção dos visitantes.

Induzidos: Relaciona-se a renda gerada a partir dos investimentos indiretos, ocasionados em função do turismo e que se desdobram em outras atividades econômicas. Os efeitos induzidos surgem como suporte para os prestadores de serviços turísticos e com investimentos estimulantes ao bem-estar dos visitantes e da população. A atividade atua gerando renda além da indústria turística, extrapolando os efeitos para quase todos setores da economia e também gerando externalidades positivas para o bem-estar da sociedade.

O reflexo do efeito multiplicador ocasionado pelo efeito atrativo faz-se sentir na construção civil, na indústria alimentícia, na geração de emprego e na arrecadação de impostos. O efeito multiplicador se espalha pelas mais diversas áreas, saindo do perfil clássico da indústria do turismo¹⁹ e beneficiando indústrias e serviços relacionados a atividades diversas. O setor público também é participante dos efeitos induzidos, atuando na realização de obras, publicidade e investimentos ligados ao caráter atrativo.

Tais resultados, conforme apreciados por Tribe (2003), causam efeitos positivos em variáveis-chaves da produção como a renda, o emprego e a receita do governo. Para Barbosa, Martelotte e Zouain (2006) os efeitos gerados pelo fator multiplicador (diretos, indiretos e induzidos) trazem bons indicadores da importância das universidades na economia local.

¹⁹ Quando se fala do perfil clássico da indústria do turismo se refere aos serviços de alojamento, serviços de restaurante e transporte, que conforme Incera e Fernandez (2015) estão fortemente ligados aos serviços de aluguel, produtos primários, alimentos e bebidas.

Blake (2008) estuda os efeitos multiplicadores como fatores de combate às desigualdades sociais, onde caso as famílias de baixa renda estejam envolvidas nas atividades, desse modo, ajudarão a diminuir as desigualdades sociais e melhorar o alcance ao capital, como passivo aos efeitos diretos, indiretos ou induzidos.

Os conceitos dos impactos referentes ao efeito multiplicador são análogos aos apresentados na teoria de base de consumo, porém a diferença se encontra ao fato da origem da receita. Naquela são oriundas das fontes de financiamento enquanto nestes são dos agentes não-locais.

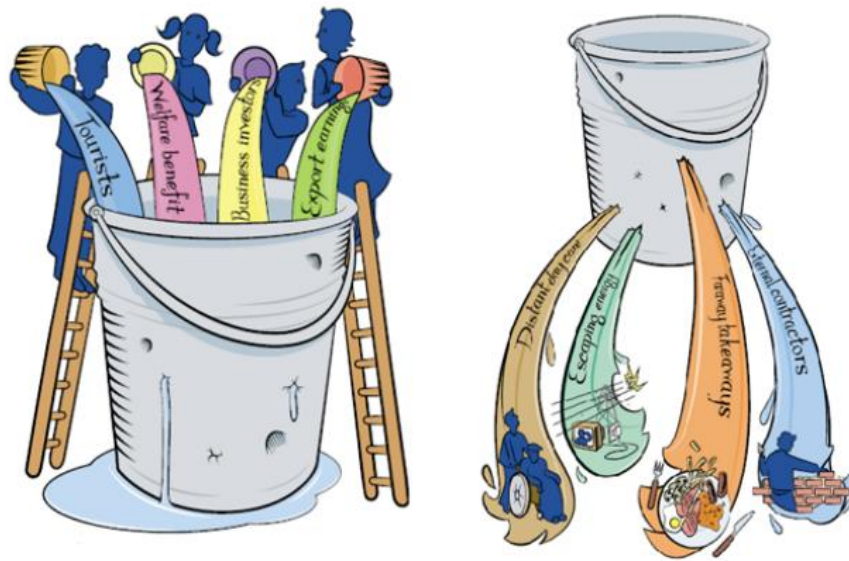
2.2.1.1.3 -Teoria do Balde Furado

A última teoria abordada para a consolidação da teoria da substituição de importação é a teoria do balde furado ou teoria do vazamento.

A teoria do balde furado é uma importante ferramenta econômica para ajudar os gestores políticos no entendimento da economia local. O modelo permite identificar e quantificar os principais fluxos de recursos que entram e saem da comunidade, revelando oportunidades econômicas que podem ajudar o crescimento local (CUNNINGHAM, 2011). Além disso, a teoria do vazamento considera os fluxos de capital dentro da região, demonstrando a comunicação entre os consumidores e reelando se a economia local tem se diversificado ou se as atividades particulares tem se intensificado (MARKUSEN,2007).

A teoria do vazamento é frequentemente ilustrada com a imagem de um balde furado, como mostra a figura 2. O balde é considerado a economia local e a água dentro do recipiente é considerada o fluxo de recursos que estão dentro da economia. A torneira a cima do balde representa os recursos não-locais que entram na região, esses recursos podem ser financeiros, como investimentos públicos e privados, receita advinda do turismo, vendas de bens e serviços; recursos humanos, como o capital humano; recursos intangíveis, como os benefícios do bem-estar.

Figura 2: Teoria do balde furado



Fonte: Ward & Lewis. 2003. Plugging the Leaks. p. 17.

O volume da água dentro do balde é explicado pelo nível das atividades econômicas, ou seja, quanto mais recursos circulando internamente melhor se encontra a saúde econômica da região. Conforme explica Ward e Lewis (2003), a capacidade receptiva da região pode ser melhorada através de uma atração adicional de investimentos externos e pela capacidade de se criar uma redistribuição dos gastos não-locais dentro da própria comunidade, o que significaria os efeitos indiretos e induzidos dos gastos não-locais. Após inseridos dentro da região tais recursos acabam fomentando a economia e melhorando o desenvolvimento interno, além do mais, ajudam a identificar os principais cursos de movimentação interna auxiliando na tomada de decisões das políticas públicas, como a produção de bens e serviços, a expansão das atividades existentes, a agregação de valor aos produtos internos e/ou o redirecionamento do investimento em produtos subutilizados (CUNNINGHAM, 2011). Deste modo, explorando de forma mais eficiente os recursos que entram na região, permite-se que se identifique novas oportunidades para a recirculação dos recursos em outras partes da economia local (WARD E LEWIS, 2003).

Porém o balde apresenta vários furos, por onde escorrem a água para fora. E a água que está vazando são os recursos acumulados dentro do balde que acabam sendo perdidos para o meio externo. Esses recursos podem ser investimentos privados, como a inserção de uma fábrica que muda de região devido à alta carga tributária, a mudança de um polo tecnológico por falta de mão-de-obra qualificada,

recursos que saem devido aos altos custos com importação. Esses vazamentos acabam gerando efeitos negativos na economia. Sabendo que o balde cheio é a representação da saúde econômica, a partir do momento que o balde vai se esvaziando há a necessidade de repor os recursos perdidos. Os questionamentos principais que surgem nessa teoria é como manter mais água dentro do balde, ou seja, como manter mais recursos dentro da economia local?

Uma maneira é aumentar o fluxo de entrada, ou seja, conseguir atrair mais recursos para dentro da região e a outra é conseguir manter os recursos que se encontram dentro. Em ambos os casos o problema se encontra nos vazamentos, já que devido aos orifícios, apesar de atrair continuamente novos investimentos esses investimentos acabam não ficando na região. Assim, a estratégia utilizada seria a redução dos vazamentos e o aumento da circulação dos recursos dentro da localidade, logo, tampando os buracos no balde conseguir-se-ia manter uma quantidade maior de água em seu interior, aproveitando da melhor maneira os recursos adquiridos de fora.

Utilizando os benefícios de ambos os casos ter-se-ia um modelo mais eficaz de captação de recursos, no qual conveniente ao aumento do fluxo de entradas e a diminuição dos vazamentos a economia local começaria a ter efeitos de transbordamento. Para Know (2009) a substituição de importações pode ser uma ferramenta importante para conter os vazamentos. A Identificação das causas que geram os vazamentos é o primeiro passo a ser feito, após esse diagnóstico deve-se trabalhar em planos de ações para conter os vazamentos. A substituição de importação vai deslocar o fluxo de gastos com importações para fomentar os recursos internos e atrair novos recursos em um novo fluxo migratório, reduzindo os vazamentos e aumentando a captação. Segundo Bond (2002) e Preston (2004). torna-se crucial ter um efeito de entupimento aos vazamentos da economia local, pois o fluxo de recursos internos encoraja as pessoas as compras locais, ao financiamento de eventos especiais, ao fornecimento de infraestrutura e a promoção e formação de empresas na localidade.

A muitos caminhos para se utilizar das ferramentas da teoria do balde furado. A partir das décadas de 80 e 90 essa ferramenta foi introduzida para a análise e o desenho dos processos de fluxo de renda nas regiões. A partir daí o modelo do balde furado tem sido redefinido e adaptado para vários contextos (CUNNINGHAM, 2011). Aproveitando a ferramenta na construção do capital humano, o modelo se faz

necessário para a atração de talentos, estudantes, financiamentos, bem-estar na tentativa de absorver e reter a maior quantidade de recursos dentro da região e melhorar o desenvolvimento da mesma.

Na literatura sobre crescimento econômico, de forma geral, consideram que a acumulação do capital humano é um dos fatores que distinguem as regiões e determinam o crescimento e desenvolvimento das cidades. Portanto, conforme é apresentado por Liu e Shen (2014) o influxo de capital humano na região melhora a capacidade de crescimento endógeno das localidades receptoras, além do mais, a retenção desse capital incentiva o potencial de investimento em qualificação dos próprios moradores.

2.2.1.2 A Exportação do Capital Humano

Na análise do desenvolvimento econômico uma importante questão refere-se ao papel exercido pela substituição de importações no desenvolvimento da expansão das exportações. A substituição de importação regional parte de uma estratégia de desenvolvimento que toma como reforço a exportação regional, no qual o aumento da produção interna, a valorização do produto local, os efeitos atrativos da economia e os efeitos multiplicadores geram um efeito de transbordamento para as localidades vizinhas.

Os benefícios econômicos do aumento do comércio interno acabam ultrapassando os limites da região e alcançando outras regiões. As exportações são um importante fator para esse rompimento de fronteiras, já que elas atuam como forma de política macroeconômica expansionista. Carmo et al (2017) explica os efeitos do transbordamento quanto aos efeitos do crescimento do PIB externo sobre as exportações e, portanto, sobre o crescimento do PIB doméstico.

A exportação como outro fator crítico e determinante para o desenvolvimento econômico regional, pode ser melhor compreendido através da teoria base de exportação. A teoria base de exportação é vista de duas maneiras, primeiramente, como forma de impulsão para o crescimento inicial, sendo importante para aumentar os fluxos monetários de uma região, engendrando um efeito multiplicador em nível local, porém com forte dependência do financiamento de importações, que se tornam necessárias para a satisfação do setor exportador (KRIKELAS,1992).

Logo, por outro lado, a teoria base de exportação pode ser concebida como uma consequência do desenvolvimento da região, onde pode ser representada pelo fator de transbordamento do excedente do produtor. Conforme explica Carmo et al (2017), o modelo de Feder foi desenvolvido para tentar mensurar os efeitos diretos e indiretos das exportações, onde o modelo é dividido em dois setores: o setor exportador, voltado para o mercado externo, e o setor não exportado, voltado para o mercado interno e conseqüentemente para o externo. Ambo os setores possuem como fatores de produção, capital e trabalho. Porém o setor não exportador tem como característica a produção em função do setor exportador, assim o excedente do setor não exportador acaba dando origem ao setor exportador. Nas palavras de Carmo (2017, p. 153) “as exportações aumentam o crescimento econômico por meio do diferencial de produtividade existente entre o setor exportador e não exportador, bem como pela externalidade positiva gerada pelo setor exportador sobre o setor não exportador”.

Assim, à medida que a região se torna mais desenvolvida e autossuficiente, as importações deixam de ser uma variável dependente para o fenômeno de exportações. Dessarte, a região começa a produzir recursos que suprem a necessidade interna, já que para que haja um desenvolvimento de forma progressiva e sustentável há a necessidade dos serviços sejam oferecidos dentro da região. Contudo, os produtos gerados internamente acabam gerando excedentes que alcançam as necessidades externas, pelo processo de exportação. A teoria de base de exportação investigou que após a experimentação de várias culturas atestavam qual seria a mais economicamente viável e buscavam implementá-la, assim, gerando excedentes exportáveis e trazendo vantagens comparativas para a localidade (MADUREIRA, 2015)

A teoria base de exportação no contexto educacional pode ser vista pela exportação do capital humano e intelectual. A exportação do capital humano é uma consequência direta dos efeitos da substituição de importação, onde a partir do investimento na construção do capital humano da região, tal localidade minimiza a dependência da importação de recursos humanos de fora e começam a fazer o processo inverso, ou seja, a exportar o capital humano qualificado. O mesmo processo pode ser encontrado quando falamos em capital intelectual. Esse tipo de capital intangível foi bem explorado por Howkins (2002) dando forma a economia criativa, que para o autor era uma forma de exportar ideias induzindo um influxo monetário, a partir

de bens intangíveis. Tendo como matéria prima o conhecimento, o capital social e a criatividade o capital intelectual pode ser combinado para criar valor e se mostrar como um novo recurso importante nas regiões.

Para Michael Porter (2003) as regiões que tendem a prosperar são aquelas que não dependem somente de recursos naturais ou somente produtos físicos, mas aquelas que exportam capital intelectual nas suas diversas variedades. Florida (2006) explica que atualmente estamos passando por uma transformação econômica onde as economias baseadas em insumos físicos estão perdendo espaço para economias baseadas em insumos intelectuais ou na criatividade humana. O autor enfatiza a importância da formação desse novo insumo através das faculdades e universidades que participam ativamente na criação, transformação e distribuição de talentos e ideias. Madureira (2015) assim como Florida (2006), ressalta a importância do papel das universidades como base tanto para o setor não exportador quanto para o setor exportador do capital humano e intelectual. Por meio de pesquisas, desenvolvimento de novas técnicas e ideias e capacitação da região o processo de crescimento pode começar internamente e se expandir de forma adjacente.

É importante frisar que conforme dissertado por Blair e Carroll (2008) e Cooke e Watson (2011) a teoria base de consumo e a teoria base de exportação devem caminhar juntas, a fim de uma complementar a outra.

2.3- A Teoria dos Retornos Educacionais

A economia educacional tem apresentado importante relevância as questões da avaliação dos retornos educacionais. Essa concepção é explicada a partir da demonstração dos retornos econômicos e sociais que a educação gera individualmente e no coletivo. Os retornos educacionais tem se demonstrado uma forte ferramenta de análise econômica que tem identificado os benefícios vindos do investimento em educação, reconhecendo aspectos pessoais e coletivos.

Os efeitos do investimento em educação têm sido apresentados pela literatura como retornos educacionais. Tais efeitos são os retornos sobre um investimento em educação, ou seja, a relação entre a quantidade de capital ganho, como resultado de um investimento, sob a perspectiva do montante de capital investido. O conceito da taxa de retorno em investimento educacional é bastante similar aos outros tipos de

investimento. Em resumo, são os benefícios ou custos que o investimento incorre ao longo de um período de tempo.

Na economia educacional, os retornos educacionais tem se baseado na teoria do capital humano, a qual tem sido estimada desde os anos de 1950. A popularidade do assunto decorre das implicações resultantes do aumento da eficiência produtiva, equidade e implicações financeiras. Quanto a importância se dá através da relevância para outros investimentos alternativos dos quais podem ajudar os formuladores de políticas educacionais na tomada de decisão. Os estudos dos retornos educacionais têm se intensificado e deixado de ter uma visão meramente econômica e começou a ter alcances cada vez mais amplos. Dado que os retornos educacionais podem ser classificados em privados ou sociais e também são distinguidos em retornos econômicos ou não econômicos.

Os retornos privados (R.P) são o conjunto de benefícios gerados pelo investimento em educação que estão focados no indivíduo. Os R.P apesar de o foco está no indivíduo ele também pode ter alguns efeitos externos ao sujeito. Então, podemos dividir os benefícios dos R.P, em benefícios internos e benefícios com alguns efeitos externos.

Os benefícios internos são aqueles com efeitos puramente pessoais. A literatura²⁰ retrata os benefícios internos como as vantagens intrínsecas ao investidor, no qual mais anos de educação tendem a aumentar o salário do mesmo, via aumento da produtividade, e a melhorar suas taxas de empregabilidade demonstrando a relação dos investimentos privados com as taxas de crescimento do indivíduo. Os benefícios internos estão relacionados aos retornos econômicos da educação, dos quais a partir da mensuração da taxa interna de retorno²¹, caso exceda o custo de oportunidade dos fundos, é economicamente viável e lucrativo o investimento em educação, além do mais há uma melhora das possibilidades de produção e a menor necessidade em incorrer em custos, fomentando diretamente questões financeiras individuais. Para Heckman, Lochner e Todd (2008) as taxas de retorno internas da educação incidem diretamente sobre o aumento da renda do investidor.

²⁰ Carpena e Oliveira (2002), Teles (2005), Viana e Lima (2010), Santos e Camillo (2011).

²¹ A taxa interna de retorno à escolaridade é um parâmetro econômico introduzido na literatura do capital humano por (BECKER, 1964).

Os benefícios internos dos retornos privados, até o momento, têm tido bastante ênfase para questões do mercado de trabalho, fazendo relações entre o investimento em educação e o aumento da renda do trabalhador qualificado. E apesar de amplamente discutida, os retornos privados, com atenção para os retornos econômicos, continuam sendo regulamente revisados. Estudos como o de Arteaga (2017) e Lins e Duarte (2019) são exemplos de trabalhos que focam nessa relação.

Ao estimar os retornos em educação deve-se avaliar outros fatores que vão além da relação escolaridade e renda, pois há outras vantagens relacionadas à experiência educacional que escapam da avaliação monetária e alcançam efeitos positivos para o bem-estar do indivíduo. Conforme aponta Vila (2000), tem sido identificado outros retornos privados que apesar de evidenciar ganhos de utilidade privada se apresentam de maneira não-econômica, nesse caso, além dos retornos econômicos, como aumento do salário, os retornos privados também podem ser não-econômicos, como a reputação, a moral, a ética e o prestígio de um profissional bem qualificado.

A partir de outra dimensão econômica, os retornos privados podem estar relacionados a um caminho do qual a educação aumenta as possibilidades de bem-estar para o indivíduo e também podem gerar benefícios com alguns efeitos externos. Nessa perspectiva, os benefícios com alguns efeitos externos são resultados que surgem como consequência do investimento em educação como um retorno privado e que acabam transbordando os benefícios individuais e gerando efeitos externos sobre seu entorno. Salientando que apesar dos benefícios serem privados, não necessariamente seus efeitos se extinguem no próprio indivíduo.

Assim como explica Vila (2000), os retornos com alguns efeitos externos demonstram que a partir de um sistema de escolhas informadas e um processo de qualificação educacional, as pessoas desenvolvem um novo estilo de vida, escolhas educacionais, tipos de famílias, local e estilo de moradia, hábitos alimentares, questões de higiene e quantidade no número de filhos. Onde esses efeitos apesar de surgirem por um investimento privado pode alcançar todo seu entorno. Tais benefícios podem ser ilustrados pela relação entre os investimentos em educação e os benefícios internos para o indivíduo, mas também pelas contribuições para seus familiares, providenciando melhores condições de saúde, melhores oportunidades de educação, construção de um estilo de vida mais saudável, boas práticas de higiene. Conforme relata Villa (2000), a educação parental influencia a orientação educacional e social

dos filhos, dos quais a educação dos pais influencia as escolhas tomadas pelos filhos que vão desde criança, com questões básicas de higiene, sustentabilidade, alimentação e seguem até a vida adolescente e adulta através das escolhas profissionais, educação sexual, construção político-social entre outros. Assim como explica Barros e Mendonça (1997), os efeitos externos alcançariam o bem-estar daqueles que os rodeiam, como filhos, companheiros e amigos.

Os benefícios com alguns efeitos externos, apesar de ser um retorno privado da educação, tal efeito é um interstício entre os benefícios internos e as externalidades positivas da educação para a sociedade (benefícios sociais). Tal benefício embora não alcance toda sociedade de mediato ela é o propulsor para o alcance total dos efeitos externos da educação. McMahon (1998), explica que através das escolhas individuais os retornos privados da educação podem contribuir para gerar externalidades positivas em toda a sociedade.

Logo as decisões individuais de conseguir maiores níveis de escolaridade alcançam os demais agentes da sociedade. Conforme Lucas (1988) e Romer (1990) o acúmulo de capital humano pode ser um elemento que estimula o crescimento econômico. Dado que esse crescimento não é totalmente capturado pelos retornos privados, portanto, parte responsável pelo alcance do crescimento vem das externalidades positivas da educação. Portanto, os benefícios dos retornos educacionais podem alcançar benefícios que superem a concepção particular e excedam a relevância individual, acumulando ambas questões: privada e social.

Esse efeito começa a partir dos retornos privados e geram uma série de melhorias sobre o bem-estar daqueles que os rodeiam e posteriormente do corpo social. Tais efeitos externos podem ocorrer através dos melhores comportamentos relacionados com a saúde, diminuição das taxas de fertilidade, redução das atividades criminosas, aumento da consciência política, melhoria do saneamento básico, aumento da expectativa de vida, conscientização com o meio ambiente e redução das distâncias sociais. Tal fenômeno ficou conhecido como benefícios sociais da educação, ou externalidades positivas da educação. Portanto, a junção dos benefícios privados com os benefícios sociais dá origem aos retornos sociais.

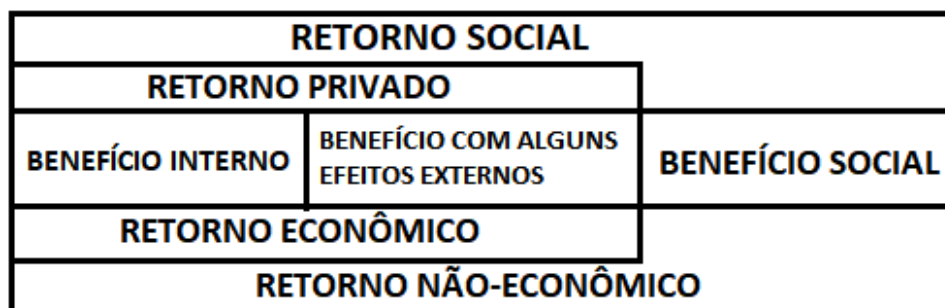
Conforme conceitua Junior (2014, pag.14), “o retorno social é definido como a soma do retorno privado e dos benefícios externos de uma unidade de capital humano”. Quando uma pessoa investe em educação, indiretamente, os impactos desse investimento atingem seu entorno e tal fato pode gerar um efeito em escala

atingindo a sociedade como um todo. Consequentemente, os aspectos positivos da educação aparecem para a economia como externalidades positivas. Pode se dizer que os retornos sociais abrangem todos os benefícios gerados pela educação, desde os benefícios internos dos retornos privados até as externalidades positivas da educação que compreende toda a sociedade. Assim, parte da literatura atribuiu que a diferença entre os retornos privados e sociais está nas externalidades positivas da educação, tendo em vista o alcance dessas externalidades, pois apesar de não se aplicarem diretamente no processo de produção, seus efeitos atingem externamente toda a sociedade.

O retorno social da educação respalda que a interação social de pessoas qualificadas pode aumentar indiretamente a produtividade de outros indivíduos menos qualificados, por meio da melhoria do bem-estar do indivíduo em conjunto, porém diferentemente dos benefícios com alguns efeitos externos dos retornos privados, os benefícios sociais tem um alcance que vai além do entorno do indivíduo para alcançar um escopo maior. Dessa forma o retorno social é maior que o seu retorno privado.

Barros e Mendonça (1997), afirmavam que as externalidades geradas pela educação (benefícios sociais) poderiam superar em grande medida seus efeitos privados. Para Junior (2014) os retornos sociais são maiores que os retornos privados, devido à possibilidade da existência de externalidades positivas que superem os ganhos individuais, partindo da relação log-linear do salário e do nível escolar. Conforme Heckman, Humphries e Veramendi (2017), afirmam que os retornos sociais são maiores do que os privados.

Figura 3: Diagrama dos retornos educacionais



Fonte: Criação própria, 2019

Os retornos não-econômicos são de fácil entendimento, porém de difícil mensuração (HECKMAN, HUMPHRIES E VERAMENDI, 2017), (POTELIENÉ E

TAMAŠAUSKIENĖ, 2015), pois são os retornos não facilmente contábeis, como o bem-estar, a felicidade, mudança de hábitos ou melhoria em saúde. Já os retornos econômicos podem ser ilustrados através da relação educação e saúde, onde a redução com gastos medicamentosos pode vir de uma mudança no estilo de vida, como hábitos alimentares, práticas de exercícios, maior qualidade de vida, e boa parte dos gastos com saúde dos indivíduos é suportada pelo Estado, conforme, haja uma relação positiva entre os níveis de educação e a saúde, justifica-se o investimento na educação implicando na redução das despesas de saúde tanto do Estado quanto privadas. E essa relação entre a mudança no estilo de vida e educação tem sido, frequentemente, estudada e vem apresentado alguns resultados casuísticos.

Conforme a literatura dos retornos educacionais, em específico, dos retornos sociais. A dificuldade do cálculo dos retornos sociais se encontra na difícil mensuração dos aspectos não-econômicos. Para McMahon (1998) há uma necessidade em adicionar ao cálculo dos impactos educacionais os retornos não-monetários, mensurando esse produto marginal da educação para que os estudos levem em conta esse impacto educacional. Segundo Vila (2000), os benefícios diretos com a melhoria na possibilidade de produção e da redução de custos são facilmente conceitualizados e mensurados e devido a isso podemos encontrar tamanha oferta de estudos, contudo esse cálculo tradicional não captura todos os efeitos de aprimoramento da utilidade para a educação. Conforme apresentado por Filho e Pessoa (2010), a educação pode promover externalidades positivas para a sociedade que vão além das questões econômicas e que por vezes deixam de ser adequadamente aproveitada para o cálculo dos impactos do investimento em educação.

Logo a importância da adição dos efeitos dos retornos sociais na mensuração dos impactos socioeconômicos da educação é de suma importância para a verificar a real relevância do assunto e como sua abrangência pode ser maior do que apenas com os efeitos privados e monetários. Deste modo, tais externalidades podem ser mensuradas a partir do coeficiente que mede o impacto da educação na renda agregada (JUNIOR, 2014).

Diversos autores analisam os benefícios sociais nos diversos campos da ciência social, mensurando as externalidades positivas da educação na sociedade. A relação entre educação e saúde é um objeto de interesse para os investigadores, do qual procuram associar as melhores condições de saúde e melhores comportamentos relacionados a saúde com o nível educacional partindo de uma função produção de

saúde (GROSSMAN ,2015). Com base nos estudos de regressão, Grossman verificou que uma maior escolaridade estava associada a um estado de saúde melhor. Para o autor a relação causal entre educação e saúde estava composta em dois modelos: o modelo da eficiência produtiva, onde indivíduos mais educados conseguem produzir melhor saúde com o mesmo conjunto de inputs, e o modelo de eficiência na afetação, que pessoas mais escolarizadas devido uma quantidade maior de informação e uma qualidade dessa informação conseguem escolher melhores inputs para a função de produção da saúde. A título de exemplo, nessa teoria, pessoas mais educadas possuem um conhecimento sobre os efeitos nocivos do tabaco ou da má alimentação e os efeitos positivos de uma dieta balanceada e a prática de exercícios físicos.

Conforme é expressado por Amin et Al. (2015) diversos fatores justificam a correlação entre educação e saúde, entre eles que os indivíduos com um maior nível de escolaridade são melhor remunerados e com isso acabam tendo acesso as melhores condições de saúde, como plano de saúde. Outro fator importante é que a interação social com indivíduos escolarizados acaba dando lugar para as externalidades positivas da saúde. Estudos empíricos como o de Barros (2017), revelaram a existência de forte correlação entre os níveis educacionais e o estado de saúde, além do mais constatou que maior escolaridade está associada a menor probabilidade de excesso de peso.

Os estudos que focam na relação escolaridade e saúde, partem de um viés individual e chegam a apurar também a relação entre o indivíduo e a sociedade, ou seja, os efeitos dos benefícios sociais. Por exemplo, estudos como o de Brunello et al (2016) verificaram como o nível educacional pode influenciar na saúde dos moradores de treze países europeus. Os efeitos da educação na saúde conforme apresentados por Brunello podem ser de curto e longo prazo, geralmente os de curto prazo estão associadas as mudanças de hábitos de vida, já os de longo prazo estão associados a longevidade da população (MARIONI ET AL, 2016)

Outro fator importante a ser analisado quando falamos de retornos sociais é a relação entre o nível de educação sobre a participação na atividade criminal. Para Lochner e Moretti (2001) o nível de educação eleva o custo de oportunidade do criminoso. Deste modo, conforme, o seu nível educacional aumenta, também aumenta a empregabilidade e o seu salário em atividades legais, então o custo da prática do crime tende a subir. Em adicional, a possibilidade de prisão é outro fator que deixará o custo da prática do crime mais elevado. A vista disso, a educação além de alterar

as preferências do indivíduo, também inibi a entrada para a criminalidade afetando diretamente na questão financeira e psicológica do benefício do crime.

A fertilidade e a mortalidade infantil também são outra razão para os estudos dos retornos sociais da educação. Evidências empíricas demonstram uma forte associação negativa entre o nível de escolaridade dos pais e a fertilidade e também denotam uma forte associação positiva entre o nível educacional das mulheres e redução da mortalidade infantil. Essa relação negativa entre o nível de escolaridade e a quantidade de filhos foi muito bem observada por Schultz (1993), no qual documentou em sua pesquisa que mulheres com sete ou mais anos de estudo tem substancialmente menores taxas de fertilidade do que mulheres com nenhum ano de escolaridade, em todas as partes do mundo, com especial atenção para regiões da Ásia e América Latina. Porém essa relação entre escolaridade e números de filhos não é simplesmente uma questão de controle de fertilidade. Assim como na saúde, o modelo de eficiência na afetação faz com que os pais tenham mais informações sobre questões preventivas e contraceptivas o que acaba gerando um efeito negativo ao tamanho das famílias, em todas as partes do mundo.

Outro fator que se leva em consideração no estudo dos retornos educacionais é a associação entre o nível educacional e as taxas de natalidade que se apresenta por dois importantes *tradeoffs* econômicos. O primeiro está no bem-estar e na quantidade de crianças, nessa estrutura são enfatizados que pais mais educados tendem a diminuir a quantidade de filhos e com isso possuem mais recursos para investir no bem-estar de seus filhos. O discernimento básico desse modelo é representado por um efeito de substituição onde o preço de uma criança está indissoluvelmente ligado a quantidade de filhos e a quantidade está ligada a qualidade dos mesmos (BECKER, 1991). Ademais, o declínio na quantidade de filhos aumenta a qualidade de vida destes, reduzindo o grau de pobreza futuro (BARROS E MENDONÇA, 1997)

O segundo está relacionado ao empoderamento feminino. A melhora no nível educacional feminino acaba por funcionar como um efeito de empoderamento, das quais aumentam a autonomia feminina, surgindo novas oportunidades e entrada no mercado de trabalho, postergando o casamento e a primeira gravidez, melhorando o uso de métodos contraceptivos e diminuindo o número de filhos (DUDA e KROL, 2013). E com isso o tempo de permanência em casa e o tempo destinado ao mercado de trabalho tem sido um importante componente da teoria econômica da fertilidade.

Conforme estudos do IPEA²²: “a eliminação do atraso educacional reduziria o crescimento populacional em 15% e a mortalidade em 20%; o desempenho educacional futuro seria melhorado em cerca de 20%” (IPEA, 1997, p.07).

Além dos efeitos mencionados nos parágrafos anteriores, outros benefícios sociais também são alvos de estudos, alguns situando-se na participação cívica. Para muitos economistas de diferentes crenças políticas acreditam na educação como uma premissa para que eleitores mais educados alcancem uma melhor qualidade democrática (MILLIGAN, MORETTI e OREOPOULOS, 2004; LOCHNER ,2011).

Glaeser et al (2006), desenvolveu um modelo que demonstra que a educação faz com que as pessoas se interajam umas com as outras e com isso elevando os benefícios da participação cívica²³. O autor investiga por que as democracias estáveis são raras em países com baixa educação e conclui que se deve ao fato de que com o aumento da educação promova-se disputas em prol da democracia, limitando o poder ditatorial que beneficia apenas pequenos grupos.

O estudo dos diversos efeitos da educação no corpo social mostra que as implicações do investimento em educação agem sobre as tomadas de decisão do indivíduo e acabam recaindo sobre toda a sociedade e que através das decisões de investimento em educação há implicações diretas nas ações de consumo, poupança, desenvolvimento cognitivo, saúde, etc. Tais ações são repassadas para a sociedade em forma de redução da criminalidade, consciência ambiental, longevidade, interação social, entre outros. Para Oreopoulos e Salvanes (2011), evidências adicionais dos benefícios da educação são alusivos à melhora na felicidade, liderança no trabalho, satisfação, prestígio ocupacional, confiança.

Logo, os retornos educacionais partem dos retornos privados aos retornos sociais. Englobando dos benefícios individuais aos coletivos, dado que os aspectos positivos da educação aparecem na economia como retornos econômicos e não-econômicos, dos quais podem ser simultaneamente aproveitados por toda a população.

²² Barros e Mendonça, 1997. Texto para discussão Nº 525.

²³ Gradstein e Justman (2002), afirmam que a melhoria do nível educacional diminui as “distâncias sociais”, compreendendo os diferentes valores entre determinadas culturas e diminuindo “o custo de transição”.

Tabela 1: Mapa dos benefícios educacionais no desenvolvimento e crescimento

Benefícios de Curto prazo	Benefícios de médio prazo		Impactos de longo prazo no crescimento e desenvolvimento	
RETORNOS ECONÔMICOS				
Empregabilidade	Ganhos ao longo da vida	Crescimento da Renda	Per Capita	
Salários	Melhora Econômica		Crescimento Econômico	
Mobilidade Social				
RETORNOS NÃO ECONÔMICOS				
Local e estilo de moradia	Melhora na infraestrutura urbana		Ambiente Sustentável	Investimento
Melhora na Saúde	Maior Longevidade	Saneamento Básico		
Hábitos saudáveis				
Crianças saudáveis				
Higiene				
Menor taxa de mortalidade				
Educação feminina	Menor fertilidade	Diminuição do crescimento populacional		
Participação Civil	Melhora das instituições Cívicas		Regras e Leis	
Tolerância Racial e de Gênero	Maior Classe média		Democratização	
Diminuição das distâncias sociais	Menor suporte autoritário		Direitos Humanos	
Acessibilidade didática (livros, etc)	transmissão intergeracional	Melhora da educação	Diminuição da pobreza	
Redução do analfabetismo infantil				
Reforma financeira educacional	Correção Social	Redução das desigualdades		
Menos desemprego				
Acesso universal ao ensino médio				
Diminuição da criminalidade			Menor custo penitenciário	
Tecnologia	Novas pesquisas e Desenvolvimento		Progresso de crescimento dinâmico	

Fonte: McMahon 2006, p. 268. Com adaptações próprias.

2.3.1- Os Retornos Privados do Ensino Superior

A educação tem reportado efeitos diretos e indiretos na qualidade de vida do indivíduo e de toda a sociedade. Os fatores mais significantes que diferem um indivíduo do outro são o seu nível educacional, com especial atenção, aos retornos que a educação superior traz para a base econômica, como aumento da produtividade e renda do trabalhador qualificado. Contudo, a taxa de retorno educacional, pelo viés econômico, nem sempre é positiva ou alta o suficiente para justificar tal diferença entre os anos de estudo (DUDA E KRÓL, 2013). Diante desse ponto de vista, deve se levar em consideração os outros benefícios não-econômicos, visto que os benefícios econômicos e não-econômicos são inseparáveis e devem ser considerados ao mesmo tempo para a mensuração correta dos retornos educacionais.

Esse subcapítulo, está empenhado em explicar os retornos não-econômicos capturados pela decisão do investimento em um nível superior. Quanto aos retornos econômicos, esse assunto foi abordado no subcapítulo 2.1.1, que versa sobre a teoria do capital humano e seus impactos diretos.

No escopo dos benefícios não-econômicos da educação superior, esses benefícios podem ser maiores que apenas os benefícios econômicos. Como relata Heckman, Humphries and Veramendi (2017), os benefícios não mercadológicos são relatados como efeitos longitudinais. Os primeiros benefícios da educação são encontrados a partir da educação dos pais, assim, pais com um nível melhor de educação acabam repassando para os filhos, o que é considerado um investimento dos pais sobre os filhos, por vezes um efeito indireto para os pais e involuntário para os filhos.

Conforme o Modelo Dinâmico de Escolha Discreta de Educação²⁴ outros benefícios surgem fundamentado na decisão de investimento ou não em mais um nível educacional. O modelo demonstra que para cada nível adicional de educação os benefícios não-econômicos trazem ainda mais diferença entre investir ou não em uma graduação. Para Vila (2000), alguns benefícios sociais só aparecem depois da graduação, então os economistas os consideram como um retorno social do investimento em educação superior. Assim, indivíduos com um nível universitário

²⁴ Modelo estimado por HHV (2017) usando o modelo sequencial de vários estágios de escolha educacional com transições e nós de decisão, onde para cada nó era uma escolha entre um novo investimento educacional ou a desistência da continuidade.

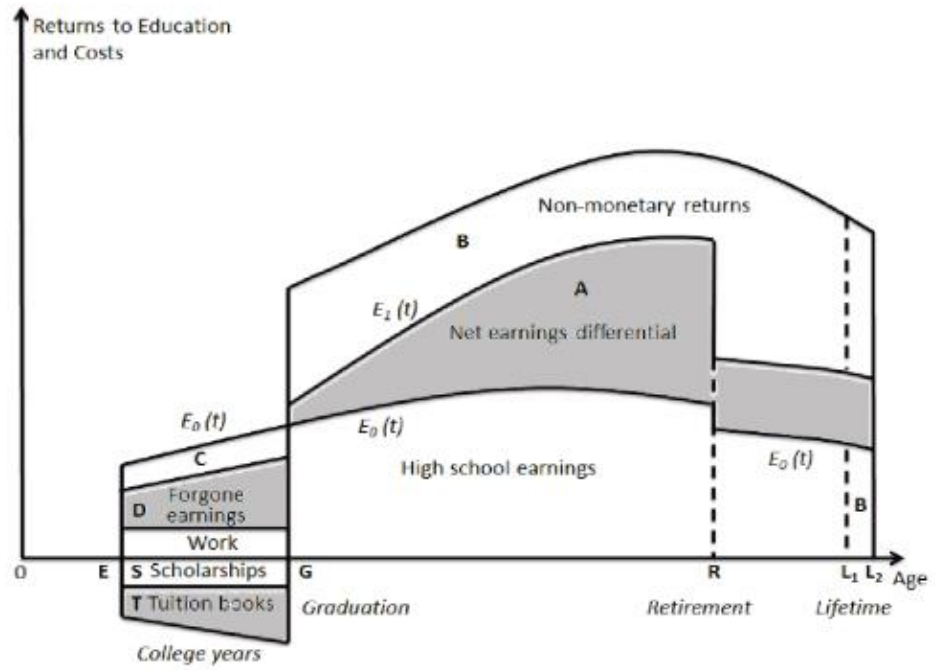
auferem mais benefícios do que os que não possuem. E esses benefícios são tanto econômicos quanto não econômicos.

Os retornos não monetários são uma importante parte dos resultados dos custos educacionais. Na figura 4. está ilustrado os retornos econômicos e não econômicos da educação e ambas as áreas são de comparável importância. No eixo horizontal é exibido os estágios educacionais de um indivíduo, sendo divididos em três partes: a primeira se inicia nos anos de estudo na faculdade, a segunda, mostra os anos desde a graduação até a aposentadoria e a terceira são os anos após a aposentadoria. O eixo vertical expõe a taxa de retorno educacional em uma comparação de custo-benefício, onde nos custos do investimento privado estão incluídos os custos de mensalidade e os ganhos perdidos (Áreas T+D), já os custos sociais incluem o subsídio de instrução, os fundos fiscais e as doações (Área S).

Os benefícios são representados pelos retornos monetários e não-monetários. Aqueles são representados pela Área A e traduzem a taxa interna de retorno que são os benefícios monetários líquidos e os custos de investimento privado, por conseguinte, a área A é a taxa de retorno privada econômica. Enquanto a Área B e C são ilustrados os retornos não-monetários. A área C reproduz os benefícios dos alunos enquanto cursavam a faculdade. A área B reflete os benefícios que os alunos e seu entorno (família, amigos) obtiveram após o investimento realizado e a conclusão do curso de nível superior.

Logo, dado a figura 4. os efeitos dos retornos privados da educação superior são maiores do que os retornos privados do ensino médio. Apesar da diferença salarial ter diminuído após aposentadoria, os retornos não monetários perduram por toda a vida, sendo os retornos não monetários da educação superior maiores que os do ensino médio ($L2 > L1$).

Figura 4: Investimentos em educação superior e retornos privados ao longo da vida



Fonte: McMahon, Wegner 1979, p. 6

3 – O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES

Com o desenvolvimento industrial e o crescimento nos padrões de consumo, a sociedade têm refletido sobre os processos de crescimento econômico nos padrões de vida do corpo social (OLIVEIRA, 2002). A partir da II Guerra Mundial, os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico começaram a ganhar maior atenção florescendo uma consciência de distinção dos conceitos. Com início da reconstrução dos países atingidos, junto a implementação das políticas de *Welfare State* (bem-estar social) é nesse ambiente que tais concepções passam a contar com novas abordagens teóricas. E em consequência ao novo cenário mundial, proporcionaram a distinção dos termos. Onde crescimento econômico passa a ser compreendido como o aumento da renda *per capita* do país atrelada ao processo de acumulação de capital, o que resulta no aumento da produtividade, enquanto, o desenvolvimento econômico começa a ser visto como uma abordagem mais ampla, atingindo questões como uma melhoria na qualidade de vida da sociedade.

Souza (2011) explica que não existe uma definição universalmente aceita sobre o conceito de desenvolvimento, porém, o autor aponta a existência de duas correntes de pensamento. A primeira corrente, se enquadra nos modelos de tradição neoclássica com inspiração keynesiana, no qual entende-se que o crescimento é como sinônimo de desenvolvimento. Porém, para o autor, tal corrente é uma solução simplificadora da realidade que desconsidera que os frutos da expansão do crescimento econômico nem sempre beneficiam a economia como um todo, assim, o conceito de desenvolvimento não pode ser confundido com o de crescimento.

Seguindo o pensamento de Souza (2011), o conceito de crescimento econômico expõe que a distribuição direta da renda aos proprietários dos fatores de produção geraria, automaticamente, melhorias nos padrões de vida. Contudo, na procura pelo crescimento está presente a ideia de que quanto mais, melhor, não se importando com a qualidade desse acréscimo nem com a distribuição equânime (OLIVEIRA, 2002).

Na segunda corrente, com economistas voltados as tradições marxistas. Souza (1993, p. 5), conceitua que “o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente” demonstrando o crescimento como uma variação quantitativa do produto e o desenvolvimento orientado para as questões de *welfare states*, com mudanças na qualidade de vida da população e

transformações nas estruturas produtivas. Perroux (1967), defendia a ideia que o desenvolvimento era uma combinação das transformações mental e social da população que iriam possibilitar o processo acumulativo e duradouro do produto real global. Para o autor, o desenvolvimento era parte do ser humano e que se produzia no ambiente econômico. Cardoso e Faletto (1970), descrevem o desenvolvimento como um processo social, que apesar dos aspectos puramente econômicos, caracterizados pelo crescimento, transparece relações sociais subjacentes. Dower (1990), diferencia o conceito de desenvolvimento do de crescimento, a partir de que, aquele deve ser compreendido além do crescimento da atividade econômica e de produção alcançando uma determinação própria inerente à sociedade local e de maneira sustentável.

Segundo Sandroni (1994), o desenvolvimento econômico é um desdobramento do crescimento econômico, porém que vai além do puro incremento produtivo, alcançando melhorias do nível de vida dos cidadãos. Corroborando com os demais autores, Milone (1998) define o desenvolvimento econômico pela variação positiva do crescimento econômico medido por indicadores de renda como o PIB e por indicadores sociais como IDH, Índice de Gini, moradia, educação e saúde. Oliveira (2002), caracterizou o desenvolvimento econômico como um resultado do crescimento econômico e que necessariamente deve estar atrelado as melhorias na qualidade e vida da população. Conforme o autor:

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (OLIVEIRA, 2002, P. 40).

Chiasson (2003) relata que o desenvolvimento só ocorre quando seus efeitos conseguem satisfazer as necessidades sociais da população.

Doravante o delineado, apesar dessa nova abordagem considerar os conceitos de crescimento de desenvolvimento econômico com fenômenos distintos, ainda assim ambos são complementares. O crescimento de forma mais quantitativa e o desenvolvimento complementando o conceito anterior de maneira qualitativa²⁵; “incluindo as alterações da composição do produto e alocação de recursos pelos

²⁵ Aspectos relacionados ao bem-estar, à qualidade de vida e à sustentabilidade

diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social” (VASCONCELLOS e GARCIA, 2008, p. 255 apud MADUREIRA, 2015, p.9).

Para Madureira (2015), o aumento constante da produção pode ser interpretado como crescimento econômico, porém para que se apresente como desenvolvimento é necessário que tais incrementos alcance toda a população analisada, por meio de melhorias em questões de educação, saúde, segurança, entre outros.

Logo, o processo de desenvolvimento pode ser entendido como um método contínuo do crescimento econômico, do qual está promovido através de mudanças nos indicadores de bem-estar econômico e social. Esse modelo de desenvolvimento proporciona um ambiente de crescimento que cria possibilidades para todos os agentes sociais. Capaz de atingir um desenvolvimento duradouro, constante e apto a promover um cenário mais democrático, oferecendo oportunidades e acesso aos serviços sociais para toda população. Assim, o desenvolvimento começa a ser compreendido como resultante do processo de crescimento, que apesar de não ser condição suficiente, é um requisito necessário para o apoio do *welfare state* e da construção de um padrão digno de vida (OLIVEIRA, 2002).

3.1- Desenvolvimento Local

Quando se estuda o desenvolvimento de um país, deve se ter em mente que ele não é simultâneo em todo o território nacional, ou seja, não ocorrerá em todos os lugares nem ao mesmo tempo. Para Perroux (1967), o desenvolvimento surge pelo efeito de propagação, ocorrendo em alguns lugares e se espalhando para outros. “o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia.” (PERROUX, 1967, p. 164). Nessa perspectiva, o estudo do desenvolvimento regional toma importância desde a década de 1950, a fim de diagnosticar e analisar o motivo dos diferenciais de desenvolvimento econômico entre as regiões e dinamizar regiões específicas despendendo esforços para que possam apresentar um elevado potencial de expansão econômica.

Conforme Oliveira e Lima (2003), derivando das teorias clássicas sobre o desenvolvimento regional, partiam da ideia de uma força motriz exógena que através de um efeito em cadeia influenciava as demais atividades econômicas.

Para Filho (2001), nos últimos anos, as teorias relativas ao desenvolvimento regional sofreram grandes transformações, provocadas pelo declínio de regiões tradicionalmente industriais e pelo surgimento de novos paradigmas industriais. Esse fenômeno está correlacionado às diversas mudanças nos processos de produção e organização industrial, à globalização e à abertura das economias nacionais. Para ele, o processo exógeno é mantido para o crescimento econômico nacional, porém quando falamos em crescimento e desenvolvimento regional esse cenário passa a se torna endógeno.

O que tem sido observado, desde o fim da década de 1980, é que, ao mesmo tempo em que ocorre um movimento de extroversão por parte das empresas (subcontratações, alianças e fusões) e dos países (abertura comercial e aumento do volume do capital em circulação mundial), as regiões no interior dos países vêm mostrando um movimento de endogeneização, tanto das decisões relacionadas ao seu destino quanto do uso dos meios e dos recursos utilizados no processo econômico. Isso mostra que a organização territorial deixou de ter um papel passivo para exercer um papel ativo diante da organização industrial (FILHO, 2001, p.261-262).

As mudanças ambientais refletidas nas dimensões econômica, social e cultural começaram a ser reconhecidas e incluídas nas discussões a respeito das políticas de desenvolvimento. Dado a construção desse novo cenário, observou a necessidade de uma reavaliação das teorias de crescimento e desenvolvimento econômico, considerando, principalmente, questões referentes ao campo regional e o caráter endógeno atribuído (LLORENS; ALBUQUERQUE; CASTILHO, 2002).

Albuquerque (2001) retoma que o desenvolvimento local surge buscando alternativas frente à ruptura dos modelos pré-estabelecidos. Para o autor, as formulações de políticas desenvolvimentistas se formam condizentes com uma analogia própria para cada território. A nova configuração do termo “desenvolvimento local” quebra com as tradicionais políticas estabelecidas, para analisar além dos aspectos econômicos do crescimento contemplando, também, outros objetivos (KLIKSBURG, 2003).

O conceito do desenvolvimento local aparece como um movimento de endogeneização partindo de um entendimento que o processo de crescimento econômico (agregação de valor sobre a produção), a capacidade de retenção do

excedente econômico local e de outras regiões e a atração de recursos externos gera como resultado a melhora na renda da região, ampliação do produto e da empregabilidade, acumulação de capital humano, surgimento de tecnologias e inovações.

O processo de desenvolvimento local se manifesta em quatro planos. A primeira esfera se apresenta no **plano político**, demonstrando a capacidade na tomada de decisões e na aplicação de políticas desenvolvimentistas. O **plano econômico** diz respeito à diversificação da economia regional na busca pelo crescimento contínuo e sustentável. No **plano cultural** é apresentado como a base da construção da identidade social territorial e o **plano científico e tecnológico** se traduz pela capacidade interna de se suportar quanto aos aspectos tecnológicos, científicos e de conhecimento; realizando modificações qualitativas capazes de dar suporte para a desenvoltura econômico-social da localidade (BOISIER,2001).

Vazquez-Barquero (1998 e 2016) identifica três dimensões no processo de desenvolvimento local. Para ele, o processo na localidade gera uma melhoria no nível de vida da população que pode ser identificada por aspectos **econômicos**, onde os empresários locais usam a capacidade dos fatores produtivos locais para serem competitivos no mercado; **sociocultural**, em que os valores agregados nas instituições servem de sustentação no processo de desenvolvimento e **político-administrativa**, no qual as políticas locais criam um entorno econômico favorável, impulsionando o desenvolvimento local.

Conforme a última dimensão apresentada por Vazquez (político-administrativa), a característica endógena do processo de desenvolvimento local não tem um sentido autocentrado na localidade. Ela parte de um processo de crescimento econômico locacional e autossustentável que age como um importante instrumento para o desenvolvimento das demais regiões no entorno (VÁZQUEZ-BARQUERO E RODRÍGUEZ-COHARD, 2016).

Para Ávila (2001), o desenvolvimento local possui propriedades endógenas que é a principal característica que distingue os fundamentos estratégicos do desenvolvimento local. Joyal (2003), explica que o desenvolvimento local busca, através da valorização das potencialidades locais, o desenvolvimento da região. Destacando o caráter endógeno e a importância da participação popular junto aos representantes locais de todos os setores na formulação das estratégias. Na visão de Buarque (2004), o desenvolvimento local possui capacidade de promover o

dinamismo econômico e a qualidade de vida, por meio de pequenas e médias localidades. Na mesma linha de raciocínio, Martinelli e Joyal (2004), apresenta o desenvolvimento local como o estímulo da economia por coletividades locais.

Observa-se que o desenvolvimento local surge como uma proposta de incentivo ao desenvolvimento econômico, com raízes endógena e políticas que atendam às especificidades locais (MARTINEZ E OLIVEIRA, 2013), visando acolher as necessidades de cada região e buscando diminuir as desigualdades socioeconômicas, partindo das particularidades intrínsecas do local.

É preciso entender que o desenvolvimento local vislumbra trabalhar ações participativas, integrando os interesses coletivos e individuais ao foco do crescimento e desenvolvimento econômico. O trabalho sistêmico baseia-se em políticas e participações sociais que atentam as especificidades de cada local, incentivando um desenvolvimento mais íntimo. Martins e Martins (2001), explicam que não existe um modelo único de desenvolvimento local, pois suas aplicações são baseadas no ambiente geográfico, social, econômico e cultural da localidade, mas que não deixam de tomar como referência iniciativas realizadas em outros locais.

[...] devem variar de região ou de local para local, e dependem das estruturas socioeconômicas e culturais, institucionais e político-decisórias prevalentes nos respectivos espaços. Embora o universo de valores, da região ou do local, deva permanecer receptivo às novas tendências e aos novos paradigmas de desenvolvimento, esse mesmo universo não deve ser cooptado por caricaturas ou por imitações de modelos de outras regiões (FILHO, 1996, P.49).

Conforme Martinez e Oliveira (2013), não se pode ignorar o fato que os modelos ditos como “ideais” possuem características peculiares da região e que por isso impedem o mesmo sucesso em outros ambientes. Porém, apesar de abordar questões culturais e históricas relevantes de uma diferente localidade, nem por isso deve ser totalmente ignorado, já que, o modelo pode ser aproveitado em suas similaridades. Ressalta-se ainda que apesar de ser aproveitado, há a necessidade de políticas públicas locais para enfatizar as características próprias do local.

Indo na mesma concepção, o desenvolvimento local se manifesta por meio das iniciativas locais que buscam uma ruptura aos modelos ineficientes e ineficazes, formalizando e dando suporte às políticas econômicas que alavancam a sociedade sem descaracterizar o progresso histórico da região. Sob essa ótica, nota-se que o desenvolvimento local é um tipo mais político e societal de desenvolvimento

(BORGES, 2007). Assim, tal processo é sobretudo uma construção política onde os atores públicos, privados e associativos são parte integrantes em prol da valorização dos recursos e do desenvolvimento (JOYAL, 2002). Como afirma Vázquez-Barquero e Rodríguez-Cohard (2016, p.4) “A eficiência das iniciativas locais depende do acordo entre os atores locais sobre estratégias e objetivos, bem como da participação das comunidades locais na gestão e controle de iniciativas de desenvolvimento”. Por isso é essencial que a sociedade trabalhe em conjunto sendo os protagonistas do desenvolvimento.

Logo, no mesmo contexto de evolução, destaca-se, especialmente nos modelos de desenvolvimento local, a transição de abordagens *top-down* para *bottom-up* (PIKE ET AL, 2016), onde parte dos aspectos socioeconômicos originam do local, ao invés, de serem conduzidos pelo Estado Nacional. Portanto, a nova construção teórica do desenvolvimento local pode ser definida como um modelo endógeno e construído de “baixo para cima”, onde os processos locais levam vantagem sobre as instâncias governamentais centrais, pelo fato de estarem situadas próximas em relação ao usuário final de bens e serviços, o que supõe melhor interação e agilidade entre produtores e consumidores finais (FILHO, 2001).

Além do mais, derivando dos novos paradigmas de desenvolvimento local, tal modelo está direcionado para resultados econômicos-sociais. Sendo de fundamental importância considerar que as ações tomadas para o conseguimento de um desenvolvimento sustentável e duradouro devem ter respaldo de cunho social, educacional, ambiental, econômico e político-institucional (VAZQUEZ-BARQUERO, 2002; MARTINEZ E OLIVEIRA, 2013). Já que a conciliação dessas dimensões, variando de local para local, é essencial para a conquistas de resultados eficazes.

O desenvolvimento é um processo complexo que está em constantes transformações e que possuem fatores internos e externos, dos quais tendem a influenciar positiva e negativamente o desenvolvimento local. Portanto, conforme disserta Lopes (2002), a globalização desconsidera aspectos pessoais, como a qualidade de vida, que para um desenvolvimento local e/ou regional é essencial. Logo, também, é necessário estar atento aos aspectos globais, assim como diz Martinez e Oliveira (2013, p.309) “é necessário trabalhar o local voltado para o global, inibindo pressões impostas de cima pra baixo e com a pretensão de que globalização e crescimento econômico passem a ser instrumentos do desenvolvimento local ou regional”.

Para isso o conceito de desenvolvimento local no âmbito competitivo incorpora questões como a regionalização social e a descentralização política gerando competitividade e que depois concilia com a questão da ideia de cooperação, deste modo, resultando em um ambiente receptivo aos resultados com ênfase voltadas ao crescimento econômico e competitividade, sem abrir mão dos aspectos de bem-estar social, conforme é apresentado no modelo de desenvolvimento local concebido por Casarotto e Pires, (cf. figura 5).

Figura 5: Modelo de Desenvolvimento Local

$$\begin{array}{r}
 \text{Globalização econômica} \\
 + \text{Regionalização social} \\
 + \text{Descentralização política} \\
 \hline
 = \text{Competitividade} \\
 + \text{Cooperação} \\
 \hline
 = \text{Qualidade de vida}
 \end{array}$$

Fonte: CASAROTTO; PIRES, 2001 apud BORGES, 2007, p.36.

Portanto o desenvolvimento local atua como fonte para a melhora na qualidade de vida de forma contínua e durável. Incorporando conceitos de democracia, equidade, preservação do meio ambiente, entre outros. Então, dentro da complexidade do assunto, é essencial a ocorrência do desenvolvimento em suas diversas dimensões, tanto no meio econômico quanto no social, ambiental, político institucional e cultural. Desta forma, se constrói um plano de desenvolvimento capaz de articular e mobilizar todos os atores envolvidos em prol da promoção do desenvolvimento de forma sustentável, eficiente e eficaz.

As transformações nas diferentes dimensões, sociais, econômicas e políticas despertam o interesse na busca por novas abordagens que incentivem o contínuo desenvolvimento. Uma abordagem que tem ganhado bastante espaço é a dos impactos da educação superior para o desenvolvimento local, onde ressaltam a importância do investimento em educação superior com retornos tanto para o indivíduo (retornos privados), quanto para a sociedade (retornos sociais), desta forma, essa conjuntura entre retornos privados, com agregação de valor à produção,

retornando em crescimento econômico e retornos sociais, com a melhoria de aspectos qualitativos e de bem-estar, faz com que a educação seja um alicerce importante para o surgimento do desenvolvimento local.

Nesse mesmo sentido, a importância da atuação das IES como instrumentos de desenvolvimento local é acentuada, em especial, pelo cumprimento da função de “produzir conhecimento, social e cientificamente relevantes, e tornar o conhecimento existente acessível a todos” (BOTOMÉ, 2001, p. 692 apud NUNES E SILVA, 2011, p.123). Assim as universidades exercem o papel de educadora e geram impactos socioeconômicos relevantes para a comunidade que a envolve. E a extensão universitária que proporciona a relação mais direta entre a universidade e outros setores da sociedade, ocasionando um processo interdisciplinar, educativo, cultural, político e científico de maneira indissociável. Nesse ponto, a extensão como forma de relação entre instituição e sociedade se mostra uma importante ferramenta no desenvolvimento local, já que está associada ao bem-estar e a qualidade de vida das pessoas, que é justamente um dos principais pontos para o alcance do desenvolvimento. Essa relação proporciona o surgimento de retornos educacionais diretos e indiretos na localidade, proporcionando um diálogo entre as partes e possibilitando o desenvolvimento de ações socioeducativas (ROCHA, 2007).

4- A UNIVERSIDADE E SEU MEIO

As Universidades enquanto instituições educativas estão ancoradas sobre o tripé do ensino, da pesquisa e da extensão para a formação dos estudantes. Não obstante, a realidade social da educação superior é extremamente complexa e esses efeitos estão articulados aos diferentes momentos da história. As Universidades, historicamente, surgiram pelas condições impostas pelo contexto histórico-social, do qual partiram das transformações sociais que exigiram o estabelecimento de espaços destinados à formação das elites para o desenvolvimento de atividades intelectuais e físicas.

Desde a criação das primeiras universidades, no século XI e XII, como a Universidade de Bolonha, criada em 1088 e a Universidade de Paris, criada em 1170, tais instituições sociais estavam estritamente ligadas as suas regiões e as transformações ocorridas no espaço/tempo. Ao longo de séculos, houve grande capacidade de adaptação das universidades as mudanças do cotidiano; que atribuiu para sua longevidade. Conforme versa Serpa (1991), a propensão das IES a essas transições espaço-tempo conferiu-lhe historicidade, contornos sociais e políticos que atingiram seu caráter conceitual, organizacional e funcional o que deram uma personalidade polimorfa.

Para Midlej (2004), as relações entre as universidades e seu meio se realizam por meio de uma construção de “reciprocidade sociais concretas”. Para a autora as regiões possuem características geográficas, políticas, econômicas, históricas e culturais que imprimem e delineiam os contornos do compromisso social das instituições. Para Silva (2011), o fortalecimento na relação universidade-sociedade promove o desenvolvimento de ações que dizem respeito às contribuições que põem à frente a sociedade, assistindo no aprofundamento da cidadania e na transformação efetiva da sociedade.

4.1- As Experiências do Ensino Superior no Brasil

As universidades do Brasil possuem um histórico recente quando comparadas às universidades europeias. Com a vinda da Família Real para o Brasil, que fundou as primeiras instituições do País a partir de 1808, trazendo do contexto europeu às

concepções de universidade renascentista. Esses foram os primeiros passos para o surgimento das universidades em território nacional. Com aspectos elitistas e voltados para a discussão do conhecimento, os primeiros modelos se diferenciam das concepções atuais de universidades modernas.

Ao longo das transformações no contexto social, onde surgiram a crescente valorização da certificação profissional e a incorporação no mercado de trabalho, as Instituições Universitárias começaram a surgir no país. Apesar de ser de forma tardia, somente no século XX, o impulso trazido pela revolução de 30 foi primordial para as mudanças desenvolvimentistas no Brasil, incluindo as transições da sociedade oligárquico-tradicional para a sociedade urbano-industrial.

Tais mudanças na transição da sociedade tiveram reflexos significativos para as organizações de ensino, onde a partir dos movimentos migratórios rural-urbano e o processo de industrialização, houve um movimento de concentração coletiva em torno dos centros urbanos, em especial, do setor de atividades e a expansão da classe média e dos trabalhadores urbanos. Essa reformulação do paradigma ocupacional fez com que o país enfrentasse problemas próprios de uma sociedade burguesa moderna, entre as quais, a necessidade de instrução (MIDDLEJ, 2004).

A partir da década de 1960, consolidou a concepção de educação para o desenvolvimento, onde o país passaria por uma nova fase de desenvolvimento socioeconômico e as universidades teriam um novo papel para as regiões: formadora de capital humano. Sendo responsável pela demanda de recursos humanos especializados para atender e satisfazer o mercado interno.

No âmbito do novo caráter modernizante das universidades brasileiras, as instituições tornaram-se sujeitos de profundas mudanças estruturais, tanto em relação a sua organização interna quanto a sua relação com a sociedade. Portanto, as universidades brasileiras começaram a moldar sua formação partindo do reflexo da conjuntura político-ideológica e socioeconômica da localidade onde se inseriram. Ao longo desse processo, as funções formadoras das IES foram construídas, progressivamente, originadas do seu contexto envoltório. A sociedade passou a ver na diplomação um requisito necessário para a ascensão a uma nova camada social, acarretando um aumento na demanda por instrução e a necessidade do surgimento de novas instituições (CASTRO, 2011).

Pautados pelo forte movimento que surgia, as regiões, em especial as capitais, sentiram a necessidade de acompanhar esse processo expansionista. Dado o novo

cenário, as universidades foram evoluindo conforme as características da região e também se interiorizando para que pudesse desencadear, através do sistema acadêmico, o desenvolvimento das médias e grandes cidades.

Surgiram então uma segunda fase na conjuntura acadêmica, da qual originou grandes transformações econômicas, políticas, sociais e culturais decorrentes da expansão do ensino superior. Valendo-se do modelo “clássico”²⁶, nessa nova fase além de fortalecer os recursos humanos as universidades estavam voltadas para impulsionar o desenvolvimento científico-tecnológico da localidade, apoiando o papel da pesquisa científica e da atração de investidores. Assim, desencadeando o desenvolvimento regional.

4.2- Território e Universidade

A região pode ser descrita como uma extensão territorial, do qual é composto por um território, pelo clima, geografia, produção econômica, aspectos socioculturais e outras características próprias que a diferenciam de outros territórios. A questão regional ou locacional tem sido tema pertinente na área das ciências sociais, em função de vários debates socioeconômicos que tentam explicar as diferenças entre as localidades a partir dos modelos de heterogeneidade. Assim o conceito de região não se extingue aos limites geográficos, mas se traduz nos processos identitários locais.

A região é construída pelos elementos que a constituem, sendo que cada elemento possui suas singularidades. O homem dispõe de características intrínsecas como costumes, cultura, religião, ideologia política que montam a sociedade. O espaço também possui aspectos internos como solo, clima, vegetação, recursos naturais que colaboram para a formação do território. Deste modo, segundo Haesbaert (1999), a síntese que permitiu a coerência interna à região envolve ambas dimensões da região, a começar pelas “humanas” e “naturais”.

Porém vale ressaltar que a dinamicidade da localidade está susceptível as variações temporais. Conforme La Blache (1994), a região pode ser vista como “algo vivo” que se transforma com o decorrer do processo histórico-temporal. Autores, como Raffestiin (1993), argumentam que para analisar a região é necessário a assimilação

²⁶ Modelo impulsionado pelo “Plano de metas” no governo de Juscelino Kubitschek, cuja função mais importante seria a formação dos quadros necessários (PEREIRA E ROCHA, 2005).

das relações reais dispostas em seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal. Deste modo a compreensão territorial objetiva a definição do arranjo espacial e da formação socioespacial para aprimorar a relação entre a sociedade, e destes, com as instituições presentes no local (MIDDLEJ, 2004).

Pensar na região somente como uma construção superestrutural, física e concreta, é negar toda a dinâmica social envolvida na formação do senso comum e na interação social, pois os complexos sistemas culturais, políticos, econômicos e de relações sociais sobre as quais se constroem as ideias e as práticas organizacionais são os fatores decisivos para a relação do indivíduo na formação das instituições. Numa mesma lógica todos os elementos que compõe a região, desde as empresas, instituições sociais e jurídicas, governo surgem de uma composição anterior da sociedade (HUIDOBRO ET AL, 2016).

Dado o exposto, as Instituições de Ensino Superior foram formadas assente à dinâmica sociocultural inerente à região onde está localizada. O processo de formação das Universidades Públicas sofreu influência do seu meio, tanto nas perspectivas intangíveis quanto nas tangíveis.

Para a instalação de Instituições de Ensino Superior em determinados locais, dada a sua natureza, são levados em consideração aspectos infra-estruturais materiais e sociais, composição dos orçamentos públicos, estrutura de gastos públicos, impactos sobre comportamentos individuais e coletivos, sobre a economia, cultura, política e história locais. Isso porque esses espaços detêm a representatividade política e econômica e concentram os setores mais dinâmicos de influência no seu entorno, podendo gerar um fluxo multidimensional do “vivido” territorial pelos membros daquela localidade, criando sua territorialidade (MIDDLEJ, 2004, P. 110).

Corroborando com o exposto por Midlej (2004), as universidades ganham delineamentos socioespaciais pela incorporação do contexto local, ou seja, o surgimento de uma instituição de educação superior em determinada região faz com que a conjuntura econômica, política, cultural e histórica acabem sendo absorvidas pela instituição fazendo com que a universidade se desenvolva partindo do contexto da região e, deste modo, assumindo a importância no processo de desenvolvimento conjunto entre a sociedade e a região.

Nesse sentido, as IES ocupam lugar de suma importância no processo endógeno de influências, criando um ambiente de reciprocidade, reconhecimento e pertencimento. Tal sentimento é essencial para que a sociedade envolvida veja a IES não simplesmente como um elemento exterior, mas como uma dimensão de interação

social entre a região e o indivíduo. Além do mais, a incorporação da universidade ao seu meio faz com que o ambiente se torne único para cada indivíduo, pois apesar do interesse coletivo assimilado socialmente, ele também incorpora à instituição suas próprias percepções, que são inseridas e participam da evolução da universidade.

Logo, as instituições universitárias são instrumentos sociais, dos quais são resultados da história humana e do seu território. Deste modo, a região influente contribui profundamente as ações das universidades, cabendo a IES articular o saber científico a realidade local e se adaptar as temporalidades demarcadas pelas conjunturas dos variados estratos sociais. Assim, a universidade é um produto social, histórico, espacial e temporal da região, “nutrindo-se das nuances das realidades particulares correspondentes à heterogeneidade de condições em que o homem histórico, econômico, político, cultural e socialmente se estabelece” (MIDDLEJ, 2004, P.111).

4.2.1 - A Relação entre o DF e a UnB

Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960. Ela rompia os paradigmas espaço-econômicos existentes até então no país, que viam toda importância econômica e cultural concentradas na região sudeste, com especial atenção para o eixo Rio-São Paulo. Motivado por aspectos geopolíticos, a construção da nova capital era um projeto ambicioso, já que pretendia redirecionar o povoamento e a infraestrutura para o centro do país e em pouco tempo. Desta maneira, a capital não estaria tão vulnerável em caso de guerra. As pressões populares sobre o governo seriam menores além de contribuir para o desenvolvimento de uma região que se encontrava abandonada.

Por conseguinte, integrada ao Plano de Metas e partindo da máxima desenvolvimentista adotada por Juscelino Kubitschek, “50 anos em 5”, o presidente JK criou a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) e junto com os arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer iniciaram a mobilização de materiais, trabalhadores e recursos para erguer a cidade.

A proposta inovadora de Brasília, surgia a partir da concepção de um novo conceito de cidade, da qual seguiria um modelo de cidade inovadora, moderna e planejada. Diferentemente de outras cidades, que surgiram através do cruzamento de

estradas, do comércio, de atrativos simbólicos ou por vantagens naturais (rios, mar, solo). Brasília não surgiu nesse ambiente desprezioso, mas de um movimento entusiástico e geopolítico. Essa sensação de algo “novo” inflamou os olhares para o centro do país, como uma cidade que não iria repetir os erros das grandes metrópoles já fixadas. Assim, como afirma Queiroz (2007, p.159), “a nova capital não surgiu nesse ambiente espontâneo, e sim de uma intenção determinada: apareceu como urbe insular na solidão de um quase deserto. Nasceu da ideia de uma cidade ideal: a cidade moderna”.

Inicialmente, esse novo projeto atraiu um número grande de trabalhadores, em particular, na área da construção civil, motivados pela vasta oferta de empregos. Apesar de parecer um canteiro de obras, Brasília almejava se tornar uma metrópole como as outras. Logo, após a inauguração continuaram as obras por um longo tempo e em forte ritmo, dado que a cidade ainda estava inacabada. Desse modo, os trabalhadores deixaram de ver a região como algo temporário e começaram a se fixar.

Esse fluxo migratório teve um crescimento explosivo durante as décadas de 60 a 80²⁷, aquém do ritmo de crescimento no Brasil (VASCONCELOS ET AL, 2006). A migração, como componente fundamental na formação do aglomerado, foi decisiva para a formação da capital. O crescimento do aglomerado urbano de Brasília inicia-se pela região administrativa de Brasília e logo foi preciso acelerar a criação das cidades-satélites para suportar tamanha demanda.

O polo atrativo de correntes migratórias para o DF partiu de todas as regiões brasileiras, mas em especial, dos estados de Minas Gerais, Goiás e da região Nordeste (CARVALHO, 2008). Essa combinação de diversidades culturais foi essencial para a construção do caráter sociocultural do Distrito Federal. Assim, como demonstra Neto (2018), a formação sociocultural de Brasília vem da miscigenação de culturas atribuídas a uma grande quantidade de pessoas de todas as regiões do Brasil que migravam para a nova capital, vindo trabalhar não só na construção civil, mas também na construção do *status quo* da cidade, como no comércio e na prestação de serviços - especialmente – a migração de funcionários públicos, que eram incentivados com oportunidades de moradia e aumento salarial, para se transferir e compor o funcionalismo federal.

²⁷ O crescimento migratório no Distrito Federal correspondeu a 14.4% a.a entre as décadas de 1960 e 1970 e 8,2% a.a entre as décadas de 1970 e 1980, enquanto o ritmo migratório no Brasil alcançava 2,9% e 2,5% a.a, respectivamente.

Logo, o caso da formação de Brasília nos anos iniciais foi concebido por uma heterogeneidade, o que fez gerar um diferencial na formação do DF. Porém lentamente - cerca de duas gerações²⁸ - foram assimilados e estabelecidos os próprios costumes. Para Neto “[...] a mistura de costumes e culturas brasileiras começava lentamente a dar lugar a um *modus operandi* brasiliense [...]” (NETO, 2018, p.84). Contudo, as características da formação de Brasília não se extinguem no fato da heterogeneidade, mas também todo o contexto político-social envolvido na construção.

Junto ao gigantesco movimento de construção de uma cidade em um território inóspito, isolado e desinteressante é que começava a surgir os projetos para a construção de uma das maiores instituições de ensino superior do Brasil, a Universidade de Brasília (UnB). Nesse contexto de construção de um novo conceito de cidade e sociedade é que a UnB aparecia no cenário acadêmico brasileiro.

A universidade não foi incluída instantaneamente aos planos de JK, a razão se dava pelo receio do que poderia acontecer por parte dos incontáveis efeitos das organizações estudantis, associadas ao risco de instabilidade na ordem estabelecida²⁹. Todavia, Darcy Ribeiro em conjunto com Anísio Teixeira lideraram o processo de criação da UnB. Justificando a construção da Universidade sob os parâmetros da construção dos novos conceitos intitulados na “nova capital”. Assim, como uma cidade construída a partir de conceitos modernos, inovadores e ousados, com ambições voltadas ao futuro não teria em seu ambiente uma universidade? Anísio Teixeira propugnava por transformações educacionais e via na construção de Brasília um cenário perfeito para a formação de uma universidade atrelada a esses ideais.

²⁸ Neto (2018), no decorrer do seu estudo sobre formação fonológica, consideram a hipótese que o contexto de cunho histórico-social da formação de Brasília fez com que a miscigenação linguística foi se adaptando com o decorrer do tempo e assim foi surgindo uma variação linguística própria, característica da segunda geração de brasilienses. O autor explica que um goiano, um carioca, um paulista, cada um tem as suas marcas. Eles começam a fazer um apagamento das marcas mais evidentes onde na próxima geração já começa a criar e se comunicar com um novo dialeto em formação.

²⁹ Conforme relatava o engenheiro Israel Pinheiro, designado para a construção de Brasília. A construção da Universidade em um ponto recente da formação da cidade poderia trazer riscos para estabilidade do projeto, inclusive quanto a natureza dos planos urbanísticos. Ou seja, na figura de Israel Pinheiro, uma Universidade mais afastada do centro poderia trazer menos riscos. Assim como mostra no livro *Por que construí Brasília*, JK (1998, p. 265) “Universidade de Brasília não poderia ser concebida antes que a cidade atingisse certo estágio de construção – o de seu acabamento”.

Uma instituição que pudesse ser formada junto à cidade, como algo novo e com uma ruptura de um paradigma associado as universidades tradicionais.

Nessa perspectiva, não seria Brasília um *locus* ideal para a implantação da escola renovada? O que significaria implantá-la numa cidade nova, moderna, a partir do nada existente, sem as amarras da tradição? Que influência poderia exercer nos domínios da educação do País? Em que medida iria se refletir no sentido e direção das tendências do ensino? (LOURENÇO FILHO, 1960:171 APUD PEREIRA E ROCHA, 2005, P.4).

O período entre 1958 e 1968 definiram o curso da Universidade de Brasília, sinalizando a dimensão atribuída a proposta de “nova universidade” frente às demais instituições de ensino no país. Diante da ideia de criação da IES na nova capital, aproveitando do contexto do novo, diferente e revolucionário se delineava a formação de uma instituição aos moldes da cidade, em um modelo arrojado e desafiador, jamais presenciado, por se formarem no mesmo momento.

Os ideais de refundação na construção de Brasília, foram fatores notáveis para o surgimento da UnB. Aproveitando o sentimento de reconstrução nacional, tal contexto histórico se tornou uma oportunidade de fazer tudo “do zero”, assim como Brasília a Universidade seria capaz de se libertar das amarras dos modelos tradicionais e burocráticos e ressurgir a partir de um modelo mais contemporâneo e inovador, acompanhando o clima otimista e desafiador do surgimento da nova capital. Evitando erros, corrigindo vícios e deixando sua marca autoral.

A aura da constituição da universidade no mesmo cenário e tempo da cidade justificava-se pelo fato do centro do poder deveria ter um plano cultural equivalente ao plano arquitetônico e urbanístico (BOMENY, 2016). A construção de uma universidade nesse contexto demonstrava uma reparação do país, com uma IES à frente do seu tempo, com aspectos inovadores que acompanham o que a cidade de Brasília representava no cenário urbanístico brasileiro.

A formação da UnB está intimamente ligada à perspectiva de Darcy, que buscava na criação da instituição o entrelaçamento da história da região onde estaria localizada. Buscando o rompimento com os antigos modelos exógenos e traçando uma nova maneira de constituir as peculiaridades da universidade. Para Darcy, esse novo modelo de surgimento faria com que a Universidade amadurecesse junto com a cidade de forma desenvolvimentista, pelos enfoques econômicos: com a atração de indústrias e comércio além de mentes criativas e especializadas; cultural: como centro

de florescimento cultural, na formação da massa crítica e dos aspectos homogêneos; político: no assessoramento aos planos científicos humanísticos e na formação do capital humano.

Um outro fator que influenciou na composição da Universidade de Brasília foi a ancoragem aos argumentos de abrigar as múltiplas manifestações culturais. A UnB, conforme o seu contexto histórico-social, surgia sem um ambiente cultural pré-estabelecido, já que diferentemente das outras instituições, a instituição nascia junto a sua região. Logo, o ambiente da Universidade seria construído ao decorrer da formação de Brasília e com base na diversidade sociocultural que se formava na cidade. Segundo Bomeny (2016, p.1007) “A *urbs* estava criada; a *civita* seria tributária do ambiente da universidade pensada e construída sob esta ambição”.

Então em um projeto ambicioso e inovador surgia, assim, a Universidade de Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1962, a UnB veio com um ar de renovação que contagiava a geração convocada pelas convicções de Darcy e Teixeira. O que não por menos, já que se entendia de uma universidade comparte do próprio projeto de sociedade, integrada as questões regionais e de formação socioeconômica e ainda referência nos aspectos de aprendizagem, inovação e desenvolvimento. Assim a UnB é vista como uma instituição *sui generis*, ou seja, única em seu gênero. Identificada por indicar aspectos de criação particulares que ajudaram na distinção dos padrões estabelecidos. Desde suas bases, conforme dizia Darcy, seria uma “universidade fruto”, que não seria uma cópia de qualquer outra.

Deste modo a história da construção de Brasília se confunde com a história da Universidade, acompanhando o mesmo ritmo, atrelados a uma sucessão de eventos, incluindo as dificuldades apresentadas na estruturação. Apesar do cenário utópico herdado das circunstâncias do surgimento de Brasília, o desenvolvimento da IES também é marcado por momentos de manifestações, descontentamento e dificuldades que, inclusive, contribuíram para o posicionamento da Instituição frente ao cenário nacional. Entre o ciclo fundador e o início da institucionalização as incertezas apresentadas pela região dificultaram no recrutamento de profissionais qualificados e a atração de talentos. E a interrupção violenta do Golpe de 1964 também afetaram de forma peremptória os rumos da UnB, pois pela proximidade ao epicentro do poder, foi uma das mais atingidas pela ação de repressão.

Dessa maneira, conforme explica Madeira (2013), as cidades podem ser consideradas “artefatos culturais inacabados”, pois sofrem com o tempo, os fatos

históricos, as políticas e forças que nem sempre são concordantes. O mesmo cabe às Universidades que são delineadas pelo seu meio, desde a sua criação até o contexto atual. E quando se fala em “cidades” compreende da sua arquitetura até o corpo social. Logo, pode se dizer que a UnB se configurou no decorrer da idealização de sua região, sofrendo fortes influências da construção da nova capital, tanto ideologicamente quanto de maneira estrutural e política. O surgimento da UnB tem sido modelado por diversas orbitas, entre as principais, que foram mencionadas nesse capítulo, se encontram o surgimento em paralelo ao da sua sede, Brasília; O nascimento no contexto de extensão do movimento da Escola Nova; A heterogeneidade social pré-estabelecida e os períodos de turbulência histórica.

5. A UnB “NA REGIÃO” OU “DA REGIÃO”?

O surgimento de uma instituição de ensino superior, desde os seus primórdios, nasce de uma necessidade da região na busca de um aprimoramento. Contudo, cada IES desde sua criação está fortemente influenciada pelas características de cada região, características essas, que partem desde a formação cultural da população até os aspectos geoeconômicos. Deste modo, a relação entre a universidade e a região permite esclarecer como a instituição pode ajudar no desenvolvimento local e qual o papel econômico, social e político que a região exerce na configuração dessa relação.

Nessa seção será analisada se a Universidade de Brasília pode ser considerada um dínamo do desenvolvimento local, partindo da sua formação. E se os impactos educacionais que a UnB dissemina estão sendo percebidos pelos seus atores diretos e indiretos. Tal análise permitirá esclarecer quais são os impactos mais marcantes da Universidade e se são efetivos e eficazes para a sociedade. Após a demonstração empírica dos dados obtidos, será analisada a questão da inserção da Universidade na Região, ou seja, qual a percepção da sociedade em relação à UnB.

Desta maneira, poderá elucidar se a inserção da UnB está apenas “**NA**” região, ou seja, “como equipamento necessário às sociedades modernas, implantada em centros urbanos para produção do saber universal e formação das elites sociais, mas não suficiente para articular-se com seu entorno, de modo a interagir com os problemas locais”, ou se faz parte “**DA**” região, “onde está localizada, implantada e conquistada pela sociedade regional, de forma a fazer emergir de suas relações com o entorno um sentimento recíproco de pertencimento” (MIDDLEJ, 2004, P. 141).

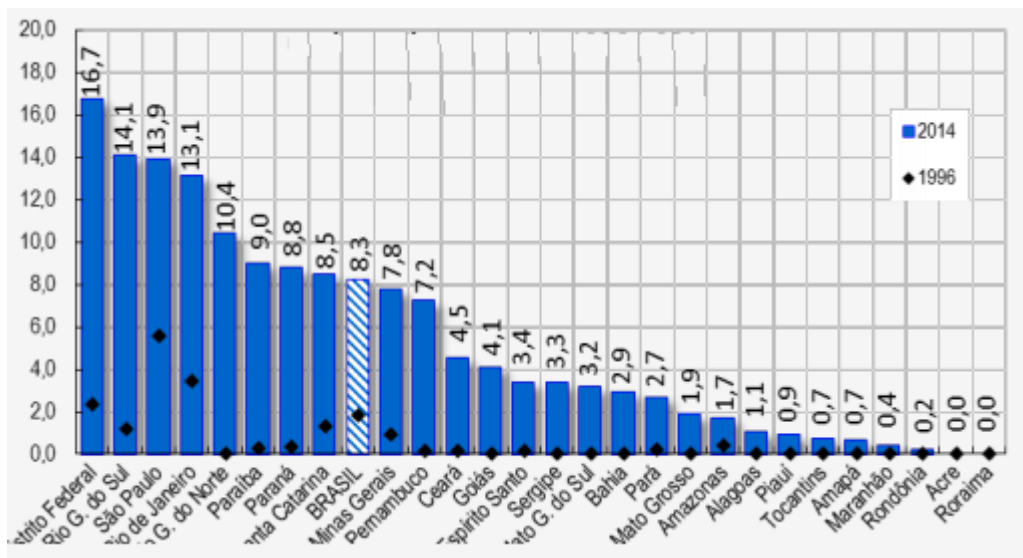
Logo, neste trabalho foram considerados que para explicar a inserção da Universidade de Brasília na região do Distrito Federal seriam necessários considerar duas análises, afim de explicitar os efeitos de sentido que se produzem. Para melhor compreensão da inserção da Universidade na ou da Região esse capítulo está dividido em duas seções. A primeira seção apresentando os impactos socioeconômicos atribuídos a UnB e a segunda seção a percepção dos atores envolvidos, ou seja, como a população da Região percebe a Universidade.

5.1 - A UnB e sua Inserção na Região: Os Impactos Socioeconômicos

5.1.1 - A UnB como Instrumento de Formação de Capital Humano

De acordo com os dados informados pelo anuário estatístico da Universidade de Brasília, durante o período analisado (2010 a 2017), a UnB formou, aproximadamente, 37.447 alunos de graduação e 12.597 de pós-graduação. Em comparação ao período de (2000 a 2010) houve um aumento de 81,8 % em alunos de graduação e um aumento de sete vezes no número de alunos de pós-graduação. No que tange a Pós-Graduação, conforme é apresentado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)³⁰, o Distrito Federal apresenta a maior proporção no número de títulos de mestrado e doutorado concedidos no Brasil, cerca de 16,7 doutores e de 52,8 mestres, por 100 mil habitantes, apresentando o dobro do percentual médio do Brasil (cf. gráfico 1 e 2). A UnB é responsável por 90% dos formandos em mestrado e doutorado no Distrito Federal, anualmente. Assim, contribuindo de forma efetiva para o alcance dos índices demonstrados.

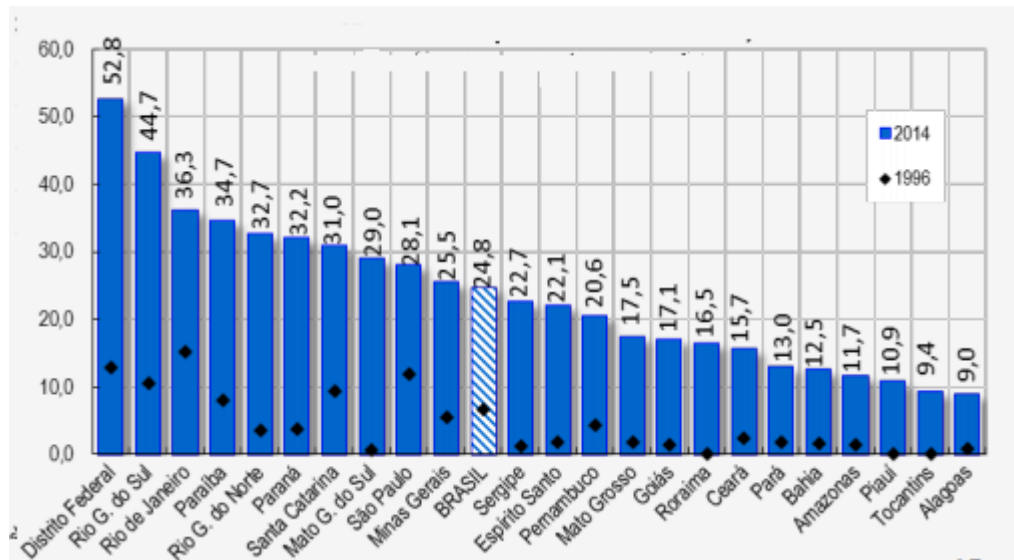
Gráfico 1: Número de títulos de doutorado por 100 mil habitantes, Brasil e unidades da federação, 1996 e 2014



Fonte: Coleta Capes 1996-2012 e Plataforma Sucupira 2013-2014 (Capes, MEC). Elaboração CGEE.

³⁰ Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira em 2014, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

Gráfico 2: Número de títulos de mestrado por 100 mil habitantes, Brasil e unidades da federação, 1996 e 2014



Fonte: Coleta Capes 1996-2012 e Plataforma Sucupira 2013-2014 (Capes, MEC). Elaboração CGEE.

A importância da Universidade de Brasília para o desenvolvimento da região pode ser consubstanciada pelo fato da formação de capital humano de qualidade que fomenta o desenvolvimento local. Além do mais, a UnB por si só, é responsável pela formação de aproximadamente 12,5%³¹ dos graduados do DF, anualmente.

No que tange a Pós-Graduação os dados demonstram como a Universidade de Brasília está à frente da especialização dos graduados do Distrito Federal. Utilizando os dados disponibilizados pela UnB e pelas Instituições de ensino superior privadas do DF, que possuem curso de pós-graduação (mestrado ou doutorado). Foram levantados o número de diplomados em mestrado e doutorado no período de 2016 e 2017, onde dentre as 8 IES privadas que possuem os cursos apenas 5 instituições possuíam alunos diplomados em mestrado no período de 2017 e apenas 2 instituições, no doutorado. Logo, conforme análise das informações disponibilizadas, a UnB é responsável pela formação de 87,2 % dos alunos de mestrado no DF, em 2016 e por 85,1% em 2017. Quando analisamos o curso de doutorado esse percentual chega a ser maior, com 94,5%, em 2016 e 93,5%, em 2017.

³¹ Cálculo feito a partir da diferença entre o número de formados de 2017 e 2018 no Distrito Federal disponível pelos dados da PNAD Contínua Trimestral - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua e o número de alunos formados pela UnB no mesmo período, disponível pelo anuário estatístico anual da UnB.

5.1.1.1 – Os Impactos Econômicos da Formação do Capital Humano

Para aferir os impactos econômicos que a formação do capital humano ocasiona na região do DF foi necessário a análise dos egressos da UnB, já que desta maneira pode se conferir a qualidade do capital humano produzido pela Instituição e se esse capital humano está sendo aproveitado pela região no atendimento das suas demandas. Um dos indicadores importantes para análise do capital humano formado pela UnB é a empregabilidade e a área de atuação dos mesmos. Assim, podemos verificar se a Universidade está conseguindo colocar seus produtos dentro do mercado de trabalho e se esses produtos estão sendo aproveitados de forma efetiva nas áreas de atuação de sua formação.

Para isso conforme foi demonstrado pela Comissão Própria de Avaliação da UnB no Relatórios de Egressos (2019), os resultados da empregabilidade dos egressos da Universidade de Brasília, que fixaram vínculos empregatícios no DF entre 2010 e 2017 foi de 83%. Quando entramos no viés do setor de atuação, a Universidade de Brasília se destaca pela quantidade de egressos atuando no serviço público, cerca de 62%³².

Utilizando o Relatório de Egressos da UnB, pode ser feito o acompanhamento da renda dos profissionais egressos da Universidade. Após um convênio firmado com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a UnB pode ter acesso aos dados identificados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, partindo dessas informações foi possível realizar aferições sobre a atuação dos egressos da UnB no mercado formal de trabalho brasileiro, como: faixa de renda, tipo de vínculo empregatício, área de atuação e percentual por unidade da Federação.

Durante o período analisado de 2000 a 2017, foram utilizados os dados de 31.199 formados em graduação o que corresponde a aproximadamente 58% do total de alunos formados em graduação nos anos estudados. Conforme os dados obtidos no Relatório de Egressos Rais, em fevereiro de 2017 a renda média dos egressos formados na Universidade de Brasília e atuando em todo o Brasil, foi de R\$ 9.816,83 com um coeficiente de variação de 0,78. Quando reduzimos a área de atuação

³² Segundo o Relatório de Egressos Rais (2019), disponibilizado pela Diretoria de Avaliação e Informações Gerenciais da UnB (DAI), a distribuição dos alunos formados em 2017 computava que 62% dos alunos possuíam vínculo empregatício com serviço público, dos quais 55% com vínculo efetivo, 5% com vínculo não efetivo e 2% com vínculo temporário/avulso.

somente para o DF a renda média dos egressos formados passa para R\$ 10.261,58 com um coeficiente de variação de 0,73. Dado as informações obtidas, a diferença entre os homens formados é, em média, 37% maior do que as mulheres formadas. E que a remuneração no serviço público efetivo chega a ser 66% maior que a remuneração dos empregados pelo regime CLT.

Para estimar o impacto econômico que os egressos de graduação da Universidade de Brasília causam na economia do Distrito Federal foi utilizado da mesma metodologia aplicada por Lucas (2013). Logo, foram cruzados os dados da renda média anual dos profissionais egressos da UnB, atuantes no DF e comparados ao PIB local. Conforme o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o produto interno bruto do DF no ano de 2016 foi de R\$ 235.497 bilhões.

Conforme o período estudado (2010 a 2017) a UnB formou aproximadamente 37.447 estudantes de graduação. Sabido que 83% desses estudantes se encontram empregados e exercem sua profissão no Distrito Federal, logo, temos um quantitativo de 31.081 estudantes. Considerando que a remuneração média mensal percebida pelos egressos no DF é de R\$ 10.261,58; anualmente, totalizando R\$ 136.820,00³³. Multiplicando a renda anualizada pela quantidade de egressos, será obtido R\$ 4.252 bilhões conferindo por volta de 1,8% do PIB do DF, em 2016.

Figura 6: Impacto Econômico dos Egressos de Graduação da UnB



Fonte: Elaboração Própria

Tais informações demonstram que a UnB tem formado um capital humano que tem sido aproveitado pelo mercado de trabalho sem deixar de atuar na sua área de

³³ Cálculo dos 12 meses anuais com acréscimo de um mês extra referente à gratificação natalina e mais 1/3 de férias.

conclusão de curso. Além do mais, os índices de fixação de vínculo empregatício corroboram que o capital humano está sendo aproveitado na própria região. Logo, a UnB possui uma alta taxa de empregabilidade dos egressos, do qual representa a possibilidade do acompanhamento e avaliação da qualidade dos cursos ofertados pela instituição, além de fomentar a formação de políticas institucionais para o aperfeiçoamento do serviço ofertado.

Um fator importante a ser observado é o fato da qualidade do capital formado pela Instituição, que preenche cargos do setor público, demonstrando os efeitos da teoria de substituição de importação, já que a Universidade está sendo capaz de suprir as demandas governamentais de forma que não haja a necessidade de se importar capital humano qualificado.

Depreende-se, também, que os egressos que a UnB coloca no mercado de trabalho corroboram para a gestão pública do Brasil e/ou do Distrito Federal, gerando benefícios ao setor governamental, muitas vezes, explicado pelo fato do Distrito Federal possuir mais oportunidades para o alcance do cargo público e haja vista a baixa industrialização do DF.

Para Pinfeld (2011), a receita gerada devido os efeitos do capital humano representam o quanto as universidades movimentam a economia ao seu redor, já que os gastos dos salários acabam ficando na própria região, fortalecendo a economia local. No estudo apresentado por Lucas (2013), foi demonstrado que o impacto que a UnB gera no DF, para os anos de 2000 a 2010, só com a renda obtida pelos graduados, corresponde a aproximadamente 1,10% do PIB do DF. Contudo, dado o crescimento da Universidade ao longo dos sete anos posteriores a pesquisa realizada por Lucas (2013) pode-se constatar que houve um crescimento ainda maior do percentual de atuação da UnB em relação ao PIB do DF. Ou seja, a UnB no período de 2010 a 2017 obteve um crescimento de 0,7% em relação ao período de 2000 a 2010, em representatividade no PIB do DF. Então, no interstício de 2010 a 2017 a UnB alcançou cerca de 1,8% do PIB do Distrito Federal. Percentual superior a participação do setor agropecuário³⁶, para o mesmo período, no Distrito Federal.

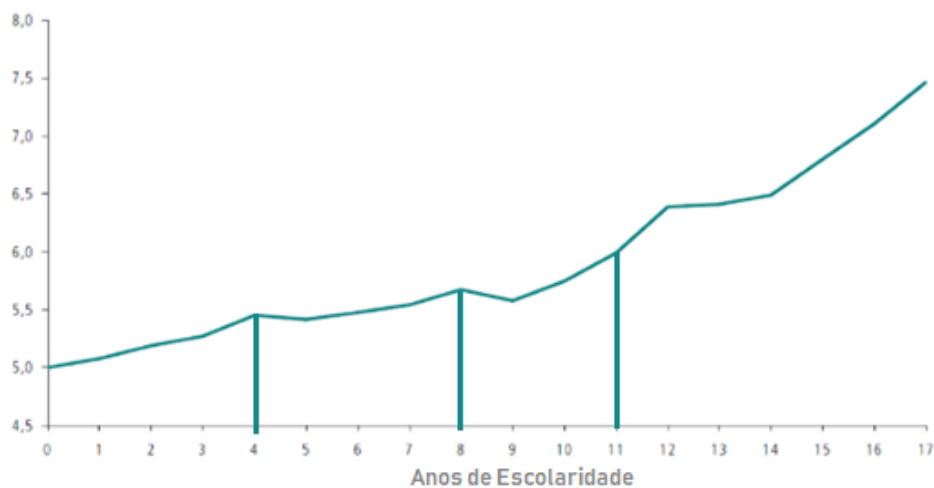
³⁶ Conforme dados do Relatório de Contas Regionais do Distrito Federal (2010 – 2017) disponibilizado pela Codeplan, a participação do setor agropecuário no valor adicionado bruto do Distrito Federal foi de 0,4%.

5.1.1.2 – O Efeito Diploma no Ensino Superior

Existe praticamente um consenso na literatura econômica, que relata que os rendimentos de um indivíduo estão relacionados positivamente com o seu nível educacional. Esse fator é conhecido como efeito-diploma, que implica que um ano adicional de escolaridade gera um aumento positivo nos rendimentos do indivíduo.

No gráfico 1, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) demonstram o número de anos estudados e a média do logaritmo dos rendimentos. Para os quatro primeiros anos, ciclo do primário, não foi apresentado efeito significativo. Os oito primeiros anos são identificados como o ciclo do ensino fundamental, da quinta à oitava série, que começam a apresentar mudanças mais significativas. Dos nove aos onze, mostra o período do ensino médio e então começamos a diagnosticar algumas mudanças mais expressivas e após esse período seria o nível superior, onde ocorre as maiores diferenças, com cerca de uma distinção de até 18,75%, da conclusão do ensino médio para a conclusão do ensino superior.

Gráfico 3: Média dos logaritmos dos rendimentos do trabalho principal e anos de escolaridade



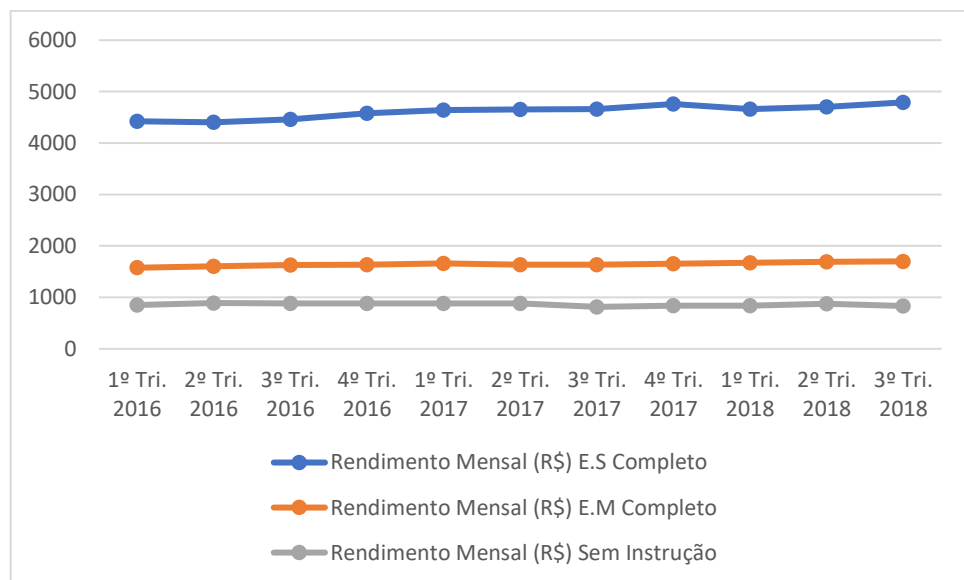
Fonte: Pnad de 2004, indivíduos com idade entre 25 e 60 anos, residindo em áreas urbanas

Sabendo de tais dimensões que o conhecimento gera individualmente, pesquisas mostram que um homem com um nível superior pode auferir ganhos de

cerca de 50% a mais do que somente com o ensino médio e mulheres vão além desse percentual, conseguindo melhorar sua renda cerca de duas ou três vezes a mais³⁷.

Conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua³⁸, o rendimento médio dos profissionais com nível superior no Brasil nos últimos três anos, 2016-2018, foi de R\$ 4.621,83 enquanto os que possuem o ensino médio completo tiveram um rendimento médio de R\$ 1.649,33; ou seja, o profissional graduado chega a receber cerca de 180% a mais do que os não graduados. Ressalta-se que a renda média dos trabalhadores sem qualquer nível de instrução foi de apenas R\$ 861,20.

Gráfico 4: Rendimento médio nominal, habitualmente recebido por mês, do trabalho principal, por nível de instrução, de 2016 a 2018.

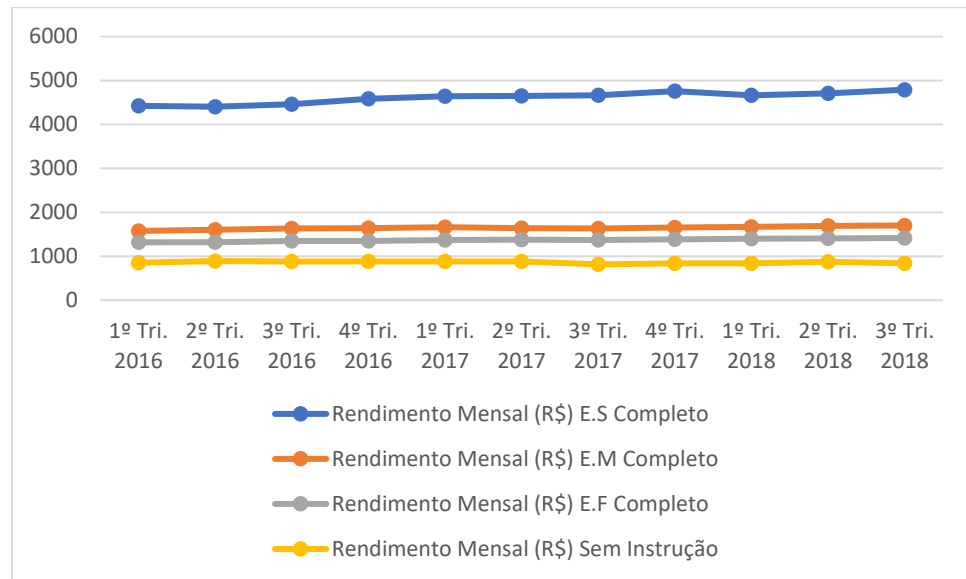


Fonte: Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral - IBGE, elaboração própria.

O gráfico 3, representa o efeito-diploma em todos os níveis da educação no Brasil, de 2016 a 2018. O gráfico mostra que para cada nível educacional completo há um diferencial na renda. Assim, é apresentado que as maiores diferenças se encontram do ensino médio para o ensino superior e as menores diferenças se encontram entre o ensino fundamental e o ensino médio.

³⁷ Conforme a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) pessoas com diploma universitário ganham pelo menos 50% a mais do que pessoas com o nível intermediário de educação.

³⁸ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua -2016

Gráfico 5: Efeito-diploma em todos os níveis da educação no Brasil, de 2016 a 2018.

Fonte: Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral - IBGE, elaboração própria.

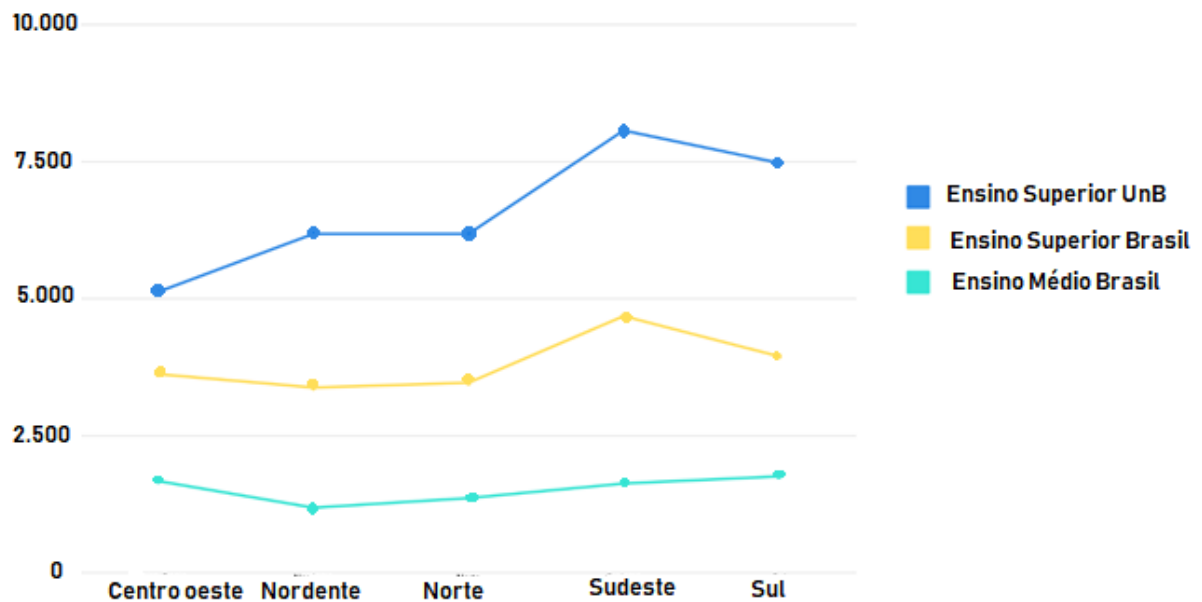
Com vistas a examinar o efeito diploma auferido aos formados na Universidade de Brasília, foram analisados a área de atuação dos formados e o rendimento dos recém-formados e dos egressos com mais de cinco anos de atuação no mercado.

Ao comparar os dados apresentados pelo Relatório de Egressos da UnB e o Relatório de Rendimento Domiciliar per capita do PNAD Contínua verificam-se que após a conclusão do curso os egressos da Universidade de Brasília chegam, em média, a receber 66% a mais que o rendimento domiciliar per capita da região do Distrito Federal³⁹, o maior do país. Cabe ressaltar que os valores utilizados para fazer esse paralelo foram dos recém-formados. Quando utilizamos os dados dos formados há mais de cinco anos esses valores serão bem maiores, chegando a ter uma diferença do dobro apresentado.

Concordante o gráfico 4, foram utilizados os dados do Relatório de Egressos da UnB-2015 para identificar a renda mensal dos egressos da UnB por região e comparando com os dados fornecidos pelo IBGE do rendimento mensal dos alunos de nível superior e médio de 2015. Pode se notar que a renda mensal dos alunos formados na Universidade de Brasília é maior em todas as regiões do Brasil quando comparados com a renda média geral dos graduados por região, insta ressaltar, que a pesquisa se refere as cinco regiões do Brasil, não computando o Distrito Federal.

³⁹ Cálculo da razão entre o total de rendimentos domiciliares e o total de moradores; considerando o rendimento de trabalho principal e de outras fontes.

Gráfico 6: Renda mensal dos egressos da UnB, Ensino superior e Ensino médio, por região, 2015.



Fonte: Relatório de egressos da UnB - Comissão Própria de Avaliação da UnB 2015 e Relatório de renda domiciliar per capita 2015 – IBGE, elaboração própria.

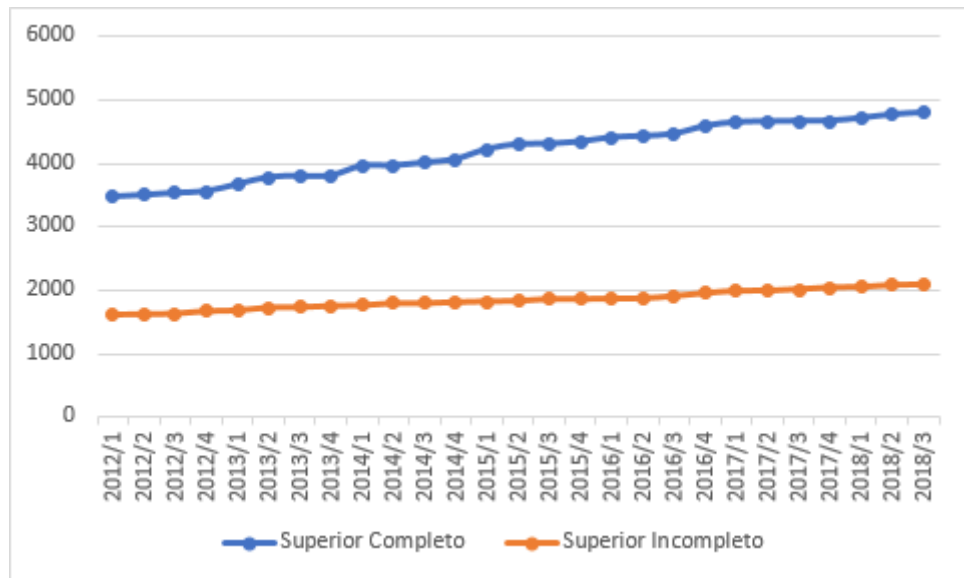
Quando se compara o efeito diploma no Distrito Federal, a diferença salarial média entre o brasiliense com diploma pode ser quatro vezes superior à do sem diploma. Ao analisar o fenômeno do efeito-diploma que a UnB provoca no Distrito Federal e nas demais regiões do Brasil, podemos ver o quão é importante a Universidade Federal não só para a região onde está localizada, mas também para todo o país.

De acordo com os resultados obtidos pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Trimestral, que compara os rendimentos dos profissionais com o nível superior completo e com o nível superior incompleto ou equivalente entre os anos de 2012 a 2018, nota-se que a conclusão de graus de educação além dos efeitos positivos prementemente sobre o rendimento, tais efeitos também se estendem ao decorrer do tempo. Ou seja, após um grau completo o profissional pode duplicar sua renda. No entanto, esses efeitos não se findam. Eles geram uma variação na renda ao longo dos anos, conforme é demonstrado no gráfico 5 e 6.

Essa variação longínqua na renda entre os trabalhadores com nível superior completo e incompleto, no Distrito Federal, é de 1,5% a cada ano. No caso do Brasil essa diferença é de cerca 1% por ano, por conseguinte, de 2012 a 2018, dois profissionais,

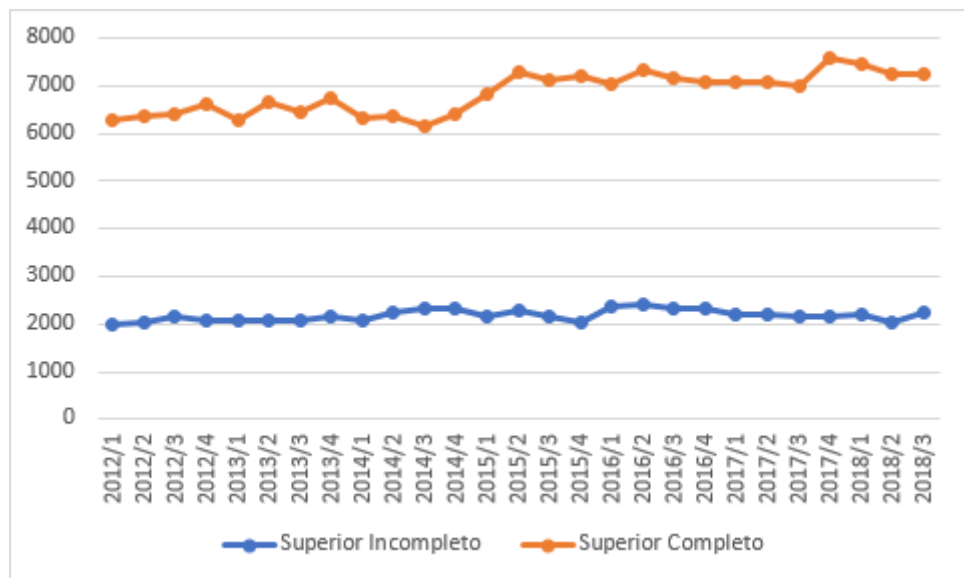
um com nível superior completo e outro com nível superior incompleto, além da diferença remuneratória de cerca de 120%, essa diferença vai aumentando mais 1% a cada ano.

Gráfico 7: Variação da renda no Brasil entre 2012 a 2018.



Fonte: Relatório de renda domiciliar per capita trimestral – IBGE, elaboração própria.

Gráfico 8: Variação da renda no DF entre 2012 a 2018



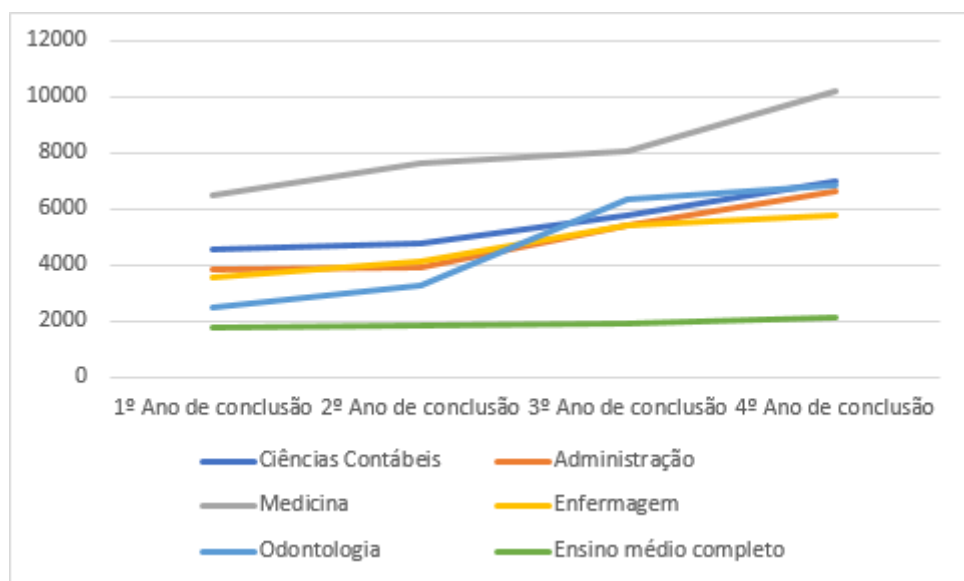
Fonte: Relatório de renda domiciliar per capita trimestral – IBGE, elaboração própria.

Ao se comparar essa variação de renda com o tempo no cenário dos egressos da UnB, pode-se identificar que a diferença é maior. Examinando os rendimentos dos egressos da Universidade de Brasília nos anos de 2012 a 2017, as remunerações dos

egressos tiveram um aumento em média de 80% no decorrer dos 5 anos, após a conclusão do curso. Enquanto os trabalhadores que possuem o nível médio completo obtiveram um acréscimo de 14%.

Examinando os rendimentos dos egressos da UnB nos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Medicina, Enfermagem e Odontologia nos anos de 2012 a 2015, as remunerações dos egressos tiveram um aumento em média de 43% no decorrer dos 4 anos após a conclusão do curso.

Gráfico 9: Rendimentos dos egressos da Universidade de Brasília por curso, após 4 anos de conclusão. 2012 a 2015.



Fonte: Relatório de egressos da UnB - Comissão Própria de Avaliação da UnB, elaboração própria.

Crespo (2006) relata que no Brasil, devido ao elevado nível de desigualdade de renda, as diferenças educacionais são o principal determinante para esse fato, corroborando a importância da relação rendimento e escolaridade. O mercado de trabalho brasileiro, por efeito do seu baixo nível de formação de mão de obra qualificada possibilita ganhos elevados para cada nível de formação.

No Brasil, segundo o IBGE, censo de 2018, 12,05% dos brasileiros possuem nível superior completo, índice que representa a porcentagem de pessoas que concluíram o ensino superior dentre a população das unidades federativas do país. As unidades federativas com os maiores índices são o Distrito Federal (24,5%) seguido por São Paulo (16,9%), Rio de Janeiro (15,80%) e Paraná (13,8%). Já os menores percentuais se encontram na região norte e nordeste como Bahia (7,51%),

Pará (7,06%) e Maranhão (6,00%). Quando comparamos o efeito diploma nas UF's brasileiras e o percentual de pessoas com o diploma por região é demonstrado que as UF's que ostentam um alto percentual de pessoas graduadas também detêm um alto índice do efeito diploma, proporcionalmente. Conforme é apresentado nas tabelas 2 e 3.

Tabela 2: Rendimentos e efeito diploma das cidades que possuem os melhores percentuais de pessoas com nível superior, 2018.

	EM	ES	ED	PPNS
DF	2.379,00	7.358,00	209,28 %	24,5%
SP	1.996,00	5.839,00	192,53 %	16,9%
RJ	1.853,00	5.324,00	187,31 %	15,80%
PR	2.033,00	4.796,00	135,90 %	13,8%

EM- Rendimento médio do trabalhador com Ensino Médio Completo (em reais)

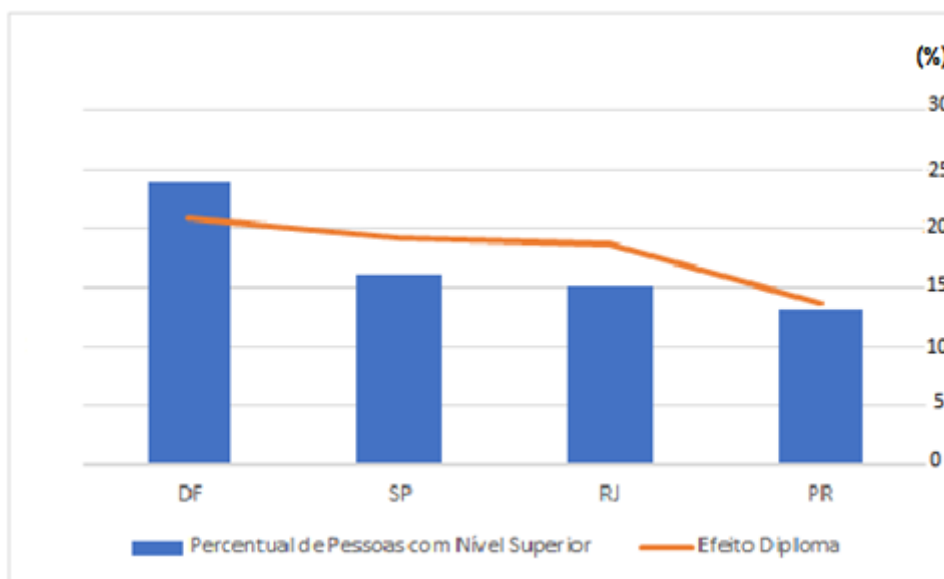
ES- Rendimento médio do trabalhador com Ensino Superior Completo (em reais)

ED- Efeito diploma - Diferença percentual entre os rendimentos do EM e ES

PPNS- Percentual de Pessoas com Nível Superior

Fonte: Relatório de renda domiciliar per capita trimestral (2018) – IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2018): População, por níveis de instrução; elaboração própria.

Gráfico 10: Percentual de Pessoas com Nível superior e Efeito Diploma nas cidades com os melhores percentuais de nível superior



Fonte: Relatório de renda domiciliar per capita trimestral (2018) – IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2018): População, por níveis de instrução, elaboração própria

Já as Unidades Federativas de menores percentuais de pessoas com nível superior, também, se comportam de forma semelhante às unidades de maiores taxas, demonstrando que as regiões com um número maior de formados apresentam uma diferença salarial, entre concluintes do ensino médio e superior.

Tabela 3: Rendimentos e efeito diploma das cidades que possuem os piores percentuais de pessoas com nível superior, 2018.

	EM	ES	ED	PPNS
BA	1.295,00	4.254,00	228,50%	7,51 %
PA	1.399,00	3.969,00	183,70 %	7,06%
MA	1.272,00	3.256,00	155,97 %	6,00 %

EM- Rendimento médio do trabalhador com Ensino Médio Completo (em reais)

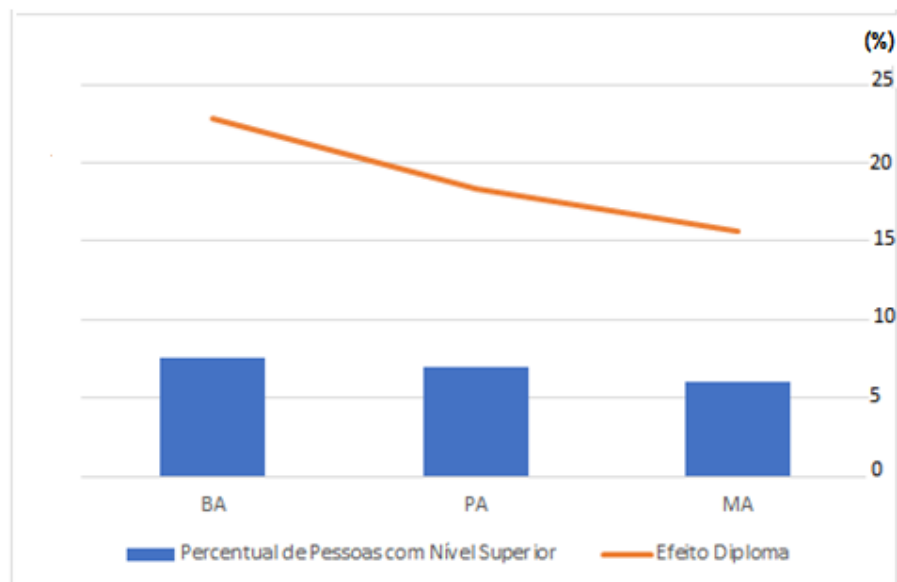
ES- Rendimento médio do trabalhador com Ensino Superior Completo (em reais)

ED- Efeito diploma - Diferença percentual entre os rendimentos do EM e ES

PPNS- Percentual de Pessoas com Nível Superior

Fonte: Relatório de renda domiciliar per capita trimestral (2018) – IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2018): População, por níveis de instrução, elaboração própria.

Gráfico 11: Percentual de Pessoas com Nível superior e Efeito Diploma nas cidades com os piores percentuais de nível superior, 2018.



Fonte: Relatório de renda domiciliar per capita trimestral (2018) – IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2018): População, por níveis de instrução, elaboração própria

Além do mais, tomando como base a Renda Domiciliar per capita do Brasil, constata-se que as maiores rendas se encontram nas unidades federativas com os maiores percentuais de graduados e o inverso também é confirmado, as menores rendas domiciliares per capita se esbarram nas UF's com os menores percentuais de graduados. O Distrito Federal e São Paulo ostentam os maiores percentuais de pessoas com nível superior, que são 24,5% e 16,9%, respectivamente. Conseqüentemente, são as duas unidades da federação que possuem as maiores rendas domiciliares per capita, que são R\$ 2.460,00 e R\$1.898,00 mensais, respectivamente. Enquanto os Estados do Pará (7,05%) e Maranhão (6,00%) são os Estados que apresentam os menores percentuais de pessoas com nível superior e também as menores rendas domiciliares per capita do Brasil que são de R\$ 863,00 e R\$605,00 mensais, respectivamente. Outro dado relevante é obtido na comparação desses valores, já que com o aumento percentual de 5% dos graduados de uma UF a renda domiciliar per capita da região pode ser ampliada em aproximadamente 60%. Assim, o efeito diploma tem um efeito direto na renda do indivíduo e indireto na renda da sociedade, devido aos efeitos multiplicadores da renda.

5.1.2 - A UnB como ferramenta de atração de talentos

As universidades, conforme ganham destaque, atraem novos estudantes para a região. Esse aspecto atrativo, atribui valor internacional a projetos de pesquisas e tal reconhecimento é de fundamental importância para a universidade e para a localidade. Além da multidiversidade gerada, os aspectos de reconhecimento internacional também são pontos importantes para prover contatos e informações para potenciais alunos.

Com a melhor qualidade de vida nas regiões e o efeito atrativo que as universidades causam, a consequência do crescimento no número de estudante é evidente, favorecendo o tamanho das áreas metropolitanas onde se encontram as universidades. A atração gerada pelas IES é refletida no crescimento metropolitano, com isso pessoas de outras regiões ou até mesmo outros países acabam sendo seduzidos pelo conhecimento existente naquela região e buscam se estabelecer no local, deste modo, as instituições servem como forma de captar recursos para a região, também conhecido como efeito atrativo (FELSENSTEIN, 1996).

A Universidade de Brasília sempre foi um ponto de atração para docente e técnicos, desde sua criação, pois devido ao fato de ter sido construída concomitantemente à construção de Brasília, não havia mão de obra suficientes para preencher o quadro de servidores. Ademais, Brasília era uma cidade nova e ainda não tinha estrutura adequada e nem mesmo atrativos para motivar as pessoas a saírem de sua cidade natal para ir a uma cidade que parecia um canteiro de obras. Diante do contexto, a Universidade com o intuito de atrair seus técnicos e docentes agiu com políticas públicas de auxílio moradia e promessas de transformar a universidade da capital do Brasil em um centro de excelência em pesquisas e conhecimento.

A UnB atrai talentos devido à remuneração dos servidores, a excelência do seu corpo docente e as oportunidades advindas de dentro da Universidade. Com foco no fortalecimento da pesquisa e da sua imagem, a Universidade de Brasília incentiva a participação de professores visitantes e pesquisadores em programas de internacionalização, a fim de avançar nas avaliações de seus programas de pós-graduação. Atualmente, a instituição ocupa o décimo lugar entre as universidades com maiores avaliações – notas 5, 6 e 7 – pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes - e a terceira principal instituição pública de nível superior em ofertas de cursos de pós-graduação no Brasil. O mecanismo de

internacionalização da Universidade de Brasília além de alavancar a pesquisa o ensino e a extensão é uma grande forma de atrair novos talentos, ampliando a disseminação do conhecimento.

Em relação à atração dos estudantes, os inputs do sistema educacional, a partir de 2014 a Universidade de Brasília começou a adotar o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o qual tem o intuito de democratizar o acesso à universidade e diminuir o número de avaliações aos estudantes que estão concluindo o ensino médio. Com isso, deu-se espaço para facilitar a mobilidade dos estudantes para concorrer em outras universidades do país, inclusive, em busca de acesso às universidades de prestígio nacional.

Conforme dados apresentados pelo Serviço de Informação ao Cidadão - SIC/UnB, foram analisados todos os estudantes ativos na graduação e na pós-graduação no ano de 2019. Deste modo, foi considerado para identificar a naturalidade dos estudantes a UF - Unidade da Federação apresentada na cédula de identidade do estudante no ato da matrícula. Logo, foi constatado que no ano de 2019 a UnB apresentava 9,9 % dos estudantes de graduação vindos de fora do Distrito Federal. O maior percentual dos estudantes é proveniente dos estados de Goiás, com cerca de 5,8%, Minas Gerais com 0,65% e São Paulo com 0,57% dos estudantes de graduação.

Figura 7: Concentração de alunos por UF estudando na UnB, 2019.

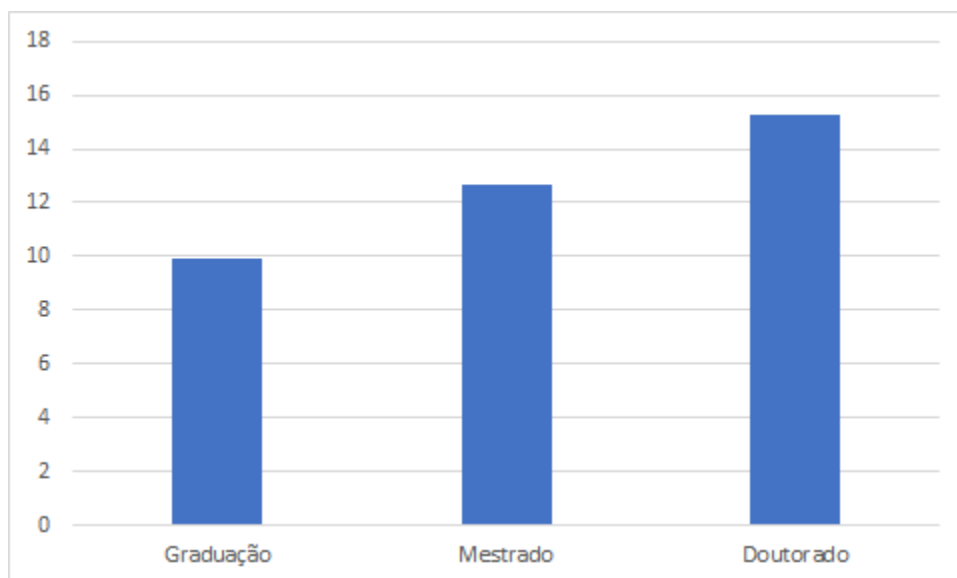


Fonte: Secretaria de Assuntos Acadêmicos – SAA/UnB por meio do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC/UnB, elaboração própria.

Utilizando dos mesmos procedimentos, porém agora tendo como referência os estudantes de pós-graduação verifica-se que o percentual de alunos de fora do DF aumenta conforme a especialização, assim, para o mestrado cerca de 13% dos alunos são naturais de outros Estados, já na comparação com o Doutorado esse percentual aumenta para 15%. Esse aumento dos alunos de fora do Distrito Federal, conforme a especialização, deve-se ao fato dos efeitos da substituição de importação, do qual se traduzem pelo fato de não haver uma universidade, cursos de pós-graduação ou caso as universidades que se encontrem na região não possuem destaque ou influência, logo os estudantes tendem a buscar outras instituições de ensino fora da região de origem.

Esse efeito faz com que a renda que poderia ser consumida dentro da região de origem por meio dos estudantes locais seja transferida para outra região devido à falta do evento, portanto, ao invés de perder recursos para outra região, poder-se-ia atrair recursos não-locais para dentro da região como é o caso da Universidade de Brasília⁴¹.

Gráfico 12: Percentual de alunos de fora do DF estudando na UnB, por especialização,2019.



Fonte: Secretaria de Assuntos Acadêmicos – SAA/UnB por meio do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC/UnB, elaboração própria.

Um outro fator importante a se considerar é o fato da teoria do balde furado ou teoria do vazamento, que permite identificar e quantificar os fluxos de recursos que entram e saem da localidade. Sabido que 5,8% dos estudantes que ingressaram na

⁴¹ A teoria da substituição de importação pode ser encontrada no capítulo 2, na sessão 2.2.

UnB são do Estado do Goiás, logo, utilizando dos dados fornecidos pelo relatório de egressos da UnB, tendo como parâmetro de cálculo o total de alunos formados e distribuídos por UF, verifica-se que 3,3% de todos os alunos formados trabalham no Estado do Goiás, portanto, cerca de 2,5% dos estudantes acabam se fixando no DF.

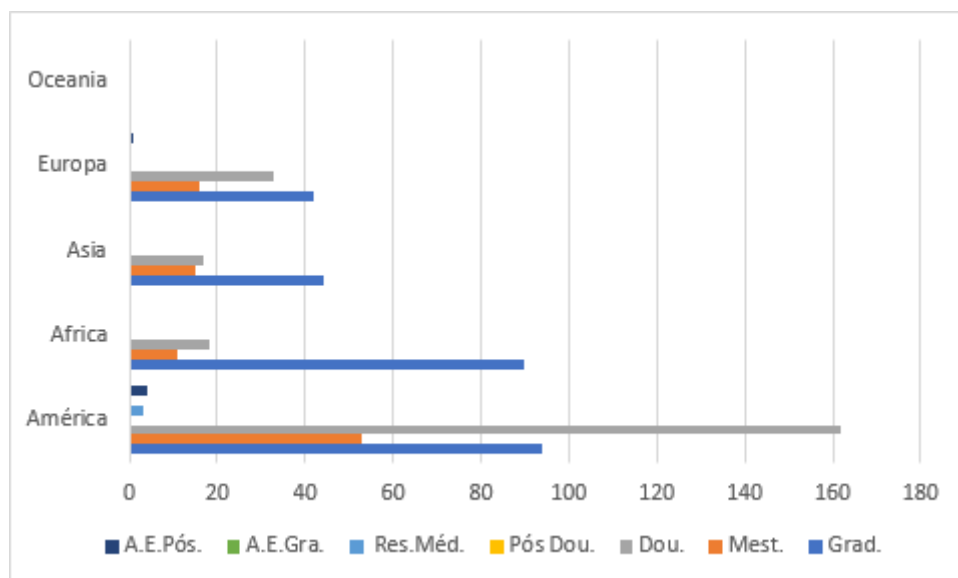
E conforme foi discutido por Ward e Lewis (2003), o desenvolvimento da região pode ser fomentado pelo incremento adicional dos investimentos externos e pela capacidade de manter tais investimentos a fim de se criar uma redistribuição de gastos não-locais para dentro da localidade.

Outros alunos também ingressam na instituição por meio de transferência obrigatória⁴². Esses alunos acabam vindo de outras instituições públicas espalhadas pelo Brasil. Essas transferências são responsáveis por cerca de 7% dos alunos que ingressam na UnB por meio do programa de avaliação seriada (PAS).

A Universidade de Brasília entre os anos de 2008 e 2018 recebeu 997 alunos de intercâmbio dos cinco continentes. Tendo uma média anual de 99 alunos. Os estudantes, por meio de programas de intercâmbio, vêm para a UnB para um período curto de estudos, geralmente, ficam por volta de 4 meses.

Ademais a Instituição também recebe estudantes estrangeiros. Os estudantes estrangeiros são alunos regulares que realizam o curso por completo na UnB, diferentemente dos alunos intercambistas, que são temporários. Os estudantes estrangeiros ingressam na graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado, residência médica, aluno especial de graduação e aluno especial de pós-graduação. Os alunos estrangeiros vigentes em 2018 são 603, deste montante, os estudantes de doutorado são responsáveis por cerca de 10 % de todos os estudantes de doutorado regulares na UnB.

⁴² Transferência obrigatória entre universidades públicas em vagas remanescentes.

Gráfico 13: Quantidade de estudantes estrangeiros por continente e forma de ingresso, UnB, 2018.

Fonte: Relatório de ingresso de estudantes estrangeiros, INT-UnB. Elaboração própria.

A ideia de transformar as universidades em pontos atrativos para docentes e discentes na região traz a oportunidade de modernizar currículos e adotar práticas de aproximação com instituições acadêmicas e especializadas. A presença de novos alunos de fora da localidade faz com que os indivíduos de diferentes culturas, no ambiente universitário, colaborem para a diminuição da intolerância e a promoção da diversidade.

A área universitária com fonte de captação de novos estudantes deve se ater que os alunos veem os centros universitários como uma forma de oportunidade de troca de conhecimento e oportunidade de emprego já que as empresas buscam novos talentos na área. Depois de formados as instituições reportam que muitos dos graduados acabam ficando na região fomentando assim o crescimento econômico, através de gastos e de força de trabalho qualificada. Conforme a Pesquisa dos Egressos da UnB, foi demonstrado que 83% dos alunos que se formam, permaneceram no Distrito Federal.

Na UnB no ano de 2018 ocorreram 643 eventos, entre workshops, seminários, lançamento de livros, fóruns, jornadas de pesquisa científicas, colóquios, palestras, simpósios, congressos etc., sem contabilizar a semana universitária que compôs mais de 400 eventos, entre ciclos de debates e palestras, conferências, congressos, fóruns, mesas redondas entre outros. Esses eventos acabam atraindo muitos visitantes tanto para prestigiar quanto para participar da solenidade. Esses visitantes são os

palestrantes, pesquisadores, professores visitantes e estudantes visitantes. Os visitantes tanto nacionais como estrangeiros comparecem para os eventos e/ou para assuntos acadêmicos.

A Universidade de Brasília disponibiliza imóveis dentro do campus para receber esses visitantes. Os imóveis de trânsito têm por finalidade receber e abrigar os convidados da UnB por um tempo determinado e não excedente a três meses, oferecendo uma acomodação compartilhada com serviço de limpeza e manutenção. Conforme os Registros de Solicitação de Apartamento de Trânsito, em 2018, a Universidade de Brasília recebeu 755 visitantes, entre nacionais e estrangeiros.

Tabela 4: Percentual de ocupação de apartamentos de trânsito na UnB, 2018

	Brasileiros	Estrangeiros
1 Mês	86%	14%
2 Meses	62%	38%
3 Meses	67%	33%
Total	79%	21%

Fonte: Formulários de Solicitação de Apartamento de Trânsito SGP – DMAT (2018), UnB. Elaboração própria.

Os visitantes acabam sendo atraídos por conferências, reuniões, eventos, negócios com a universidade, entre outros. O turismo educacional é um fator importante para o crescimento econômico da região através da geração de renda, criação de novos empregos, desenvolvimento da localidade e possível melhoria da infraestrutura das universidades, pois os impactos econômicos dos gastos que os visitantes adicionam na região acabam sendo uma fonte de contribuição para a economia local (COBB E WEINBERG, 1993; COOKE E WATSON, 2011).

5.1.2.1 – Os Impactos Econômicos do Efeito Atrativo

Para aferirmos o impacto econômico que o efeito atrativo da Universidade de Brasília causa na economia do Distrito Federal, foram utilizados o modelo de Stynes (1999)⁴⁴ que possibilita resultados satisfatórios para o alcance dos efeitos do setor

⁴⁴ O modelo desenvolvido por Stynes (1999) estima a movimentação econômica do setor de turismo na economia de uma região. Destaca-se que esse modelo irá compreender, somente, os efeitos diretos dos gastos dos turistas, ignorando os efeitos indiretos e induzidos, devido a não existência de dados

universitário na economia de um país, região ou cidade. Utilizando os dados dos números de visitantes periódicos atraídos pela universidade, foram classificados de acordo com o tipo de hospedagem e o tempo de permanência. Chegamos a cinco tipos: Categoria I, estudantes de intercâmbio com permanência de 4 meses em alojamento da UnB; Categoria II, alunos de intercâmbio com permanência de 4 meses em alojamento privado; Categoria III, estudantes e professores pesquisadores com permanência de 1 até 3 mês em alojamento de apartamentos de trânsito; Categoria IV, palestrantes, estudantes e professores visitantes com permanência de até 1 mês em alojamento de apartamento de trânsito; Categoria V, estudantes estrangeiros com permanência de 4 anos em alojamento privado.

O quantitativo de visitantes com as devidas classificações está apresentado na tabela 5, contando o número de visitantes no ano de 2018.

Tabela 5: Quantidade anual de visitantes por categoria, UnB, 2018.

	Categoria I	Categoria II	Categoria III	Categoria IV	Categoria V
Quantidade por categoria	20	50	253	502	603

Fonte: Formulários de Solicitação de Apartamento de Trânsito SGP – DMAT, UnB. Elaboração própria.

Outra importante informação necessária para a construção do modelo são os dados do total de gastos médios dos turistas que visitam o Distrito Federal - custo de visita⁴⁵ - em consequência da Universidade de Brasília. Por meio da composição da cesta de serviços, pode-se verificar o valor médio gasto diariamente por cada tipo de visitante e assim verificar o total de gastos médios de todas as categorias de turistas. A indústria de visitantes, como é identificada o conjunto de serviços que atendem os visitantes, é composta por serviços de hotelaria, aluguel, entretenimento

suficientes para a determinação dos multiplicadores. Ressalta-se, também, que deve se estabelecer uma diferença entre os efeitos relacionados com o desenvolvimento do turismo e a movimentação econômica associada às despesas turísticas. No primeiro caso, relaciona-se aos impactos provenientes dos investimentos que dão suporte ao turismo, como: construções, instalações relativas ao setor, infraestrutura. O que não será abordado nesse trabalho. Já no segundo caso, faz referência aos gastos associados ao comportamento do turista, como: alimentação, hospedagem, transporte, entretenimento entre outros. Este caso será abordado nesse trabalho.

⁴⁵ O custo de visita⁴⁵ é a soma dos preços pagos pelos diversos bens e serviços que são consumidos pelos visitantes (COOKE E WATSON, 2011).

e artes, transporte e serviços de viagem. Essa indústria é capaz de alavancar a renda e criar novos campos de empregos.

Para o cálculo da cesta de serviços é necessário estabelecer os objetos consumidos pelos visitantes, o impacto de cada item (produto ou serviço) sobre os consumidores e a faixa de renda cujo o consumo será medida. A construção da cesta de serviços foi composta por: aluguéis, hospedagem, alimentação, transporte e entretenimento.

Segundo as pesquisas do Observatório de Turismo do Distrito Federal, os registros do ICV (Índice de Custo de Vida) de Brasília e os valores das hospedagens oferecidas pela UnB; os dados foram analisados e utilizados para fazer uma média dos valores por dia de visitação, encontrando um valor diário para cada tipo de serviço.

Tabela 6: Valor médio do serviço por dia de permanência, em Reais, 2019.

	Aluguel	Hospedagem	Alimentação	Transporte (fora do campus)	Transporte (dentro do campus) *	Entretenimento
Gasto médio diário	76,33	20,00	58,56	10,00	2,60	7,20

* Valor relativos à utiliza o do transporte público nos finais de semana, devido os visitantes residirem dentro do campus

Fonte: ICV de Brasília, disponível no [html/www.custodevida.com.br](http://www.custodevida.com.br), dados do relatório de taxa de ocupa o dos imóveis da UnB (2019). Elabora o própria.

Diante dos resultados apresentados, utilizando as tabelas 5 e 6, podemos estimar os impactos econômicos diários adicionados diretamente por a popula o flutuante atraídos pela Universidade de Brasília. Conforme é apresentado pela tabela 7.

Tabela 7: Gastos diário por categoria de Visitante, em Reais,2019.

	Categoria I	Categoria II	Categoria III	Categoria IV	Categoria V	Total
Alugueis	0	1,526,60	0	0	46.026,99	47.553,59
Hospedagem	400,00	0	5.060,00	10.040,00	0	15.500,00
Alimentação	1.171,20	2.928,00	14.815,68	29.397,12	35.311,68	83.623,68
Transporte	52,00	500,00	657,80	1.305,20	6.030,00	8.545,00
Entretenimento	144,00	360,00	1.821,60	3.614,40	4.341,60	10.281,60
Total	1767,20	5.314,60	22.355,08	44.356,72	91.710,27	165.503,80

Fonte: Elaboração própria

Admitidas as premissas apresentadas os impactos econômicos diretos e anuais que os visitantes da UnB trazem para o Distrito Federal são de R\$ 60.408.478,00. Confrontando essas informações com as apresentadas pelo Relatório de Contas Regionais do Distrito Federal (2010 – 2017)⁴⁶, o impacto da UnB por meio do efeito atrativo de visitantes é equivalente ao valor adicionado bruto da Produção florestal, pesca e aquicultura do Distrito Federal, mesmo com todo o fomento de políticas públicas, federais e distritais.

Figura 8: Impacto Econômico Direto Anual referente aos efeitos atrativos da UnB, 2019

Fonte: Elaboração própria

Segundo o Relatório da Pesquisa de Perfil e Satisfação do Turista do Distrito Federal, foi demonstrado que de 2012 a 2018 o turismo educacional, aquele com o propósito de estudos, teve um aumento de 12,8% sendo responsável por 15,6% de todo o turismo do DF. Considerando a variável ocupação principal dos visitantes de Brasília, 7,8% dos visitantes se consideraram estudantes. Apesar de não deixar claro

⁴⁶ Relatório apresentado pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) para demonstrar o Produto Interno Bruto (PIB) do Distrito Federal, que é analisado a partir das atividades econômicas e da composição da renda do Distrito Federal.

quanto do percentual do turismo é responsabilidade exclusiva da UnB, é visível que a Universidade tem uma grande responsabilidade sobre os impactos gerados no turismo do DF.

5.1.3 - A UnB e a Política de Inovação

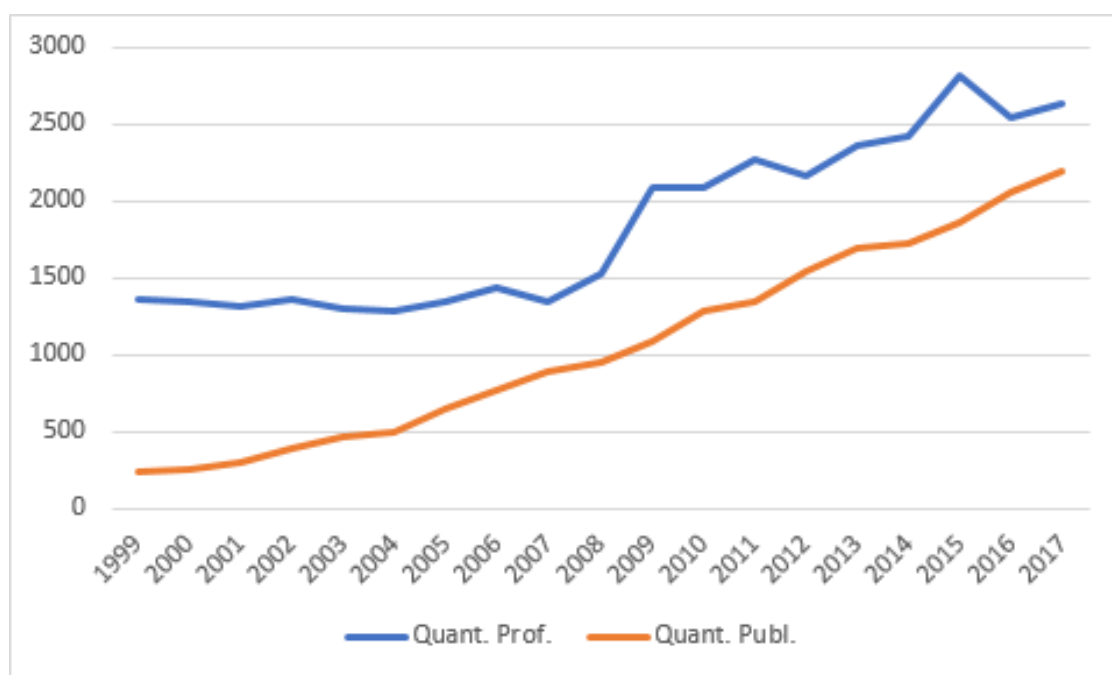
No âmbito de pesquisa e desenvolvimento a UnB possui o Centro de Apoio e Desenvolvimento Tecnológico (CDT) que atende à comunidade acadêmica da UnB, empresas interessadas em parcerias e também inventores independentes. O CDT auxilia no apoio ao pesquisador e nos procedimentos relacionados à proteção, entre eles, a análise da invenção, a elaboração da redação de patente, o depósito e o acompanhamento dos pedidos de proteção junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). O CDT apoia e promove o desenvolvimento tecnológico, a inovação e o empreendedorismo contribuindo para o crescimento econômico e social em âmbito nacional e inclusive na região do Distrito Federal com a integração entre a Universidade, as empresas e o público geral. Em consonância com os fatores da inovação econômica o Centro de Desenvolvimento Tecnológico junto aos decanatos da Universidade de Brasília atua nas três áreas (desenvolvimento, inovação e empreendedorismo) por meio dos seus departamentos.

Na área de pesquisa científica o Decanato de Pesquisa e Inovação (DPI) é responsável pelo estímulo, desenvolvimento e supervisão das políticas concernentes à pesquisa e inovação da UnB, aspirando a geração de conhecimento e o bem esta da sociedade. Conforme dados do Centro Nacional de Pesquisas (CNPq), em 2019, a UnB conta com mais de 500 grupos de pesquisas, distribuídos em nove áreas. E aproximadamente 60% dos professores doutores da UnB participam de grupos de pesquisas do CNPq.

Nos últimos cinco anos, a Universidade de Brasília desenvolveu mais de 3500 projetos de pesquisa e aproximadamente 9500 publicações. Consoante os dados obtidos pela SciVal (Base Scopus), o indicador de produção científica (Scholarly Output) tem sido crescente. No período de 2013 a 2018 o indicador evidenciou um aumento de 37,6%. Fazendo uma comparação dos indicadores de publicação científica e o número do ingresso de docentes no quadro permanente da UnB podemos verificar que ambos geram um crescimento, com o número de docentes crescendo 32%, no mesmo período.

Além do crescimento no número de docentes, também pode ser constatado o aumento no percentual de doutores na instituição que saiu de 58,48% em 1999 para 90,2% em 2017, acompanhando o crescimento no número de publicações.

Gráfico 14: Comparação da Produção científica da UnB e o quantitativo de docentes no período de 1999 a 2017



Fonte: SciVal, 2018 e Relatório de Autoavaliação Institucional, 2008-2017. Elaboração própria.

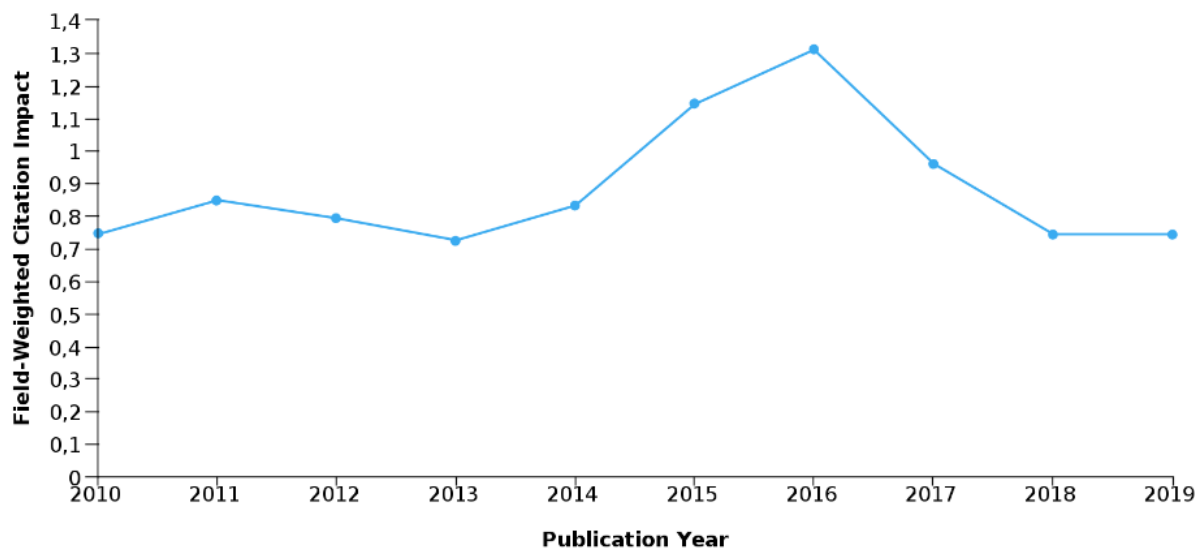
Outro indicador importante para a análise da pesquisa científica é o impacto normalizado por citação (Field-Weighted Citation Impact⁴⁷) do qual se compara o número de citações recebidas pelas publicações, ao número médio de citações recebidas por todas as outras publicações semelhantes⁴⁸. Esse indicador enfatiza a visibilidade das publicações, sendo considerado um período de 3 anos após a publicação. Assim, conforme o gráfico 13, nota-se que a UnB teve um impacto superior à média global nos anos de 2015 e 2016. E devido os efeitos do investimento nacional em pesquisa no período de 2010 a 2015 houve um crescimento nos indicadores que apresentaram um aumento de 77%, porém no período de 2016 a 2018 com a

⁴⁷ Um impacto normalizado de 1,00 significa que a produção teve comportamento similar à média global. Um impacto superior a 1,00 indica maior citação que a média enquanto um impacto inferior a 1,00 indica citação inferior à média

⁴⁸ Publicações semelhantes são aquelas publicações na base de dados Scopus que possuem o mesmo ano de publicação, tipo de publicação e disciplina, conforme representado pelo sistema de classificação de periódicos Scopus.

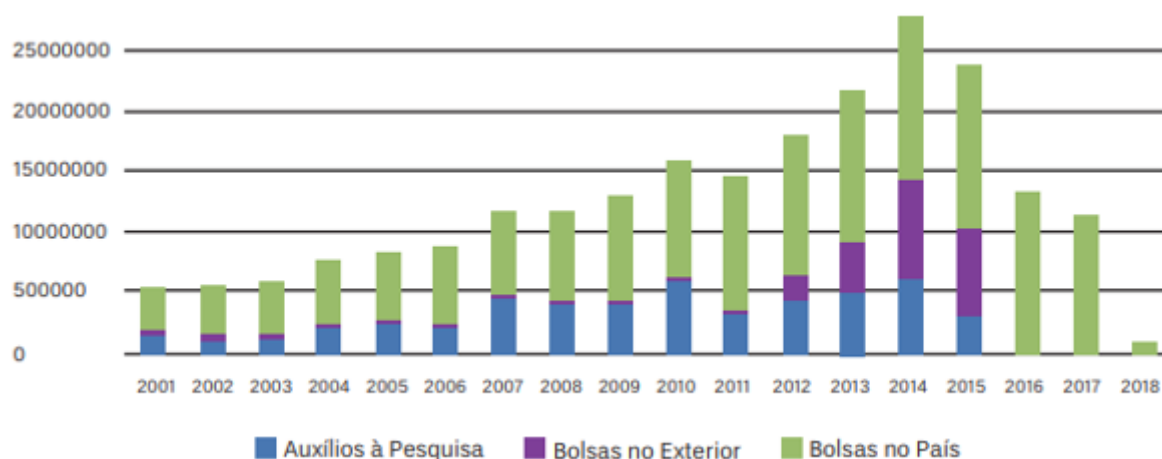
diminuição no investimento de pesquisas os indicadores de impactos começaram a decrescer atingindo o menor patamar em 9 anos (cf. gráfico 14).

Gráfico 15: Impacto normalizado por citação, Universidade de Brasília, 2010 a 2019.



Fonte: SciVal, 2018

Gráfico 16: Painel de investimentos em pesquisa na UnB, 2001 a 2018.



Fonte: <http://www.cnpq.br/painel-de-investimentos>. Acesso em 30/05/2018

O desenvolvimento da pesquisa é de fundamental importância para a inserção da Universidade no cenário mundial da ciência, tecnologia e inovação. Utilizando a publicação como forma de transmitir à comunidade técnico-científica o conhecimento de novas descobertas, o desenvolvimento de novas tecnologias e o aprimoramento de técnicas e métodos de estudo nos mais diversos campos da ciência. Ressalta-se

que essa visibilidade adquirida através da apresentação dos trabalhos acadêmicos aumento o prestígio da instituição, o que ajuda para atrair maiores investimentos e ganhos para a organização, onde tais proveitos acabam retornando para a sociedade em forma de renda, emprego e qualidade de vida.

A produção científica da UnB, no período de 2013 a 2018, alcançou 11.888 publicações em periódicos qualificados. Em termos de colaborações externas a pesquisa na UnB teve um aumento de 5,4% sobre o total de pesquisas no período de 2012 a 2016, sendo que as colaborações internacionais tiveram um total de 26.428 citações, atingindo uma média de 10 citações por publicação, enquanto as nacionais obtiveram 14.617 citações, com uma média de 4,8 citações por publicação, afirmando o impacto da internacionalização nas publicações.

Na área de habilidades técnicas o CDT opera junto com o programa Empresa Junior, que tem como objetivo estimular o crescimento e a capacitação dos estudantes na prática da inovação e do empreendedorismo. Proporcionando a aplicação dos conhecimentos teóricos e o desenvolvimento do espírito empreendedor ao estudante. O programa de Empresa Junior da UnB faz uma associação mutualística entre os estudantes e os micros, pequenos e médios empresários do DF que necessitam de um serviço de qualidade a preços acessíveis. No período de 2017, a Universidade de Brasília contava com 35 Empresas Juniores.

Quando nos atentamos a área de produção industrial, patrimônio imaterial e desenvolvimento tecnológico percebemos que com o advindo da globalização dos mercados aumentaram a competitividade entre empresas na busca por excelência e inovação estimulando fortemente na criação de inovações tecnológicas. Apesar de ter se tornado fundamental no setor privado as universidades que são consideradas tradicionalmente como a fonte principal de inovações e mudanças tecnológicas (ROMER,1986). Logo a importância das Universidades no cenário da sociedade do conhecimento ultrapassa o ensino e pesquisa esse estende a proteção legal dos resultados das pesquisas universitários e a geração de valores econômicos. O CDT é responsável por mais de 400 ativos protegidos, dos quais 85 são pedidos de patentes de titularidade exclusiva, 82 são em parcerias com outras instituições e 119 são registros de software. Somente no ano de 2017, 11 novas patentes foram licenciadas pela Universidade, nas áreas de Biologia, Química e Medicina, para produção e uso comercial.

5.1.4 – A Extensão Universitária e a Sociedade

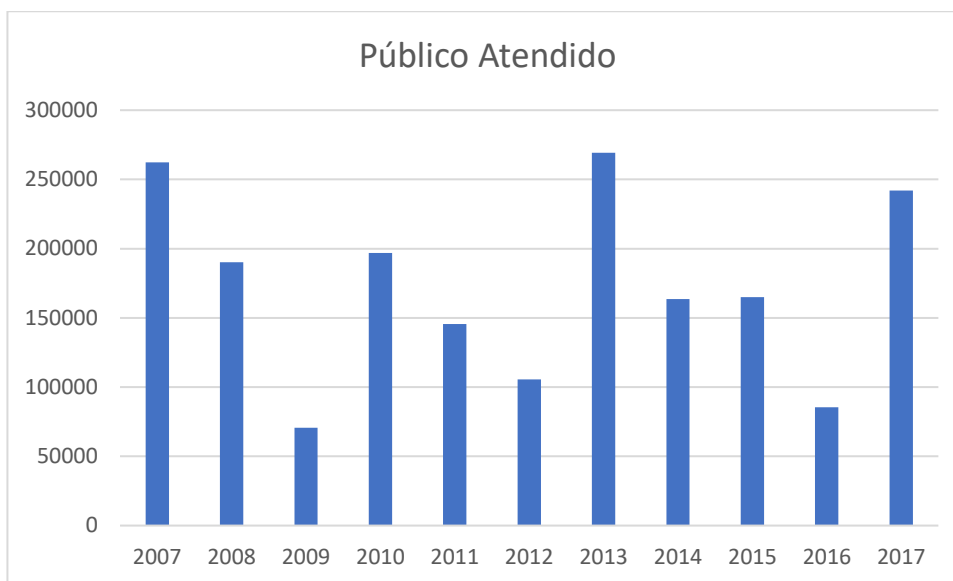
A extensão universitária remonta às *community colleges*, nos EUA ou às *Settlement houses*, na Inglaterra, criadas por volta do fim do século XIX, dos quais são mencionadas como paradigmas da extensão universitária (FERNANDES, 2011). Envolvidas na associação entre educação universitária, formação vocacional, prestação de assistência social os programas de extensão desde os primórdios estão focados em fazer a interação do meio acadêmico com as realidades e necessidades locais.

Atualmente, a extensão universitária confere-se de múltiplas facetas, com especial atenção para a efetivação do seu compromisso social, com a promoção de atividades extracurriculares que envolvem estudantes, professores e simpatizantes na resolução de problemas reais no planejamento local.

A Universidade de Brasília por meio do Decanato de Extensão (DEX), realiza programas e projetos de extensão de ação contínua (PEACs) dos quais promovem atividades de extensão com ações na área de saúde, trabalho, política, direitos humanos e justiça, tecnologia, cultura, meio ambiente, educação entre outros por meio dos Institutos, Faculdades e Departamentos da UnB.

Com o objetivo de promover a relação entre a Universidade e a Sociedade os programas de ação contínua, que são programas de fluxo contínuo, podendo ser prorrogados ou descontinuados, são uma importante forma da Instituição para transpor as barreiras acadêmicas e expandir o conhecimento formado dentro da universidade para o seu entorno, provocando uma nova percepção da UnB frente a sociedade, além de ampliar os retornos educacionais impactados pela IES. No período de 10 anos (2010 a 2017) a UnB atendeu um público de 1.896.167 pessoas, tendo uma média anual de 190 mil pessoas por ano, equivalente a 6% da população do Distrito Federal⁴⁹. É importante notar que anualmente vem crescendo o número do público atendido, devido ao fato do maior número de programas e projetos e conseqüentemente do maior número de colaboradores (Docentes, Discentes, Técnicos Administrativos e Participantes externos).

⁴⁹ Censo de 2018 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

Gráfico 17: Projeto de Extensão de Ação Contínua: Impacto Social, UnB, 2007 a 2017.

Fonte: SIEX, elaboração própria.

Tabela 8: Quantidade de Integrantes em Projetos de Extensão de Ação Contínua: Impacto Acadêmico, UnB, 2007 a 2017.

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Docentes	226	150	355	472	228	192	1285	2257	6401	1532	1681	14779
Dicentes	492	1170	1543	1454	2113	1456	2716	3594	7695	5875	8663	36771
Técnicos Administrativos	0	5	30	34	33	0	67	107	597	257	325	1455
Participantes externos	1495	542	794	755	1342	0	478	831	2199	2143	2592	13171

Fonte: SIEX, elaboração própria.

Segundo os dados do Catálogo de Programas e Projetos de extensão da UnB e o Anuário estático da UnB foram realizados em 2018, 448 projetos e 32 programas; em 2017, 464 projetos e 44 programas e em 2016, 410 projetos e 37 programas. Os Programas e projetos são divididos em dez áreas, das quais são Direitos humanos e Justiça, Tecnologia, Trabalho, Cultura, Ciências Agrárias, Comunicação, Meio Ambiente, Política, Educação e Saúde.

Os projetos e programas de extensão promovidos pela UnB geram impactos sociais e econômicos diretos na sociedade. Projetos como os de Direitos Humanos auxiliam na acessória jurídica popular, concebendo educação popular em direitos humanos, levando diálogos e informação a comunidade não acadêmica; auxiliam na promoção na defesa dos direitos das mulheres, negros, deficientes, crianças e adolescente; prestam assistência jurídica e psicológica às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, etc. Outros projetos como os de Saúde que colaboram

no processo saúde-doença-atenção nos hospitais do Distrito Federal; no desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional; no atendimento de idosos portadores de deficiências. Projetos como os de Meio Ambiente ajudam no processo de educação e sensibilização sobre temas relacionados ao cuidado e preservação do meio ambiente; desenvolvem ações de educação ambiental a fim de respaldar a implantação da coleta seletiva no DF; discutem com a população aspectos técnicos e benefícios da arborização.

A Universidade de Brasília por meio dos processos de extensão universitária também é responsável por diversos outros eventos, dos quais também anseiam a transposição de conhecimento e informação e/ou o debate de ideias. Logo, conforme apresenta a tabela 9, a UnB em um período de 5 anos realizou mais de 5 mil eventos de extensão, que incluem cursos, eventos, minicursos, programas, projetos e a semana universitária, onde tiveram mais de 450 mil participantes e foram emitidos mais de 300 mil certificados.

Tabela 9: Eventos de Extensão, UnB, 2012 a 2017.

	2017	2016	2015	2014	2013	2012	TOTAL
Eventos	1448	1269	72	1103	754	365	5011
Participantes	115609	151665	5163	22484	63837	104167	462925
Certificados Emitidos	41976	117794	4415	14340	44698	90841	314064

* os participantes em programas de extensão são contabilizados nos projetos de extensão.

Fonte: SIEX/DEX, Anuário Estatístico da UnB, produção própria.

Deste modo os eventos de extensão auxiliam a população com os problemas cotidianos além de repassar informação e conhecimentos para a sociedade. Portanto o objetivo da Instituição quanto aos programas de extensão, ademais, impacta direta e indiretamente o desenvolvimento da região, por meio dos retornos educacionais que a Universidade leva para a comunidade, gerando crescimento e desenvolvimento.

5.2 A UnB e sua inserção na região: A percepção dos seus atores

Nesta seção, considerou-se que para explicar os impactos socioeconômicos da Universidade eram necessários verificar se tais impactos, apesar de serem demonstrados empiricamente, estavam realmente sendo percebidos pela sociedade. Portanto, a presente seção busca-se entender como a Universidade de Brasília está sendo percebida pela população da região em que está inserida.

Deste modo, por meio das respostas aos questionários procura-se entender qual é o impacto da Universidade de Brasília para a região do Distrito Federal, pelos olhares dos atores que estão envolvidos nesse processo de desenvolvimento.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi, inicialmente, necessário traçar a circularidade do método científico, assim, foram desenvolvidos os procedimentos gerais de abordagem do problema; os planejamentos do estudo: planejamento amostral, planejamento e redação do questionário; a obtenção de dados; a análise estatística e discussão dos resultados.

No âmbito da presente pesquisa, o problema apresentado foi relativo à percepção da população do DF em relação aos impactos socioeconômicos advindos da UnB. Além do mais a pesquisa foi estabelecida a partir da busca por respostas para questões como: qual a importância que a Instituição exerce no seu entorno, como a Universidade está contribuindo para a solução dos problemas locais, como a IES está sendo vista nas questões inerentes ao seu fazer acadêmico (ensino, pesquisa e extensão) e como estão sendo construídas as relações institucionais com a sociedade.

Para o planejamento amostral foi utilizado uma amostragem probabilística casual simples, já que os elementos da população têm igual probabilidade de pertencer à amostra. Para a formação da amostra houve a busca pela racionalização dos recursos, a fim de gerar uma amostra que consiga representar o conjunto de interesse além de seguir os parâmetros de validade e confiabilidade da pesquisa quantitativa. Para tal, a totalidade dos fatores que queremos analisar foi composta pela população estimada do DF em 2019, que conforme os dados apresentados pelo IBGE, para adultos acima de 18 anos foi de 2,2 milhões de habitantes; o nível de confiança de 95% e a margem de erro de 5%. Considerando as premissas

apresentadas o cálculo da amostra foi feito por meio da equação de cálculo amostral e teve como tamanho amostral 384.

No planejamento do questionário foram obedecidas algumas regras básicas para que a pesquisa possua uma lógica interna na representação exata dos objetivos e na concretização da aplicação e interpretação dos resultados. Para isso a primeira parte do questionário foi composta pela identificação da pesquisa, bem como o propósito, objetivos e a natureza do estudo. Em seguida, no segundo bloco, é exigido a identificação do entrevistado com idade, escolaridade, rendimento mensal, residência, sexo e o vínculo com a Universidade de Brasília. Ainda no segundo bloco são colocados “filtros” para selecionar o universo a ser pesquisado e organizar os entrevistados segundo as características impostas pelo estudo. Após a identificação do estudo, do pesquisado e dos filtros, foram apresentadas as questões propriamente ditas do questionário.

No terceiro bloco, foi utilizado um questionário semiestruturado, composto, por sua maioria, de questões fechadas e elaboradas com base no referencial teórico e que foi dividido em quatro módulos de perguntas. O primeiro módulo possibilitou identificar e entender os diferentes níveis de intensidade da opinião a respeito de como está sendo percebido os impactos socioeconômicos advindos da UnB, apresentou-se doze questões de múltipla escolha, conforme a escala de Likert⁵⁰. A escala foi utilizada para oferecer um retrato mais detalhado da experiência do respondente, logo, foram apontadas afirmações conforme delineado nos problemas de pesquisa e um rol de respostas com pesos variados, deste modo foi possível reportar os resultados separando as opções de resposta (no caso, cinco) em três grandes agrupamentos: % dos respondentes que concorda com a declaração, % dos respondentes neutra e % dos respondentes que discorda da declaração

O segundo módulo refere-se à percepção dos impactos universitários no cotidiano dos respondentes. Foram formuladas três questões fechadas de modo dicotômico, desta maneira oferecendo aos respondentes uma experiência mais prática de respostas e com questionamentos diretos. O terceiro módulo aponta a importância da Universidade para a Região. Assim como no primeiro foi utilizado a escala de Likert, porém, com o propósito de averiguar o grau de importância

⁵⁰ Escala de resposta psicométrica bastante utilizada em pesquisas de opinião, onde os respondentes especificam seu nível de concordância.

relacionado. Para tal foram feitas duas perguntas e apresentado cinco questões de múltipla escolha conforme o grau de importância⁵¹, após foi atribuído pesos para cada resposta, sendo peso 2 para as respostas 1,3 e 5 e peso 1 para as respostas 2 e 3. Verificado as respostas apresentadas foi analisado o resultado pela média ponderada.

No quarto módulo é exposto uma questão aberta, partindo-se da seleção de palavras chaves e da sondagem na frequência com que ocorreram nas respostas abertas, foi possível estabelecer os grupos de referência dos problemas diagnosticados. Por exemplo, **estrutura física**: ambiente precário, falta de manutenção, falta de iluminação, espaço físico deteriorado; **investimento**: falta de investimento, falta de recursos, descaso pelo governo, pouco interesse pelo Estado, necessidade de recursos financeiros; **gestão**: má gestão, falta de gestão, gestão ineficiente, falta de planejamento, gerenciamento arcaico, negligência gerencial; **insegurança**: falta de segurança, local inseguro, pouca segurança; **acesso**: difícil acesso a classes de baixa renda, sistema impessoal na pós-graduação, necessidade de mais vagas, não democrática; **fatores ideológicos**: universidade partidária, ligação a partidos políticos, métodos retroativos, palanque político, esquerda, ideologia partidária; **greve**: greve; **drogas**: consumos de drogas, maconheiros, liberdade no uso de drogas; **distanciamento**: direcionamento de esforços para o mercado de trabalho, distanciamento dos problemas reais, falta de assistência a população, falta de conhecimento prático; **nenhum**: nenhum, não, não tem. É importante esclarecer que essas palavras passaram por um processo de seleção, a fim de distinguir as que se encerram o sentido denotativo das de sentido conotativo

A obtenção dos dados foi feita pela construção da plataforma e disponibilização. O questionário foi construído pela plataforma *Google Forms* e disponibilizado de forma online. A disponibilização do questionário ocorreu de duas formas, a primeira, por meio de redes sociais e a segunda foi necessário o apoio do Centro de Informática – CPD para a disponibilização junto ao sistema de notificação “Informe rede”.

A análise estatística foi compreendida pela seleção, categorização e tabulação das respostas. A seleção foi responsável pela exatidão das informações obtidas, verificando falhas e discrepâncias nas informações. Assim, foi averiguado os respondentes de outras unidades federativas, que não fossem do DF, para evitar

⁵¹ 1- Muito Importante, 2- Importante, 3- Indiferente, 4- Pouca importância, 5- Sem importância.

distorções na amostra. A categorização foi realizada após a coleta de dados facilitando a codificação das informações a serem repassadas para o *software* analítico e por último a tabulação foi realizada na disposição dos dados em tabelas e gráficos, a fim de facilitar a representação dos resultados e verificação das relações entre eles.

Assim, foram recebidas 412 respostas sendo que 18 delas foram eliminadas devido os respondentes não residirem no DF. Portanto, foram utilizadas 394 respostas, dado que todos os respondentes moram no Distrito Federal, logo, respeitando o cálculo para o tamanho da amostra. Para o tratamento dos dados utilizou-se da estatística descritiva para identificar as médias aritméticas, ponderadas, os desvios padrões e as frequências das respostas obtidas nas assertivas.

5.2.1 – O perfil dos respondentes

A partir das informações coletadas, foi analisado o perfil dos respondentes para que a identificação dos atores seja de fato representativa e que esteja alinhada ao universo de interesse da pesquisa.

Consoante as informações apresentadas, as pessoas com idade até 25 anos responderam pelo maior percentual de respondentes com cerca de 48%, seguidos pelas pessoas com idade entre 26 e 35 anos com 19%. Quanto à escolaridade, 59,1% responderam que possuíam ensino superior completo e referente ao rendimento mensal 36% afirmaram receber até 2 salários mínimos por mês, enquanto 33% responderam receber entre 5 e 10 salários mínimos mensalmente. A respeito do sexo dos respondentes 56,2% foram do sexo feminino o que corrobora com as informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A última pergunta refere-se ao público alvo, demonstrando se o respondente pertence ao público interno ou externo a Universidade. Logo, foi constatado que 79,3% dos respondentes são do público externo à Universidade, sabido que deste percentual 12,4% já estudaram ou trabalharam na Universidade. Logo, o público interno a Universidade responde por 20,7%.

Assim, a amostra da pesquisa simboliza a parcela da população do Distrito Federal sendo distribuída de forma representativa. Além do mais, sendo apta a perceber as duas visões da Universidade, tanto pelo meio interno quanto pelo externo.

5.2.2 – A Avaliação da percepção dos atores

No tratamento da análise do conteúdo presente na pesquisa, por meio do levantamento do percentual de respostas, da identificação das co-ocorrências com associações positivas ou negativas e da seleção de palavras-chaves nas respostas abertas, montou-se gráficos e quadros elucidativos, que permitiram uma exploração dos resultados.

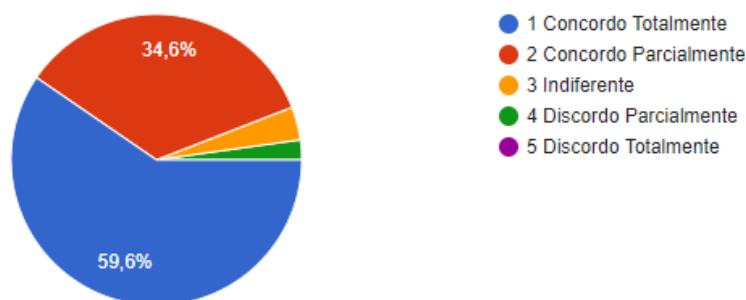
Logo, após a colheita dos dados verificou-se que a sociedade concorda que a UnB gera impactos econômicos e sociais para o DF, além de compreenderem que a Universidade é uma importante ferramenta para o desenvolvimento regional, por meio da geração de emprego e renda, da formação e capacitação de bons profissionais e na atração de pessoas de fora da região, que estão em busca de qualificação.

Em todos os campos citados, a cima, houve concordância de mais de 70%, com especial atenção nas questões da formação de capital humano, que foi de 94,2% concordam que a UnB é responsável pela formação e capacitação de bons profissionais, onde 59,6% concordaram totalmente e 34,6% concordaram parcialmente. Os dados também demonstram que 70% afirmam que a formação dos alunos da UnB é condizente com as necessidades do mercado de trabalho do DF. Demonstrando que a Universidade é reconhecida pelo seu papel como formadora de capital humano qualificado e que esse capital está sendo direcionado para as necessidades de mercado do DF. Além do mais, 87,5% dos respondentes concordam que a Instituição é importante na geração de emprego e renda, assim, deixando claro que a missão da universidade tem gerado externalidades positivas perceptíveis para a sociedade por meio dos impactos econômicos.

Gráfico 18: Formação de capital humano pela UnB

A UnB é responsável pela formação e capacitação de bons profissionais.

394 respostas



Fonte: Formulário de Pesquisa da Percepção da Sociedade em relação a UnB – Google Forms

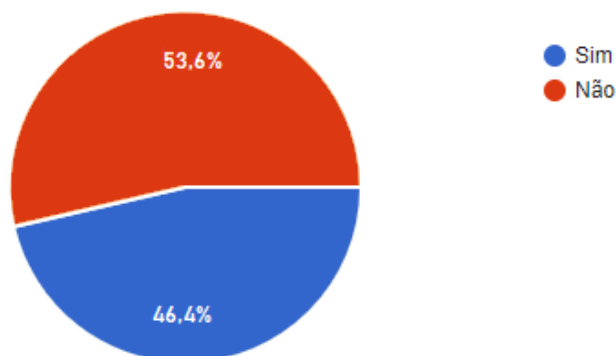
No segundo e terceiro módulos foram apresentadas questões sobre o reconhecimento da importância da Universidade como motriz do desenvolvimento na região e a percepção dos efeitos oriundos da UnB no dia-a-dia da população do DF. Segundo foi apresentado no estudo, a Universidade de Brasília é reconhecida pela sua importância no desenvolvimento da região, 89,1% das pessoas que responderam afirmaram que reconhecem a importância da Instituição para o desenvolvimento da região. Desse percentual 83,5% identificam essa importância por meio da formação de profissionais, 60% por meio das pesquisas acadêmicas e 33,9% pelo conceito que a UnB mantém ao longo do tempo.

Todavia, quando foi questionado sobre a percepção desses efeitos no dia-a-dia de cada respondente, a maioria - 53,6% - responderam que não percebiam tais efeitos no seu cotidiano e quando se foi questionado sobre a articulação da Universidade com seu entorno, do modo a interagir com os problemas locais – 50,2% - foram indiferentes ou discordaram (parcial ou totalmente) da afirmação. Ou seja, demonstra-se que a população percebe os efeitos positivos da Universidade de modo macro. Mas quando o viés se torna individual essa percepção dos efeitos da IES não alcança ou é diminuto para o indivíduo.

Gráfico 19 - Percepção dos impactos oriundos da UnB no cotidiano dos respondentes

Você consegue perceber, no seu dia-a-dia, os impactos oriundos da UnB ?

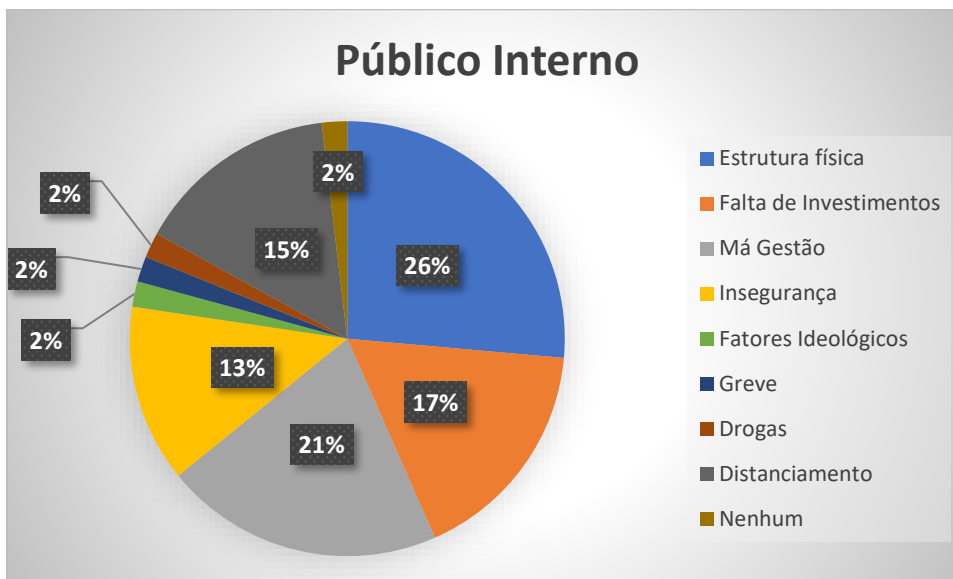
394 respostas



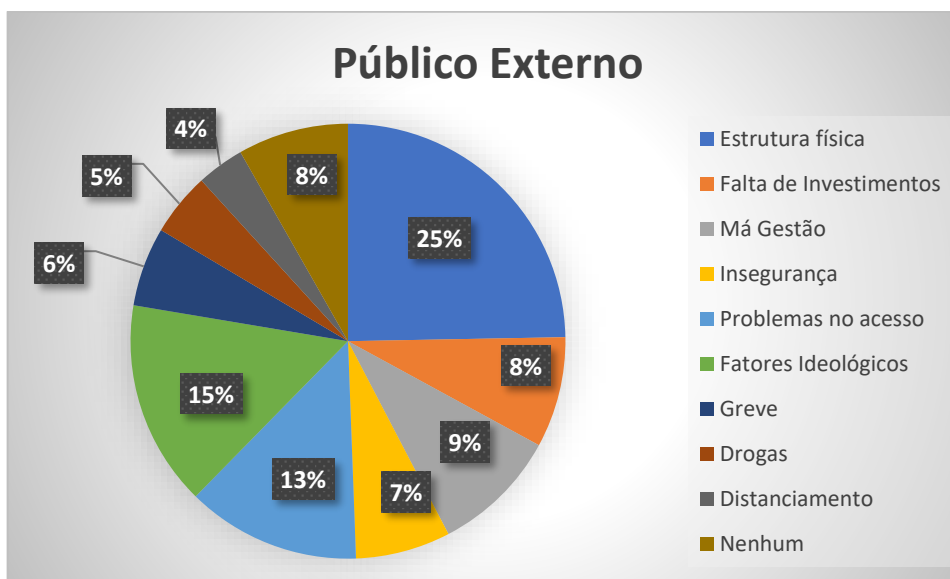
Fonte: Formulário de Pesquisa da Percepção da Sociedade em relação a UnB, Google Forms.

Na análise dos resultados, identificou-se que os maiores problemas encontrados na Universidade são os estruturais, a falta de estrutura física da universidade responde 25% dos problemas relacionados, logo em seguida apresentam os problemas de má gestão com 14%.

O apuramento dos dados identificou-se para as comunidades internas (comunidade acadêmica) e externa (representantes da sociedade). Para as comunidades internas a estrutura física, a má gestão e a insegurança ficaram como os principais problemas relatados. Na comunidade externa a estrutura física também é o grande transtorno encontrado, porém a segunda maior adversidade são os fatores ideológicos e os problemas de acesso. Insta ressaltar que a greve e as drogas são mais percebidos pela comunidade externa do que pela interna, enquanto a má gestão e insegurança são mais percebidos pela comunidade interna.

Gráfico 20 - Percentual dos problemas relatados pela comunidade interna

Fonte: Formulário de Pesquisa da Percepção da Sociedade em relação a UnB, elaboração própria.

Gráfico 21- Percentual dos problemas relatados pela comunidade externa

Fonte: Formulário de Pesquisa da Percepção da Sociedade em relação a UnB, elaboração própria

CONCLUSÃO

A questão mobilizadora que levou a este estudo ratificou a importância de se investigar o ensino superior em seus múltiplos e complexos aspectos que precisam ser desvelados. Para que se possa mensurar os efeitos educacionais proporcionados pelo ensino superior há a necessidade de se computar todos os efeitos aferidos pelas fontes tradicionais de impacto e em conjunto verificar o alcance desses impactos em relação ao meio que envolve a instituição.

A análise do surgimento da Instituição está intimamente ligada ao alcance dos impactos socioeconômicos da mesma sobre sua região. Ou seja, os efeitos causados pelas fontes tradicionais de impacto podem ser efetivos no desenvolvimento da região, porém podem sofrer certos contingenciamentos devido ao surgimento da universidade e a todo o contexto sócio-político envolvido em seu meio. Nessas circunstâncias, conclui-se que a implementação das IES está associada no estabelecimento das relações Universidade-Sociedade e que essas relações podem ser interpostas por razões político-econômicas, culturais, sociais e inclusive no caso da UnB por questões histórico-contextuais.

Ao longo da construção das diversas etapas do trabalho, procurou-se estabelecer nexos entre os diversos campos de estudo, que entre eles podemos destacar a educação superior, caracterizando as relações Universidade e Sociedade, com a compreensão da formação do corpo social e a Universidade e Espaço, com enfoques sobre a região, história, território.

Admitiu-se que a Universidade de Brasília, interagindo com seu entorno, provoca transformações recíprocas, recebendo os efeitos dinâmicos das novas configurações a depender dos contextos históricos, políticos, econômicos e sociais da região e transmitindo efeitos socioeconômicos relevantes para o desenvolvimento local/regional. Na interpretação desse movimento a pesquisa contou com grande diversidade de instrumentos de informação, inclusive pelo uso de questionário, do qual constituiu o eixo temático para o desenvolvimento da percepção da sociedade junto à Universidade de Brasília.

Observou-se que a UnB tem sido de suma importância para a construção do capital humano da região de Brasília o que infere positivamente no desenvolvimento da região. E que, conforme apresentado nas teorias clássicas de capital humano, a UnB tem concretizados os efeitos no aumento da renda através dos seus egressos.

Insta ressaltar o alto número de egressos alcançando altos cargos no serviço público do DF que se justifica pelo fato da qualidade do capital humano formado pela Universidade. Também foi demonstrado que os impactos econômicos oriundos dos egressos da UnB possuem real expressão no Produto Interno Bruto do Distrito Federal.

Quanto ao fato da substituição de importação a Universidade tem se apresentado como um importante fator atrativo para toda a região do DF. Ajudando no desenvolvimento e crescimento econômico regional. Tal efeito além de atrair talentos para a localidade ainda fomenta a construção do capital humano e a economia local.

A Universidade gera impactos socioeconômicos que trazem retornos educacionais para o seu entorno. Retornos que podem ser distinguidos por meio dos retornos econômicos e não-econômicos, onde acabam gerando externalidades positivas para toda a sociedade.

Deste modo, as forças socioeconômicas exteriorizadas pela UnB fazem com que a sua missão universitária seja de fato representada no seu tripé institucional por meio do ensino, pesquisa e extensão, reforçando de tal maneira a importância da IES para o desenvolvimento da localidade. Porém, pode-se constatar que apesar da demonstração empírica dos efeitos socioeconômicos da Universidade sobre a Região os atores envolvidos não conseguem perceber tais efeitos no seu cotidiano e só percebem os impactos universitário de maneira geral, como na formação de capital humano qualificado.

E que os efeitos de substituição de importação inerentes à região, apesar de importante, não são de responsabilidade total da Universidade. A maior parte dos envolvidos acredita que esses efeitos são devidos a busca pelo grande número de possibilidades de concursos públicos do que pelos efeitos atrativos da Universidade de Brasília, assim a região do Distrito Federal tende a atrair mais pessoas voltadas a prática de concursos públicos do que a própria especialização na Universidade e quando a instituição funciona como papel para o alcance dos objetivos finais ela é mero trampolim para o alcance do cargo público.

A partir da complexidade nos processos de articulação, a Universidade encontra na região o motivo de sua existência e sobre o lugar exerce seus efeitos no desenvolvimento da localidade. Entretanto, as características de formação do Distrito Federal em paralelo com a UnB podem ter influenciado consubstancialmente na

consecução total dos impactos educacionais sobre o desenvolvimento. Sabido que a Instituição Universitária se consubstancia na produção social que tem raízes locais e o surgimento de Brasília por ter uma formação diversificada acabou influenciando nas características *sui-generis* da UnB.

Com essas considerações, conclui-se que as universidades são convicções sociais que se materializam nas suas regiões e que geram efeitos reais para o desenvolvimento da localidade, mas ainda há uma necessidade de demonstrar que tais efeitos podem alcançar mais especificamente o seu entorno e o cotidiano da sociedade. Assim, para que haja avaliações mais exatas é necessário que os contextos mais amplos sejam levados em consideração, tanto na questão dos impactos tradicionais da educação quanto em questões de territorialidade e percepção dos envolvidos.

Sugere-se, por fim, que novos estudos sejam realizados no âmbito da UnB. Dado que a UnB com a participação da renda dos egressos de graduação é responsável por 1,8% de todo Produto Interno Bruto do Ente Federativo e que esse percentual tem tido um crescimento constante, mesmo em épocas de crises econômica. Provavelmente, com o somatório de todas as atividades não incluídas nessa pesquisa, como renda dos servidores, alunos de pós graduação, renda com pesquisas, geração de patentes e todos os efeitos diretos, indiretos e induzidos dos efeitos multiplicadores da renda é admissível que os impactos econômicos oriundos da UnB possam alcançar 5% do PIB do DF. Para isso é necessário um aprofundamento das questões tanto no âmbito da UnB quanto de todo o ensino superior, a fim de realçar a real importância das universidades no desenvolvimento das regiões e do país.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, A. J. **A educação superior na economia do conhecimento**: a subalternização das ciências sociais e humanas e a formação de professores. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior. Campinas, 20, 2, 269-291, 2015.
- ALBUQUERQUE, E. O resgate da geografia regional por meio de um conceito político de região. Revista GEOUSP Espaço E Tempo (Online). São Paulo, 1, 9, pp. 63-77, 2001.
- ALEXANDER, F.K. **The Changing Face of Accountability**: Monitoring and Assessing Institutional Performance in Higher Education. The Journal of Higher Education, 71, 1, pp.411-431, 2000.
- AMIN, V; BEHRMAN, J.R; Kholer, H.P. **Schooling has smaller or insignificant effects on adult health in the US than suggested by cross-sectional associations**: New estimates using relatively large samples of identical twins. Social Science & Medicine. 127, 1, pp.181-189, 2015.
- ARTEAGA, C. The effect of human capital on earnings: Evidence from a reform at Colombia's top university. Journal of Public Economics, 157, 1, pp. 212-225, 2018.
- AUDY, J. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. Estudos Avançados, São Paulo, 31, 90, pp. 75-87, 2017.
- ÁVILA, V. F. **Formação educacional em desenvolvimento local**: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. 2ª Edição. Campo Grande: UCDB, 2001.
- BARBOSA, L. G. M.; MARTELOTTE, M. C.; ZOUAIN, D. M. Os impactos econômicos do turismo no município do Rio de Janeiro e suas implicações no desenvolvimento local. Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo, Rio de Janeiro, 1, 2, nov. 2006.
- BARROS, A. R. P. **Retornos não econômicos da educação**: Impacto da educação no estado de saúde dos indivíduos. 2017. 63 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, Portugal, 2017.
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R. e MENDONÇA, R. **Pelo fim das décadas perdidas**: Educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA. Texto para discussão nº 857, 2002.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. Investimentos em Educação e Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: IPEA. Texto para discussão nº 525, 1997.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. Os determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA. Texto para discussão nº 377, 1995.
- BECKER, G. S. A treatise on the Family. Enlarged Edition. London: Harvard University Press, 1993.
- BECKER, G. S. **Health as human capital**: synthesis and extensions, Oxford Economic Papers. Oxford, 59, 3, pp. 379-410, 1 julho 2007.
- BECKER, G. S. Human capital a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. 3ª Edição. New York: NBER, Chicago University, 1993.
- BECKER, G. S. Human capital a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. New York: Columbia University Press, 1964.
- BLACKWELL, M., COBB, S; WEINBERG, D. **The economic impact of educational institutions**: Issues and methodology. Economic Development Quarterly, 16, 1, pp. 88-95, 2002.
- BLAIR, J. P.; Carroll, M. C. Local economic development. 2ª Edição. Morgantown: Sage Publications, 3 julho 2008.

BLAKE, A., ARBACHE, J., SINCLAIR, M., TELES, V. Tourism and poverty relief. *Annals of Tourism Research*, 35, 1, pp. 107-126, 2008.

BOISIER, S. Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial. *INTERAÇÕES*, 2, 3, pp. 9-28, set. 2001.

BOMENY, H. **Universidade de Brasília**: filha da utopia de reparação Recebido. *Sociedade e Estado*, Brasília, 31, Número Especial Sociedade e Estado 30 anos, pp. 1003-1028, 2016.

BOND, P. Local Economic Development Debates in South Africa. Municipal Service Project Publication. Occasional Paper No.6, 2002.

BORATTI, J. V.; ROCHA, J. M. **Desenvolvimento e turismo sustentável**: (re) definindo conceitos e estigmas. *Revista & Debate*, Lajeado, 15, 1, 2008.

BORGES, C. M. **Desenvolvimento local e avaliação de políticas públicas**: Análise de Viabilidade para Construção de um Índice de Desenvolvimento Local para o Município de São José do Rio Preto. 2007. 219 f. Dissertação (Mestrado) - Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações. Universidade de São Paulo Ribeirão Preto, 2007.

BOZTOSUN, D.; AKSOYLU, S.; ULUCAK, Z. The Role of Human Capital. *Economic Growth: Economics World*, Erciyes University. Kayseri - Turkey, 4, 3, pp. 101-110, May-June 2016.

BRUNELLO, G., FORT, M., SCHNEEWEIS, N. e WINTER-EBMER. **The causal effect of education on health**: what is the role of health behaviors. *Health Economics*. 25, 3, pp.314- 336, 2016.

BRUTON, H. A reconsideration of import substitution. *Journal of Economic Literature* 36(2): 903-936, 1998.

BUARQUE, S. C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CANGUSSU, R. C; SALVATO, M. A.; NAKABASHI, L. Uma análise do capital humano sobre o nível de renda dos estados brasileiros: MRW versus Mincer. *Estudos Econômicos*. [online]. 40, 1, pp.153-183, 2010.

CARDOSO, F. H; FALETTO, E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 7ª Edição. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

CARMO, A. S. S.; RAIHER, A. P.; STEGE, A. L. **O efeito das exportações no crescimento econômico das microrregiões brasileiras**: uma análise espacial com dados em painel. *Estudos Econômicos*, São Paulo, 47, 1, pp. 153-183, Mar. 2017.

CARNOY, M. Universities, Technological Change, and Training in the Information Age. In: *Revitalizing Higher Education*. 3º ed. Oxford: Pergamon: IAU Press, 1994. Cap. 1, pp. 41-98.

CARPENA, L.; OLIVEIRA, J. B. **Estimativa do estoque de capital humano para o Brasil**: 1981 a 1999. Rio de Janeiro: IPEA. Texto para discussão n.877, maio de 2002.

CARVALHO, A. R. C. Migrantes em Brasília: os motivos, as dores e os sonhos numa perspectiva clínica. 2008. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura – Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CASTELLS, M. **The University System**: Engine of Development in the New World. In: *Revitalizing Higher Education*. 3º ed. Oxford: Pergamon: IAU Press, 1994. Cap. 2, pp. 14-40.

CASTELLS, M; Hall, P. **Technopoles of the World**: The Making of Twenty-First-Century Industrial Complexes. University of Illinois at Urbana-Champaign's Academy for Entrepreneurial Leadership Historical Research Reference in Entrepreneurship. London: Routledge, 1994.

CASTRO, M. H. M. **Universidades e inovação**: configurações institucionais e terceira missão. Cad. CRH [online]. vol.24, n.63, pp.555-574, 2011.

CHIASSON, G. **Territories and Actors in Local Development**: New Locus of Democracy. Canadian Journal of Political Science. 36, 1, pp. 214-5, 2003.

COBB, S.; OLBERDING, D. J. The importance of import substitutions in Marathon economic impact analysis. International Journal of Sport Finance, 2, 2, pp. 108–118, 2007.

COBB, S.; WEINBERG, D. **The importance of import substitution in regional economic impact analysis**: Empirical estimates from two Cincinnati area events. Economic Development Quarterly, 7, 3, pp. 282-286, agosto de 1993.

COOKE, P; URANGA, M. G; ETXEBARRIA, G. **Regional Systems of Innovation**: An Evolutionary Perspective. Environment and Planning A: Economy and Space,30,9, p.1563–1584,1998.

COOKE, S.; WATSON, P. A comparison of regional export enhancement and import substitution economic development strategies. Journal of Regional Analysis and Policy, 41, 1, pp.1-15, 2011.

CRESPO, A; REIS, M. C. O Efeito-diploma no Brasil. Notas Técnicas. Mercado de Trabalho – IPEA Nº 31, pp. 25-30, out. 2006.

CUNNINGHAM, G. Community Economic Literacy and the "leaky Bucket". Coady International Institute. Working paper Nº 9, St. Francis Xavier University, março 2011.

CUREA, S. C; CIORA, C. The impact of human capital on economic growth. Procedia Economics and Finance. Bucharest, 22, 13, pp. 184 – 190, novembro 2014.

DAHLMAN, C. J. A economia do conhecimento: implicações para o Brasil. In: O BRASIL E A ECONOMIA DO CONHECIMENTO. XIV Fórum Nacional, 2002, Rio de Janeiro. Capítulo de Livro. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2002. p. 162 – 197.

DIMOV, D; SHEPHERD, D. Human Capital Theory and Venture Capital Firms: Exploring "Home Runs" and "Strike Outs.". Journal of Business Venturing 1, 21, 2005.

DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges. **Economia do conhecimento e desenvolvimento regional no Brasil**: O papel da inovação no desenvolvimento regional/local. Economia E Território. Belo Horizonte: Ufmg,3,1, Cap. 5. p. 131-167, 2005.

DOSI, G. Technical change and industrial transformation. New York: St. Martin Press, 1984. The nature the innovative process. In: DOSI, G. et al. (Ed). Technical change and economic theory. London:MERIT,1988. p 221-238.

DOWER, N. What is Development A Philosopher's Answer C.D.S. Occasional Paper Nº 3, University of Aberdeen,1990.

DRUCKER, P. F. The Age of Discontinuity. 1ª Edição. Oxônia: The Age of Discontinuity, 1969.
DUDA, M. D.; KRÓL, A. On the non-monetary benefits of tertiary education. Ekonometria, 41, 1, pp. 78-94, 2013.

DURHAM, E. R. A autonomia universitária – extensão e limites. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior Da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP. Documento de Trabalho 03/05, 2006.

ELVIN, D. An analysis of methods for identifying local import substitution opportunities to foster sustainable economies. 2008. f.245. Thesis (doctor degree) - Department of Landscape Architecture and Regional Planning - University of Massachusetts, Amherst, 2008.

ETZKOWITZ, H; LEYDESDORFF, L. **The Triple Helix -- University-Industry-Government Relations**: A Laboratory for Knowledge Based Economic Development. EASST Review,14, 1, pp. 14-19, 1995.

ETZKOWITZ, H; WEBSTER, A; GEBHARDT, C; TERRA, B, R, C. The future of the university and the university of the future: evolution of ivory tower to entrepreneurial paradigma. *Research policy*. 29, 1, pp. 313-330, 2000.

ETZKOWITZ, H; ZHOU, C. **Hélice Tríplice**: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. *Estud. av. São Paulo*, 31, 90, pp. 23-48, maio 2017.

FARINHA, L. FERREIRA, J. J. **Triangulation of the triple helix**: a conceptual framework. University of Beira Interior. Working paper Nº 25, 2011.

FELSENSTEIN, D. The University in the Metropolitan Arena: Impacts and Public Policy Implications. *Urban studies*. Jerusalem, 33, 9, pp.1565-1580, 1 novembro 1996.

FERNANDES, R. G. T. Impactos Locais e Regionais da Universidade do Porto. 2011.91 f. Desenvolvimento regional - Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Porto - Portugal, 2011.

FILHO, F. H. B.; PESSÔA, S. A. Educação e Crescimento: O que a Evidência Empírica e Teórica Mostra? ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, vol. 11,2, pp. 265-303, 2010.

FILHO, J. A. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Planejamento e políticas públicas, n. 23, pp. 261-286, jun 2001.

FILHO, J. A. O desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Planejamento e políticas públicas ppp, n. 14, pp. 35-74, dez 1996.

FLORIDA, R. The Economic Geography of Talent. *Annals of the Association of American Geographers*, 92, 4, pp. 743-755, dezembro 2002.

FLORIDA, R. **The Flight of the Creative Class**: The New Global Competition for Talent. *Liberal Education*, United States, 92, 3, pp. 22-29, verão 2006.

FLORIDA, R. The Role of the University: Leveraging Talent, Not Technology. *Issues in Science and Technology*. 15, 4, pp. 67-73, verão 1999.

FLORIDA, R.; MELLANDER, C. **The Rise of Skills**: Human Capital, the Creative Class, and Regional Development. In: *Handbook of Regional Science*. Volume 3. Berlin: Springer, 2014. Cap 3, pp. 317-329.

FONSECA, E. S; **Desenvolvimento econômico e capital humano**: teorias, críticas e análise do caso brasileiro. *Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE*, Salvador, 2, 40, pp. 352 – 374, agosto 2018.

FURTADO, C. Teoria e política do desenvolvimento econômico. 1ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

GETZ, D. **Event tourism**: Definition, evolution, and research. *Tourism Management*, 29, 3, pp. 403–428, 2008.

GIBSON-GRAHAM, J. K. **Diverse economies**: performative practices for ‘other worlds’. *Progress in Human Geography*, 32,5,613-632, outubro, 2008.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 4ª edição. Porto Alegre: Editora Artmed, 2006.

GLAESER, E. L; PONZETTO, G; SHLEIFER, A. Why does democracy need education? *Journal of Economic Growth*. 12, 2, pp.77–99, 2006.

GODDARD, J; Puukka; J. **The Engagement of Higher Educational Institutions in Regional Development**: An Overview of the Opportunities and Challenges. In: HIGHER EDUCATION

MANAGEMENT AND POLICY. Higher Education and Regional Development, OECD Publishing. Paris, 20, 2, 2008.

GRADSTEIN, M; JUSTMAN, M. Education, social cohesion, and economic growth. *American Economic Review*. 92, 4, pp. 1192-1204, 2002.

GRILICHES, Z. **Hybrid Corn**: An Exploration in the Economics of Technological Change. *Econometrica*, 25, 4, pp. 501-522, outubro 1957.

GROSSMAN, M. The relationship between health and schooling: what's new? *Nordic journal of Health Economics*. 3,1, pp. 7-17, 2015.

GRUPO DE PESQUISA DA TRIPLE HELIX. Triple Helix. Stanford University. Disponível em: https://triplehelix.stanford.edu/3helix_concept. Acesso em: 14 jun 2019.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. *GEOgraphia*. Rio de Janeiro, 1, 1, pp. 15-39, 1999.

HALTERBECK, Maike; CONLON, Gavan; JULIUS, Jenna. The economic impact of Russell Group universities. *London Economy*, London, 1, 1, 2017.

HANUSHEK, E. A. **Economic growth in developing countries**: The role of human capital. *Economics of Education Review*. United States, 37, 2, pp. 204-212, 2013.

HECKMAN J. J., HUMPHRIES J. E.; VERAMENDI, G. The non-market benefits of education and ability, NBER Working Paper No. 23896, National Bureau of Economic Research, Cambridge - MA, 2017.

HECKMAN, J. J.; LOCHNER, L. J.; TODD, P. E. Earnings functions and rates of return. National bureau of economic research: No. 13780, Cambridge, v. Working Paper, ed. No. 13780, fevereiro 2008.

HOWKINS, J. The creative economy: How people make money from ideas. 1ª Edição. London: Penguin Books, 27 junho 2002.

HUIDOBRO, R. Á.; ELSEGOOD, L.; GARAÑO, I; HARGUINTEGUY, F. In: HUIDOBRO, Rodrigo Ávila. Universidade, território e transformação social: reflexões em torno dos processos de aprendizagem em movimento. 1ª. ed. Passo Fundo - RS: UPF EDITORA, 2016. v. 1, Cap. 2, pp. 41-52.

INCERA, A. C.; FERNÁNDEZ, M. F.; Tourism and income distribution: Evidence from a developed regional economy, *Tourism Management*, 48, 1, pp.11-20, 2015.

JACOBS, J. The economy of cities. 3ª Edição. New York: Random House, 1969.

JOYAL, A. **Le Développement Local**: comment stimuler l'économie des regions en difficulté. *Sciences sociales et littérature*. 44, 3, pp. 590-593, 2003.

JUNIOR, O. M. Q. **Retornos privados versus retornos sociais da educação no Brasil**: um estudo empírico dos municípios brasileiros a partir dos dados do censo 2010. 2014. 78 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná., Curitiba, 2014.

KLIKSBERG, B. Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social. 2ª Edição. São Paulo, Cortez: Brasília/UNESCO, 2003.

KRIKELAS, A. W. **Why regions grow**: A review of research on the economic base model. *Economic Review*. Atlanta, Federal Reserve Bank, Edição Jul, 16-29, 1992.

KUBITSCHKE, J. Por que construí Brasília. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1998.

KWIATKOWSKI, G. **Economic impact of event attendees spending on a host region**: A review of the research. *Event Management*, 20, 4, pp. 501-515, 2016.

KWON, J. (2009) **Import Substitution at the Regional Level**: Application in the United States, Atlanta: Federal Reserve Bank of Atlanta. Disponível em [online]:<https://www.frbatlanta.org/-/media/documents/news/conferences/2010/small-business/kwon.pdf>. Acesso em: 01 julho 2019.

LA BLACHE, V. P.: *Tableau de la Géographie de la France*. 1ª Edição. Paris: La Table Ronde, 1994, [1903].

LANGONI, C. G. *Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005 [1973].

LIMA, C. S., SOTO-URBINA, L. M. **O capital humano na gestão da produção**: uma abordagem microeconômica. In: ANAIS DO ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PÓS-GRADUAÇÃO, São José dos Campos, 2002.

LINS, J. G. M. G.; DUARTE, G. B. **O impacto do capital humano sobre a remuneração**: uma análise para a região metropolitana do Recife/PE. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, 5, 4, pp. 3300-3326, abril 2019.

LIU, Y.; SHEN, J. Spatial patterns and determinants of skilled migration in China, 2000-2005. *Papers in Regional Science*, 93, 4, pp. 749-771, 2014.

LLORENS, J. L.; ALBUQUERQUE, F.; CASTILHO, J. D. Estudos de casos de desarrollo económico local en América Latina. *Série de informes de buenas prácticas del Departamento de Desarrollo Sostenible*. BID, Washington, 2002.

LOCHNER, L., Non-Production benefits of education: crime, health, and good citizenship. In *Handbook of the Economics of Education*, v.4, 2011.

LOCHNER, L; MORETTI, E. **The effect of education on criminal activity**: Evidence from prison inmates, arrests and self-reports. National Bureau of Economic Research. Working Paper N° 8606, 2001.

LOPES, A. S. Globalização e desenvolvimento regional. *Gestão e desenvolvimento*. Lisboa, 1, 11, pp. 9-25, 2002.

LUCAS, C. F. A universidade como instrumento de geração de emprego e renda: uma análise da experiência da UnB. 2013. 82 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

LUCAS, R. E. Jr. On the mechanics of economic development. *Journal of Monetary Economics*, 22, 1, pp. 3–42, 1988.

LUNDVALL, B. Políticas de inovação na economia do aprendizado. *Parcerias Estratégias*. Brasília, 6, 10, pp. 200-218, 2001.

LUNDVALL, Bengt-åke; JOHNSON, Björn. The Learning Economy. *Journal of Industry Studies*. 1,2, 23-42, 1994.

MADEIRA, A. *Itinerância dos artistas: A construção do campo das artes visuais em Brasília 1958-2008*. 1ª Edição. Brasília: Editora UnB, 2013.

MADUREIRA, E. M. P. **Desenvolvimento regional**: principais teorias. *Revista Thêma et Scientia*. Cascavel, 5, 2, jul./dez. 2015.

MARHL, M; PAUSITS, A. Third Mission Indicators for New Ranking Methodologies. *Evaluation in Higher Education*, 5, 1, 43-64. 2011.

MARIONI, R. E. et al. Genetic variants linked to education predict longevity. *PNAS - Proceedings of the National Academy of Sciences, California*, 113, 47, p. 13366–13371, 22 nov. 2016.

- MARKUSEN, A. **A consumption base theory of development**: An application to the rural cultural economy. *Agricultural and Resource Economics Review*, 36, 1, pp. 9-23, 2007.
- MARTINELLI, D; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. 1ª Edição. Barueri: Manole, 2004.
- MARTINEZ, R; OLIVEIRA, S. F.P. **Desenvolvimento regional e local fomentado pela participação e articulação de atores sociais**; FACEF Pesquisa: *Desenvolvimento e Gestão*. Franca, 16, 3, pp.301-312, set/out/nov/dez 2013.
- MARTINS, G. I. V.; MARTINS, C. I. D. **Desenvolvimento Local: da teoria à prática**. In: MARQUES, H. R.; RICCA, D.; FIGUEIREDO, G.P.; MARTÍN, J. C. **Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul: reflexão e perspectiva**. 2ª Ed. Campo Grande: UCDB, 2001, Cap. VII, pp.345-383.
- MASKELL, P; MALMBERG, A. **Localised learning and industrial competitiveness**, *Cambridge Journal of Economics*. Cambridge, 23, 2, p.167–185, março 1999.
- MCMAHON, W.W. **Conceptual Framework for the Analysis of the Social Benefits of Lifelong Learnings**. *Education Economics*. 6, 3, pp.309-346, 1998.
- MCMAHON, W.W. **Education Finance Policy: Financing the Nonmarket and Social Benefits**. *Journal of Education Finance*. Illinois, 32, 2, pp. 264-284, 2006.
- MIDLEJ, M. M. B. C. **Universidade e região: territorialidade da universidade estadual de Santa Cruz - UESC**. 2004. 273 f. Tese (Doutorado) - Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- MILLIGAN, K; MORETTI, E; OREOPOULOS, P. **Does education improve citizenship?** evidence from the United states and the United Kingdom. *Journal of Public Economics*. 88,9, pp. 1667-1695, 2004.
- MILONE, P. C. **Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas**. In: MONTORO FILHO, André Franco et alii. **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.
- MINCER, J. **Investment in human capital and personal income distribution**. *Journal of Political Economy*, 66, 4, pp. 281-302, 1958.
- MINCER, J. **Schooling, experience and earnings**. National Bureau of Economic Research: Columbia University, New York, 1974.
- MONTENEGRO, C.E.; PATRINOS, H.A. **Comparable estimates of returns to schooling around the world**. World Bank policy research. Working paper nº 7020, 2014.
- MONTESINOS, P; CAROT, J; MARTÍNEZ, J; Mora, F.J. **Third Mission Ranking for World Class Universities: Beyond Teaching and Research**. *Higher Education in Europe*, 33, 3, 259-271, 2008.
- MORGAN, M. **From production line to drama school: higher education for the future of tourism**. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 16, 2, pp.91-99, 2004.
- NAKABASHI, L.; FIGUEIREDO, L. **Capital Humano: Uma Nova Proxy Para Incluir Aspectos Qualitativos**. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, Textos para Discussão Cedeplar-UFMG, Nº 34. Belo Horizonte, 2005.
- NETO, N. V. L. **Brasília, sua gente, seus sotaques: difusão candanga e focalização brasiliense na capital federal**. 2018. 259 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **The knowledge-creating company**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

NUNES, A. L. P. F; SILVA, M. B. C. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. *Mal-Estar e Sociedade*. Barbacena, 4, 7, pp. 119-133, julho/dezembro 2011.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista FAE*, Curitiba, 5, 2, pp. 37-48, maio/ago 2002.

OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. S. **Elementos Endógenos do Desenvolvimento Regional**: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. *Revista FAE*. Curitiba, 6, 2, pp. 29-37, mai/dez. 2003.

OREOPOULOS, P; SALVANES, K. G. Priceless: The Nonpecuniary Benefits of Schooling. *Journal of Economic Perspectives*, 25, 1, pp. 159–184, 2011.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO. Relatórios Econômicos OCDE: Brasil (2018), Disponível em: <http://www.oecd.org/economy/surveys/Brazil-2018-OECD-economic-survey-overview-Portuguese.pdf>. Acesso em: 23 jun 2019.

PEREIRA, C. H.; MARTINS, P. C. S.; LUNAS, J. R. da S.; AQUINO, J. M. Efeito multiplicador do turismo na fronteira entre Brasil e Paraguai. *Turismo & Sociedade*, Curitiba, 7, 4, pp. 792-814, outubro 2014.

PEREIRA, E. W. & ROCHA, L.M. F. Anísio Teixeira e o Plano de Educação de Brasília. In. 28ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 2005, Brasília. *História da Educação* N 2, pp.1-16.

PERROUX, F. A economia do século XX. 1ª Edição. Lisboa: Herder, 1967.

PIKE, A; POSE, A. R; JOHN, T. *Local and Regional Development*. 2ª Edição. London: Routledge, 2016.

PINDYCK, R, S; RUBINFELD, D, L. *Microeconomia*: 8ª Ed. São Paulo: Pearson Universidades, 2013.

PINFOLD, G. *Economic Impact Analysis*: Dalhousie University. 1ª Edição. Nova Scotia: Economists Ltd., março 2011.

PORTER, M. E. *A vantagem competitiva das nações*. 16. Edição. Boston: Elsevier, 1989.

PORTER, M. The Economic Performance of Regions. *Regional Studies*, 37, 6, pp. 549-578, 2003.

POTELIENĖ, S., TAMAŠAUSKIENĖ, Z. **The rate of return to investment in education**: A case study of Lithuania. *Wroclaw Review of Law, Administration & Economics*. 4,2, pp. 41-55, 2015.

PREBISCH, R. *Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

PRESTON, A. E. Plugging the Leaks in the Scientific Workforce. *Issues in Science and Technology*. 20, 4, verão 2004.

QUEIROZ, A. O Plano Piloto de Brasília e a busca da cidade ideal: utopia, arte e mitologia. *ArtCultura*, Uberlândia, 9, 14, pp.157-167, jan-jun 2007.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. Volume 29. São Paulo: Ática, 1993.

RANIS, G., F. STEWART, A. *Economic Growth and Human Development*. *World Development*. Working paper Nº 28, pp.197–219, 2000.

ROCHA, L. A. C. *Projetos Interdisciplinares de Extensão Universitária: ações transformadoras*, Mogi das Cruzes: UBC. 2007. 84 f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Semiótica, Tecnologias de Informação e Educação. Universidade Braz Cubas, Mogi das Cruzes SP, 2007.

ROMER, P. M. Increasing Returns and Long-Run Growth. *Journal of Political Economy*, Chicago,94, 5, pp. 1002-1037, outubro 1986.

ROMER, P.M. Endogenous technological change. *Journal of Political Economy*. Chicago, 98, 5, part II, pp. S71–102, 1990.

SANDRONI, P. *Dicionário de economia*. 1ª Edição. São Paulo: Atlas, 1994.

SANTOS, E. S.; CAMILLO, V. S. **Capital humano e renda do trabalho no brasil**: uma investigação empírica. IX Ciclo de Debates em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia, Universidade Católica de São Paulo, p. 1-24, 2011.

SCHULTZ, T. P. Returns to Women's Education. In: *Women's Education in Developing Countries: Barriers, Benefits, and Policies*. 1ª Edição, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993. Cap. 2, pp. 51-100.

SCHULTZ, T. W. *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

SCHULTZ, T. W. *O valor econômico da educação*. Trad. de P.S. Werneck. Rev. Técnica de C.A. Pajuaba. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

SCHULTZ, T.W. Investment in Human Capital. *American Economic Review*, 51, 1, pp.1-17, 1961.

SERPA, L. F. P. *Ciência e historicidade*. 1ª Edição. Salvador: FAGED/UFBA, 1991.

SILVA, J. A. S. **Turismo, crescimento e desenvolvimento**: uma análise urbano-regional baseada em cluster. 2004. f. 480. Tese (Doutorado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SILVA, V. Ensino, pesquisa e extensão: Uma análise das atividades desenvolvidas no GPAM e suas contribuições para a formação acadêmica. In: XX CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 07 a 10 de novembro de 2011, Vitória – ES.

SOLOW, R. A. A contribution of the theory of economic growth. *Quarterly Journal of Economics*, 70, 1, pp. 65-94, 1956.

SOUZA, N. J. *Desenvolvimento econômico*. 1ª Edição. São Paulo: Atlas, 1993.

SOUZA, N. J. *Desenvolvimento econômico*. 6ª Edição. São Paulo: Atlas, 28 de novembro de 2011.

STORPER, M.; WALKER, R. **The capitalist imperative**: territory, technology and industrial growth. 1ª Edição. New York: Basil Blackwell, 1991.

STYNES, D. J. Approaches to Estimating the Economic Impacts of Tourism; Some Examples. Updating. 1999. Disponível em: <https://msu.edu/course/prr/840/econimpact/pdf/ecimpvol2.pdf>. Acessado em: 22 agosto 2019.

TELES, V. K. The role of human capital in economic growth. *Applied Economics Letters*. 12, 9, pp.583-587, 2005.

THORN, K; SOO, M. **Latin American Universities and the Third Mission**: Trends, Challenges, and Policy Options. World Bank Policy Research. Working Paper No. 4002. 1 de agosto de 2006. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=927871>.

TRIBE, J. M. *Economia do lazer e do turismo*. 1ª edição. São Paulo: Manole, 2003.

VASCONCELOS, A.M. N.; FERREIRA, I. C. B; MACIEL, S B; GOMES, A; FORTE, M. M; CATALÃO, I. F. **Da utopia à realidade**: uma análise dos fluxos migratórios para o Aglomerado Urbano de Brasília. In XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS – ABEP, 18 a 22 de setembro de 2006, Caxambu- MG – Brasil.

VAZQUEZ BARQUERO, A. ¿ Crecimiento endógeno o desarrollo endógeno?. *CUADERNOS DEL CLAEH*. Montevideo, 1, 1, pp. 78-79, 1998.

VAZQUEZ BARQUERO, A. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. 1ª Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

VÁZQUEZ BARQUERO, A.; RODRÍGUEZ-COHARD, J. C. **Endogenous development and institutions**: Challenges for local development initiatives. *Environment and Planning C: Government and Policy*. 34, 6, pp.1135–1153, 2016.

VELOSO, J. P. dos R. Novo Modelo de Desenvolvimento para o Brasil: modelo de Economia do Conhecimento. In: REFORMA POLÍTICA E ECONOMIA DO CONHECIMENTO:DOIS PROJETOS NACIONAIS. Rio de Janeiro: Ed José Olimpo, 2005.

VIANA, G.; LIMA, J. F. Capital humano e crescimento econômico. *Interações*, 11, 2, pp. 137-148, Jul./Dez. 2010.

VILA, L. E. The non-monetary Benefits of Education. *European Journal of Education*. 35, 1, pp. 21-32, 2000.

WARD, B.; LEWIS, J. *Plugging the leaks*. 1ª Edição. London: New Economics Foundation, 2003.

WENZL, A.J. **Consumption Side Up**: The Importance of Non-Earnings Income as a New Economic Base in Rural Washington State.2003. f. 230. Thesis (doctor degree) - Department of Geography - University of Washington, Washington DC,2003.

ZOMER, A; BENNEWORTH, P. The rise of the university's Third Mission. In: *Reformo f higher education in Europe*. 1ª Edição. Rotterdam: Sense Publishers. Cap. 6, Pp.81-101, 2011.

ZUMETA, W. **Higher Education Finances**: In *Recession Again*.The NEA 2003 Almanac of Higher Education. Washington, DC, 1, 1, pp.53-66, 2003.

APÊNDICE

APENDICE A - PESQUISA DA PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO À UNB

Pesquisa da Percepção da Sociedade em relação à UnB

Prezado (a),

Você está convidado (a) a responder este questionário, que faz parte da coleta de dados da pesquisa: ANÁLISE DE FORÇAS SOCIOECONÔMICAS: UM ESTUDO SOBRE AS FONTES TRADICIONAIS DE IMPACTO DA UNB NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

O propósito dessa pesquisa é colocar em questão se os impactos socioeconômicos da UnB, apesar de serem demonstrados empiricamente, estão realmente sendo percebidos pela sociedade. Portanto, a presente pesquisa busca entender como a Universidade de Brasília está sendo percebida pela população da região em que está inserida.

As questões abaixo fazem parte de um estudo de natureza acadêmica e as respostas obtidas serão utilizadas na elaboração de uma Dissertação do Mestrado de Gestão Econômica de Finanças Públicas do Programa de Pós-Graduação em Economia da UnB.

Sua colaboração será de grande importância para a conclusão da pesquisa. Sinta-se inteiramente à vontade para expressar as suas opiniões. As informações prestadas por você são SIGILOSAS e serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, resguardando sua privacidade e anonimato.

***Obrigatório**

PERFIL DO RESPONDENTE**Idade ***

- Até 25 anos
- Entre 26 e 35 anos
- Entre 36 e 45 anos
- Entre 46 e 55 anos
- Acima dos 56 anos

Escolaridade *

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Superior Incompleto
- Superior Completo
- Pós-Graduado

Rendimento Mensal *

- 1 salário mínimo
- Até 2 salários mínimos
- Entre 3 e 5 salários mínimos
- Entre 5 e 10 salários mínimos
- Acima de 10 salários mínimos

Local de residência *

Sua resposta

Sexo *

Feminino

Masculino

Você já estudou/trabalhou ou estuda/ trabalha na UnB ? *

Não

Sim, eu estudo ou trabalho na UnB

Sim, eu estudei ou trabalhei na UnB

Próxima

Avaliação da percepção dos atores.

Bloco A - Avaliação pela Escala Likert

Para cada afirmação, assinale o número que melhor descreve o seu grau de concordância e a resposta que melhor traduz a sua opinião sobre a importância da UnB no contexto socioeconômico do DF. Para indicar as respostas, utilize a seguinte escala:

- 1- Concordo Totalmente
- 2- Concordo Parcialmente
- 3- Indiferente
- 4- Discordo Parcialmente
- 5- Discordo Totalmente

A UnB gera impactos econômicos no DF *

- 1 Concordo Totalmente
- 2 Concordo Parcialmente
- 3 Indiferente
- 4 Discordo Parcialmente
- 5 Discordo Totalmente

A UnB é uma importante ferramenta para a economia do DF *

- 1 Concordo Totalmente
- 2 Concordo Parcialmente
- 3 Indiferente
- 4 Discordo Parcialmente
- 5 Discordo Totalmente

Os impactos econômicos gerados pela UnB são percebidos pela sociedade. *

- 1 Concordo Totalmente
- 2 Concordo Parcialmente
- 3 Indiferente
- 4 Discordo Parcialmente
- 5 Discordo Totalmente

A UnB é uma importante instituição para a geração de emprego e renda no DF *

- 1 Concordo Totalmente
- 2 Concordo Parcialmente
- 3 Indiferente
- 4 Discordo Parcialmente
- 5 Discordo Totalmente

A formação dos alunos da UnB é condizente com as necessidades do mercado de trabalho do DF *

- 1 Concordo Totalmente
- 2 Concordo Parcialmente
- 3 Indiferente
- 4 Discordo Parcialmente
- 5 Discordo Totalmente

A UnB é responsável pela formação e capacitação de bons profissionais. *

- 1 Concordo Totalmente
- 2 Concordo Parcialmente
- 3 Indiferente
- 4 Discordo Parcialmente
- 5 Discordo Totalmente

A UnB traz mais benefícios do que despesas para o DF *

- 1 Concordo Totalmente
- 2 Concordo Parcialmente
- 3 Indiferente
- 4 Discordo Parcialmente
- 5 Discordo Totalmente

A UnB gera impactos sociais no DF *

- 1 Concordo Totalmente
- 2 Concordo Parcialmente
- 3 Indiferente
- 4 Discordo Parcialmente
- 5 Discordo Totalmente

A UnB promove a melhora na qualidade de vida da população do DF, por meio dos programas de assistência social. *

- 1 Concordo Totalmente
- 2 Concordo Parcialmente
- 3 Indiferente
- 4 Discordo Parcialmente
- 5 Discordo Totalmente

A UnB está articulada com seu entorno, de modo a interagir com os problemas locais. *

- 1 Concordo Totalmente
- 2 Concordo Parcialmente
- 3 Indiferente
- 4 Discordo Parcialmente
- 5 Discordo Totalmente

É visível os efeitos positivos da UnB para desenvolvimento da região do Distrito Federal. *

- 1 Concordo Totalmente
- 2 Concordo Parcialmente
- 3 Indiferente
- 4 Discordo Parcialmente
- 5 Discordo Totalmente

A UnB atrai pessoas, industrias e/ou empresas de fora do DF, que estão em busca de qualificação ou de pessoas qualificadas. *

- 1 Concordo Totalmente
- 2 Concordo Parcialmente
- 3 Indiferente
- 4 Discordo Parcialmente
- 5 Discordo Totalmente

Bloco B - Avaliação dicotômica da percepção dos atores

Você consegue perceber, no seu dia-a-dia, os impactos oriundos da UnB ? *

Sim

Não

Você reconhece a importância da UnB no desenvolvimento do DF? *

Sim

Não

A UnB traz efeitos positivos para toda a região do DF? *

Sim

Não

Se sim, como você identifica isso?

Por meio das pesquisa acadêmicas

Por meio da Formação de Profissionais

Por meio da Inovação

Por meio dos programas de assistência social

Por meio da formação tecnológica

Por meio da atração de talentos

Outro: _____

Bloco C - Avaliação da importância da UnB nos seguimentos: socioeconômicos e desenvolvimentista.

Para responder as questões abaixo, escolha uma opção entre 1 a 5, sendo:

- 1- Muita Importante
- 2- Importante
- 3- Indiferente
- 4- Pouca importância
- 5- Sem importância

Em relação aos aspectos SOCIOECONOMICOS. Qual a importância da UnB para a região do Distrito Federal? *

- 1- Muito importante
- 2- Importante
- 3- Indiferente
- 4- Pouca importância
- 5 - Sem importância

Em relação aos aspectos de DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Qual a importância da UnB para a região do Distrito Federal? *

- 1- Muito importante
- 2- Importante
- 3- Indiferente
- 4- Pouco importância
- 5- Sem importância

Bloco D - Avaliação objetiva

Não é necessário se prolongar, sendo necessário, apenas, uma breve opinião.

Quais os problemas que você identifica na UnB? *

Sua resposta

Voltar

Enviar